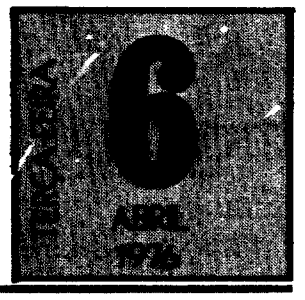
Diário de Lisboa

ANO 55.º/19021 4$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**



NO TERCEIRO DIA DA CAMPANHA

C.R. CONDENA VIOLÊNCIA E INTOLERÂNCIA

O Conselho da Revolução esteve reunido até ao princípio da madrugada de hoje, tendo analisado a situação política e militar, «com particular incidência nos campos laboral, da Informação e da convivência política», conforme se refere no comunicado esta manhã distribuído.

No decorrer da reunião o brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul, «fez um relato pormenorizado ao Conselho acerca dos incidentes verificados em S. Salvador (Portalegre), sobre os quais o E. M. E. emitirá oportunamente um comunicado».

O Conselho da Revolução apreciou ainda a problemática das relações com as ex-colónias, mas não foram revelados pormenores quanto à natureza das discussões havidas e dos problemas tratados. Sabe-se no entanto, que as relações com as ex-colónias são constantemente prejudicadas e dificultadas pela acção negativa da Imprensa reaccionária, que sistematicamente conduz uma campanha de desprestígio e agressão ideológica contra as jovens nações africanas.

«O Conselho da Revolução analisou também as circunstâncias em que morreram os cidadãos portugueses Maximino Barbosa de Sousa e Maria de Lurdes Correia e manifesta a sua viva repulsa por este acto de violência que põe em grave perigo as liberdades fundamentais que as Forças Armadas pretenderam instaurar em 25 de Abril de 1974» — lê-se no texto.

«O Conselho da Revolução», termina o comunicado, «condena energicamente toda a violência e intolerância política, venha ela donde vier, e declara a sua firme intenção de empregar todos os meios ao seu dispor para garantir a livre expressão do pensamento político, num clima de democracia e de respeito mútuo.»

Fernando Namora

Sophia Andresen

NA BOA HORA

Escritores defendem "Diário de Lisboa"

O escritor é um homem de protesto e deve ser a própria sociedade a encorajá-lo nesse papel de contestação. Aliás, em nada nos abona, a nós, como colectividade, ver um escritor sentado no banco dos réus, por ter expressado num jornal a sua opinião sobre um determinado acontecimento.

Trata-se do depoimento do escritor Fernando Namora, esta manhã, no 1.º Juízo Correccional da Boa Hora, onde testemunhou a favor do José Cardoso Pires, ex-director-adjunto do «Diário de Lisboa». Ao lado de Cardoso Pires, senta-se no banco dos réus o nosso director, dr. António Pedro Ruella Ramos. A mesma acusação: ofensas à reputação e prestígio da Polícia de Segurança Pública, através de um editorial publicado na edição do «D.L.» de 23 de Janeiro último.

No seu depoimento, Fernando Namora acrescentou que José Cardoso Pires (autor do texto que deu origem ao processo) nada mais fizera que «assumir a sua condição de escritor ao protestar contra o que lhe pareceu ser uma manifestação de violência» por parte da Polícia. De resto — adiantou a testemunha — esse protesto deve entender-se como «um alertamento sadio e útil até para a própria P. S. P. visto que as suas palavras têm em vista preveni-la contra o risco de ela, Polícia, reavivar uma imagem desfavorável que ninguém deseja ver reavivada».

Outro escritor a depor esta manhã para o mesmo processo, foi Sophia de Mello Breyner Andresen. Lembrou que o artigo em causa «não tem nenhuma intenção de ofender» e que «o jornalista tem de escrever todos os dias sobre o acontecimento e tem uma missão crítica a cumprir. Se tiver que medir cada palavra, criará uma

Continua na pág. 20

RELAÇÕES COM C.E.E. E E.F.T.A. NA AGENDA KREISKY-AZEVEDO

Questões políticas e económicas foram os temas gerais do encontro efectuado ontem ao fim da tarde em Viena entre Pinheiro de Azevedo e o chanceler Bruno Kreisky — revelou um porta-voz do Ministério português dos Negócios Estrangeiros, na capital austríaca.

No plano político os dois governantes debateram temas de ordem geral e as relações entre os dois países.

No capítulo económico foram discutidas «questões relativas à E. F. T. A., em particular no que se refere à conferência que ora decorre em Genebra no âmbito daquela organização» e as «relações desta com o Mercado Comum. Neste último caso foram abordadas as diversas formas de associação entre os Estados membros da E. F. T. A. com a C. E. E., considerada a ligação especial da Áustria ao Mercado Comum, de reconhecida importância para nós portugueses». Melo Antunes participou nas conversações ao lado do Primeiro-Ministro português.

Antes do início das conversações Kreisky salientara o facto de os dois países serem membros fundadores da E. F. T. A. e que tal facto contribui para «tornar mais fácil a cooperação entre ambos». Referiu ainda que Portugal se acha «numa fase de estabilização política, o que torna premente uma contribuição para a consecução do vosso projecto democrático».

Pinheiro de Azevedo expôs, por sua vez, em traços gerais as razões da sua visita à Áustria, afirmando que é neste momento «muito importante para Portugal observar o fenómeno político austríaco, nomeadamente a disciplina no domínio das relações de trabalho, a coexistência pacífica entre os trabalhadores e o patronato, que fazem da Áustria um país onde as greves são praticamente inexistentes e onde os conflitos de trabalho se solucionam pelas vias legais, sem pressões violentas, causadoras de grave instabilidade política».

Durante o jantar de gala, oferecido pelo chanceler Kreisky, em nome do Governo federal, almirante Pinheiro de Azevedo salientou, no discurso que proferiu, estar a diplomacia portuguesa a «reforçar os laços existentes» com a E. F. T. A. e o Mercado Comum, «numa acção consistente com o objectivo de concretizar uma estreita ligação entre as entidades nacionais dentro das especializações naturais de cada povo e de cada sistema económico».

Esta manhã o Primeiro-Ministro português deslocou-se à cidade de Linz onde visitou a metalurgia Voest. A delegação portuguesa estudará no local as possibilidades de cooperação no domínio da indústria pesada. Pinheiro de Azevedo deverá regressar a Viena ao fim da tarde.

O Primeiro-Ministro português quando era recebido ontem pelo chanceler austríaco Bruno Kreisky. À esquerda vê-se Melo Antunes

MÁRIO DIONÍSIO FALA AO "D.L." (Pág. 14)

Hoje em "D.L. Eleições"

ENTREVISTA COM CAL BRANDÃO

CANDIDATURAS DO P.C.P.

PROPOSTA ELEITORAL DO P.D.C.

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

UM QUADRO DE CORES SOMBRIAS

A campanha eleitoral inicou-se num ambiente carregado. Os partidos fazem já os cálculos pós-eleitoralistas. Não está à vista uma maioria de Governo que garanta as conquistas democráticas consagradas na Constituição e capaz de prosseguir uma política de trabalho, de progresso e de recuperação nacional. O próximo futuro pós-eleitoral é incerto e sombrio. O destino do País está suspenso de duas eleições: a legislativa e a presidencial.

Confusa e perigosa é, portanto, a perspectiva política que se oferece aos Portugueses nos dias que se seguirão ao próximo acto eleitoral. Esta manhã, «O Século», traçava o seguinte quadro: «Até 25 de Abril é a campanha eleitoral (no fundo o acentuar da pré-campanha em curso há muito tempo); de 25 de Abril a 27 de Junho é, para alguns observadores 'um certo vácuo', é a questão de saber se o VI Governo se manterá até que o Presidente da República seja eleito. é o problema de um Governo de '82 membros provisórios, , que nada mais fará do que administrar (no sentido mais restrito da palavra)...»

De 25 de Abril a 27 de Junho tudo estará dependente da escolha do cidadão (militar ou civil) para o cargo de Presidente da República. Teremos manobras de bastidores e teremos batalha eleitoral. Não teremos Governo que possa enfrentar os problemas nacionais com profundidade e em velocidade de campanha. Este ritmo lento de podre paz e vida provisória, agrava os problemas nacionais de si já graves, adia indefinidamente decisões urgentes, sacrifica às pequenas tácticas a estratégia da transformação da sociedade portuguesa. O País não suporta esta perda de tempo e de trabalho. O quadro é sombrio. Prometem-nos um Verão quente. E, até lá, a espera que desespera. Uma espera sem esperança.

«MUDAR DE GOVERNO, JÁ!»

O dr. Freitas do Amaral que ferve de ansiedade, sob a capa fria de uma policiada oratória, por nos prestar os seus serviços como administrador, depois de ter prestado — e com fervoroso aplauso do mestre — as suas provas como administrador em Coimbra, terra de precursores, declarou categórico que era necessário: «Mudar o Governo, já!»

As declarações do dr. Freitas do Amaral constitu em uma acusação violenta que deixa bem desenhada a orientação do líder do C. D. S.: «Perante o espectáculo da desordem e de ruína económica a que o País foi conduzido, a completa subversão de valores históricos, culturais e religiosos, que se procurou impor ao País, contra a sua vontade...». Seguidamente, o dr. Freitas do Amaral condenou a «descolonização escandalosa» e atribua todos os partidos que participaram nos sucessivos «Governos Provisórios», o qualificativo de «socialistas», para concluir triunfante: «o Governo é constituído por partidos que não sabem governar».

Sublinhe-se que o líder C. D. S. considera «socialista» o P. P. D., seu presumível aliado no Governo, mas o que é de salientar é este ataque cerrado aos «governos que não sabem governar». Governar, é com ele! Ele sabe. Ele, Freitas do Amaral é um administrador, cursou com brilho e bom mestre, Direito Administrativo, na Faculdade de Direito de Lisboa. O «catedrático» chamava-se: Marcello Caetano.

«OUTRO PRESIDENTE, JÁ!»

Em Nelas, o secretário-geral do P. P. D. produziu uma bem torneada peça oratória, afirmou: «Hoje, Angola, ocupada por forças sovieto-cubanas, não podia ser reconhecida por nós, P. P. D., com um Governo do M. P. L. A. apenas, que é um Governo sovieto-cubano. Por isso, batemo-nos até ao fim contra esse reconhecimentp e quando o sr. Presidente da República usando dos seus poderes com o apoio do P. S. e do P. C. P. fez o reconhecimento, nós dissemos no próprio dia ao senhor Presidente da República: O povo não aceita a sua decisão. Como a nossa reacção é democrática nós dizemos ao sr. Presidente: queremos eleger outro presidente.»

A posição é clara. Também o P. P. D. — embora «socialista» na qualificação de Freitas do Amaral — fala a linguagem clássica da reacção. Lê-se este discurso, e situamo-nos no «antigamente». A argumentação tem o sabor da velha oratória da «Assembleia Nacional». O polemismo de Sá Carneiro é antidemocrático apesar de invocar a «Democracia», combate as consequências do «25 de Abril» determinadamente, ataca a descolonização, pretende reduzir os militares à vida dos quartéis, afastar os militares da linha «melo-antunista», substituir o Presidente da República. Tem o dr. Sá Carneiro o mérito — reconheçamo-lo — de o fazer às claras. Outros, com maior astúcia e não menor determinação, manobram contra o general Francisco Costa Gomes que continua a ser, pela experiência política, pelo relevo internacional, pelas provas de capacidade de negociador, pela popularidade, um candidato possível. Portanto, para a «direita» — e não só — um concorrente a abater. Quando Francisco Sá Carneiro pretende: eleger um Presidente da República pensa, como é evidente, num militar cujo perfile político possa projectar forte sombra sobre a vida nacional: a sombra de uma «direita» saudosa dos doces tempos em que se contentara com ser a «dissidência» do caetanismo.

U.D.P. ACUSA E AFIRMA

"Há elementos de prova para indicar autores da vaga terrorista no Norte"

Em conferência de Imprensa realizada ontem no Porto, na sede da U.D.P., e após se ter feito referência à origem social dos respectivos candidatos, na sua quase totalidade oriundos da classe operária, foi abordado o terrorismo que se abate contra organizações progressistas e de trabalhadores nomeadamente os factos ocorridos em Vila Real e de que resultou a morte de dois militantes da U.D.P. — o padre Maximino e a jovem Maria de Lurdes Pereira.

Sobre esta vaga terrorista, Mário Brochado Coelho relembrou factos ocorridos antes das mortes do padre Maximino e da jovem Maria de Lurdes, como a presença de um automóvel «Alfa Romeo» de cor verde claro (existem apenas dois carros daquela marca em Vila Real) e que dias antes do atentado foi visto a espiar os passos daquele sacerdote. Foram ainda desmentidas calúnias veiculadas por alguma Imprensa contra o padre Maximino.

Entretanto realizou-se uma manifestação promovida pela U.D.P. que percorreu diversas ruas e bairros pobres da cidade do Porto.

CONCENTRAÇÃO EM LISBOA

Apesar de convocada com poucas horas de antecedência, pela U.D.P., M.E.S. e Cristãos pelo Socialismo, um regular número de manifestantes esteve ontem, às 19 horas, em Belém, para protestar contra a morte do padre Maximino Barbosa de Souza e de Maria de Lurdes Pereira, no atentado terrorista de Santa Marta de Penaguição.

Pela primeira vez desde 25 de Novembro, uma manifestação de forças da esquerda não foi vigiada de perto por um forte dispositivo policial. Durante a concentração não foram vistos nem mesmo os guardas republicanos encarregados da segurança do palácio da Presidência da República, que se mantiveram afastados.

Sob a palavra de ordem «Morte ao fascismo e a quem o apoiar», a manifestação iniciou com a leitura de uma moção que momentos depois seria entregue ao general Costa Gomes, assinada pela U.D.P., M.E.S., F.S.P., P.R.P., Cristãos pelo Socialismo, A.E.P.P.A., C.L.A.R.P., Pró-Fapir-Frente jculturaL; Grupo de Teatro a Comuna, Sindicato dos Marinheiros, Sindicato dos Rodoviários de Setúbal, trabalhadores expulsos da Rádio Renascença e por um grupo de antifascistas deficientes das Forças Armadas.

Depois de lembrar as investidas terroristas, a recente prisão de Marcelino da Mata em Espanha a transportar armas e explosivos para Portugal, e a libertação de centenas de agentes da P.I.D.E./D.G.S., a moção exige «a denúncia pública e o castigo dos assassinos; a prisão e o julgamento dos agentes da P.I.D.E./D.G.S. que já foram libertados e que foram aumentar as fileiras do E.L.P. e M.D.L.P., a investigação até ao fundo das ligações entre os partidos legais reaccionários e o contrabando de armas de autênticas quadrilhas fascistas, que só não vêm a público porque o Governo não quer».

Em seguida, ouviu-se a gravação de parte da intervenção do padre Maximino Barbosa de Sousa no Congresso da U.D.P., há poucos dias realizado no Coliseu. Entre outras coisas, naquela oportunidade, disse o padre Maximino: «É impossível eu trair a minha classe, lembrando o que foram os meus pais e os meus avós (...) A Igreja tem que acabar de ser um monopólio do P.D.C., C.D.S. e P.P.D. Eles acusam um padre por ser de esquerda mas não dizem o que fazem os padres da direita (...) O sacerdócio é para servir o povo e não para servir-se do povo (...) Um padre na esquerda custa muito à burguesia. Eles temem isso e sabem porquê.

Depois, foi a vez do padre Felicidade Alves, representando os Cristãos pelo Socialismo, que chamou a atenção do que significa um padre revolucionário, lembrando Camilo Torres, que na Bolívia morreu com as armas na mão, Martin Luther King, assassinado nos Estados Unidos, D. Helder Câmara, no Brasil e o padre Carbonnel, em França.

Afonso Dias, ex-deputado da U.D.P. na Assembleia Constituinte, encerrou os discursos a dizer que «o padre Maximino não desejaria a nossa dor profunda. Antes, quereria que pegássemos no seu exemplo e fôssemos adiante. É a melhor maneira de dizer: Max mino Barbosa de Sousa — Presente». Afonso Dias advertiu ainda que este primeiro assassinato político comprovado depois do 25 de Abril demonstra que a direita está disposta a tudo para regressar ao poder Lembrou que, em Vila Real, há uma inscrição numa parede, que diz: «Os fascistas não mataram o padre Maximino, Semearam-no».

A concentração, que iniciou com um minuto de silêncio, terminou com a Internacional.

AUTOCOLANTE DÁ PRISÃO

Quando a maioria dos participantes da manifestação já havia dispersado, gerou-se um incidente quando uma das pessoas que estava na concentração, ao passar por um «jeep» de P.E., estacionado a aproximadamente 200 metros, tentou «deixar» um wutocolante num guarda-lamas. Detido, identificado, o manifestante contou com o apoio das outras pessoas que passavam e de Afonso Dias, que tentou contornar a situação. A P. E. entregou o caso à P.S.P., e tudo ficou resolvido meia hora depois quando o manifestante saiu em liberdade. Enquanto duraram os trâmites, algumas dezenas de pessoas concentraram-se junto à esquadra, de Belém que foi guardada por elementos da P.S.P., P.E. e, posteriormente, por oito guardas do recém formado grupo de intervenção, que chegaram ao local pouco depois. O caso foi classificado, segundo consta, como «excesso de zelo».

Um flagrante da manifestação-comício em Belém

O FUNERAL

Constituiu profunda manifestação de pesar e de repúdio pela vaga terrorista que se tende a generalizar a todo o País, os funerais do padre Maximino e da jovem Maria de Lurdes. Muitos milhares de pessoas incorporaram-se no préstito, vendo-se delegações de Trás-os-Montes, Lamego, Porto, Lisboa e Minho. O comércio e os serviços públicos encerraram as suas portas. Foram também muitos os sacerdotes que se deslocaram de vários pontos do País para se associar à última homenagem do padre Maximino.

As urnas foram transportadas aos ombros de padres, professores, jovens estudantes, militantes da U.D.P., partido de esquerda e elementos da população. No cemitério novo, usaram da palavra um professor e uma jovem estudante que apelaram para a unidade dos transmontanos na luta contra o fascismo, culpando o C.D.S., o E.L.P., o P.P.D., o P.D.C. que tudo fazem no sentido para um regresso ao obscurantismo.

Depois do funeral organizou-se uma manifestação que se dirigiu ao largo fronteiro ao palácio do governo civil. Aí uma comissão de estudantes foi recebida pelo dr. Montalvão Machado, governador civil, que solicitou o cumprimento de uma moção aprovada: que a uma rua de Vila Real sejam dados os nomes do padre Maximino e da Maria de Lurdes e que seja feita uma exaustiva investigação ao atentado

ARNALDO MATOS E AS ELEIÇÕES

"Mais uma farsa"

«Mais uma farsa para iludir o Povo» — assim classificou Arnakdo Matos, secretário-geral do M. R. P. P, as eleições que vão realizar-se no próximo dia 25, falando ontem à tarde durante um comício do seu Partido na C. N. N. em Alcântara.

Arnaldo Matos criticou a política prosseguida pelos seus sucessivos Governos Provisórios desde o 25 de Abril de 74. Falou do controlo operário, da semana de 48 horas (como únicos modos de resolver a crise económica e desemprego), das nacionalizações (criticando-as e ao modo como foram feitas), da descolonização (desfavoravelmente). Falou de outras coisas.

À noite, Arnakdo Matos esteve no Vitória Clube, à Picheleira, noutra sessão. O secretário-geral do M. R. P. P. proferiu afirmações violentamente críticas contra o M. F. A. e o Presidente da República — «ataques impublicáveis», segundo o pudor político de «O Diário», na sua edição de hoje, que regista esta afirmação do primeiro dirigente do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado: «Esta democracia é uma democracia de carnaval.», além de reter esta ponderação do secretário-geral daquela organização acerca das possibilidades eleitorais do seu movimento: «Mesmo que o nosso Partido ganhasse as eleições sózinho, não poderiamos resolver os vossos problemas. Porque a Assembleia Legislativa é um moinho de palavras. Nós poderiamos aprovar algumas leis mas elas não seriam aplicadas. Só quando o Povo se mobilizar, se organizar e se armar para impôr a sua vontade isso será possivel. No dia em que aprovássemos as nossas leis (nacionalizações de todos os monopólios inclusive os estrangeiros; trabalho obrigatório; seguro, ensino e assistência médica gratuitas; 200 milhas marítimas), nesse dia o M. F. A. sairia para a rua com os seus chaimites e canhões para dissolver a Assembleia...»

post scriptum

Infelizmente a reforma é um sofrimento

O reformado, segundo os dicionários, é o «que sofreu reforma; protestante».

Não há dúvida que a reforma é um sofrimento — não devia ser — mas infelizmente assim é. Veja-se: Quando um homem ou mulher se reforma é porque atingiu um estado ou situação que a tal obriga. Ou porque atingiu determinada idade, com determinado tempo de trabalho ou porque anormalidades na saúde o forçaram. Portanto, chegar a velho ou ter falta de saúde, não são motivos de prazer, mas sim de sofrimento e tanto maior quanto essa situação não for colmatada com alguma tranquilidade de espírito.

O homem não é uma máquina. Não subsiste, não vive, se apenas forem satisfeitas as suas necessidades fisiológicas. Ele necessita de alegria, amor, ternura e razão, e de liberdade e justiça autêntica também.

Estas premissas são fundamentais para a sua existência feliz, mas só por si não resolvem tudo.

O reformado precisa de ter outras garantias — que não tem — pois tem a certeza de que já as conquistou com o seu árduo e dedicado trabalho.

Por isso ele, quando não vê satisfeitas as suas reivindicações protesta. Protesta e manifesta o seu descontentamento, muitas vezes com desespero, com irritação, com raiva até!

E porquê?

Porque o egoísmo do homem é cego.

Quando está activo e com saúde, legisla, mas esquece que um dia também será reformado e que aquilo que hoje semear, será aquilo que irá colher amanhã.

Manuel B.S. — Beja

É assim que se recupera a economia?

Um jornal vespertino publicou há dias uma entrevista com vários dos gestores da Banca, de antes do 25 de Novembro, cuja tónica incidiu nos presumíveis prejuízos que se viriam a verificar na actividade bancária respeitante ao ano de 1975. Houve, praticamente, unanimidade quanto a este ponto fulcral e foram apontados motivos justificativos. Em resumo, creio que ficou claro que: a Banca vai ter prejuízo.

Na linha de uma tal perspectiva, quer se trate de empresa pública ou privada, e à face de um são critério de gestão, urgiria que fossem tomadas medidas compressoras de despesas, destinadas a eliminar ou, pelo menos, reduzir os efeitos negativos produzidos pela actividade bancária. Porém, surpreendentemente e contra toda a lógica administrativa, tive conhecimento, há dias, que os gestores actuais — pós 25 de Novembro — tinham visto o seu já principesco ordenado de 30 contos mensais ser aumentado para 40.

Francamente, não compreendo como será que com processos desta natureza será conseguida a tão falada recuperação económica do País. Bom, mas como se trata de mais uma receita pluralista, pode ser que aconteça um milagre.

José Ferreira — Vila Nova de Gaia

O exemplo da realidade angolana

Apesar das inúmeras tarefas a que nos obrigamos a realizar, face ao processo revolucionário angolano, temos tido de vez em quando oportunidade de ler alguns jornais portugueses.

Se os aspectos da Revolução portuguesa, por um lado, nos interessam, por outro, não podemos deixar de ficar perplexos face ao noticiário de tudo o que se passa em Angola.

É que, salvo raras excepções, a tónica geral é, na verdade, a de uma sistemática campanha de mentiras sobre a realidade angolana.

Não vamos aqui enumerar o que de incorrecto se tem escrito na Imprensa portuguesa; vamos, outrossim, lembrar através do «DL», que os portugueses que como nós estão neste país ajudando a construir dos escombros uma nova nação, são bem testemunhas do exemplo que este sacrificado povo está a dar ao Mundo.

Não são as manobras de alguns órgãos de Informação de Portugal que conseguirão apagar a realidade angolana.

É necessário que o povo português saiba que Angola é um país livre; livre à custa de muitos sacrifícios. Mas o seu povo, e todos aqueles que não sendo angolanos aqui se encontram, saberão vencer todas as dificuldades e criar as necessárias condições para que o Mundo veja onde está a verdade.

Como portugueses, lamentamos sinceramente que, depois de tão longa noite colonial, ainda haja forças em Portugal que, em vez de tentarem uma fraternal aproximação com o povo angolano, tentam a criação de uma atmosfera de mentira, ao serviço sabe-se lá de quem.

É preciso que o povo português saiba que em Angola a liberdade é igual para todos, e que inclusive os portugueses que aqui vivem estão sendo frequentemente alvos de provas de simpatia por parte de quem, no fundo, até tem razões de queixa dos portugueses.

Que a Imprensa portuguesa hostil a Angola e ao M.P.L.A. reconheça de uma vez por todas que a sua concertada acção tem todas as hipóteses de, num futuro breve, se transformar numa arma contra si própria.

Aguardemos.

Henrique Mota — Luanda (R.P.A.)

OS LATIFUNDIÁRIOS: DESAPARECIMENTO OU RECONVERSÃO?

NELLY JAZRA E ALVARO BANDARRA

Podemos desde já afirmar que o processo das mudanças no campo em Portugal foi caracterizado por dois aspectos fundamentais:

— por um lado a subalternização da classe dos grandes proprietários fundiários, subalternização que se revelou através da ausência da resistência violenta, o que permitiu a ocupação das terras pelos trabalhadores com o apoio das forças políticas interessadas no processo de avanço da reforma agrária, (entendida esta como a transformação das anteriores relações de produção no campo);

— por outro lado o facto que as terras ocupadas, nas regiões onde isto se verificou, não foram distribuídas individualmente, antes foram criadas unidades de produção colectivas (cooperativas, herdades colectivas e unidades colectivas de produção agrícolas).

A correlação de forças estabelecidas depois do 11 de Março de 1975 permitiu que fossem desencadeadas as energias sociais que originaram as ocupações de terras. A anterior correlação de forças favorável ao avanço do movimento de apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores estagnou após o 25 de Novembro de 1975. Esta mudança do vento teve como consequência o aparecimento de correntes sociais contrárias aos que tinham conduzido o processo até esta data.

Actualmente surgem à tona da água alguns grupos sociais interessados não somente em contrariar as conquistas anteriores, mas também em modificar em seu favor o modo como após o 11 de Março se estabeleceram as relações de apropriação. A constatação destas novas relações de força revela-se na maneira como vai ser decidido a atribuição ou não de indemnizações aos proprietários expropriados ou em vias de expropriação, assim como na forma de pagamento dessas indemnizações e no montante estabelecido.

1 — OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E AS ALIANÇAS DE CLASSE

Estas opções políticas ao nível do poder dos órgãos de decisão, revelarão o peso específico da classe dos grandes proprietários fundiários e o seu destino (desaparecimento, reconversão ou continuação).

Uma coisa nos parece certa e muito importante: seja os grandes proprietários fundiários aceitam as indemnizações — isto é as regras do jogo da democracia-parlamentar capitalista; seja pelo contrário as não aceitam, procurando estabelecer alianças com outros grupos sociais para conquistar e alargar a sua influência no poder, defendendo a sua existência em tanto que grupo social. Se assim for, corre-se o risco de vermos instalado no poder o mesmo tipo de alianças de classes e o mesmo tipo de poder político anterior ao 25 de Abril.

Terá que ser sublinhado o facto que a classe dos proprietários fundiários — se o actual poder político optar pela solução das indemnizações — só as aceitará se lhe forem dadas condições favoráveis para a sua reconversão em tanto que grupo social. Quer dizer que a aceitação da sua reconversão social só será viável se lhe derem a possibilidade de transferir o equivalente do seu capital-terra, para outros sectores da economia nacional. Naturalmente que a correlação de forças deve ser vista actualmente não só em relação às classes trabalhadoras, que poderão ter ou não força para impor as suas soluções, mas também relativamente às outras fracções da classe capitalista (industrial, agrícola, financeira) (1), que terão ou não força suficiente para impor a forma de reconversão dos proprietários fundiários (seus aliados tradicionais na anterior política portuguesa).

Aliás as formas que pode assumir esta reconversão serão concretizadas através das diferentes formas de indemnização.

2 — FORMAS DE INDEMNIZAÇÃO

A indemnização não é mais do que o pagamento duma certa quantidade de capital, pagamento esse que é baseado no reconhecimento do direito à existência da propriedade privada. Isto significará que este direito que tem por origem o monopólio da terra nas mãos duma classe socialmente minoritária, é agora quantitativamente limitado através de normas estabelecidas. Com efeito as normas legais fixam um certo e determinado rendimento máximo (2) que não pode ser ultrapassado. Este rendimento máximo tem que ser visto em relação a um momento bem preciso, que é o da intervenção duma certa e determinada «justiça social» que foi o reflexo das pressões resultantes das lutas de classes, que se agudizaram num determinado período de tempo.

Passado este «mau momento» para as classes capitalistas dominantes, de novo aqueles que foram atingidos pela limitação poderão no futuro, dentro da nova ordem estabelecida, desenvolver as suas iniciativas maximizar os meios de produção e o capital agora acrescido das indemnizações e em consequência disto ultrapassar as anteriores normas restringindo os rendimentos obtidos.

Perante os factos anteriormente apontados deve-se pois sublinhar que uma reforma agrária corresponde a uma intervenção pontual, limitada no espaço e no tempo e cujos efeitos imediatos podem ser rapidamente ultrapassados se não forem acompanhados duma série de medidas tendentes a uma transformação do conjunto das relações sociais de produção. Transformação que não pode ser vista só em relação à supressão ou limitação do poder da classe dos grandes proprietários, mas também e fundamentalmente em relação à destruição dos interesses da classe do lucro.

As diferentes formas de indemnização revelam as várias maneiras como vão ser respeitados os interesses, seja da classe dos grandes proprietários fundiários, seja das fracções da classe capitalista. Sendo a não indemnização a defesa dos interesses dos trabalhadores, visto que são estes que criam o sobreproduto transferido sob forma de renda cristalizada através do pagamento da indemnização. No caso da não indemnização a reforma agrária revelaria uma vontade (e só uma vontade visto que não teria por si mesma o impacto suficiente para destruir a lógica interna dos mecanismos do lucro) para aniquilar a classe capitalista.

Partimos do princípio que quando existe indemnização pela expropriação de terras, esta é sempre consentida pelas fracções da classe capitalista, que aceitando reduzir momentaneamente uma fracção do lucro ou do sobrelucro criado pelas classes trabalhadoras, esperam dar a possibilidade à classe dos grandes proprietários fundiários de se reconverterem, integrando-os na via capitalista. Não deixando contudo e desde logo de perspectivar a maneira como irão recuperar a fracção do capital destinada à indemnização das terras expropriadas.

Este «sacrifício» consentido pela classe capitalista, da partilha dos lucros — provisório e passageiro — tem em vista não só presentes e futuras alianças com a classe dos «reconvertidos», mas também não permitir que se generalize e que se perpetue a penetração das limitações do direito de propriedade privada a outros sectores da economia nacional ou ao capital duma forma geral e por fim e fundamentalmente acalmar as lutas reivindicativas das classes trabalhadoras.

Nesta perspectiva podemos apontar três grandes formas de indemnização permitindo a reconversão da classe dos grandes proprietários fundiários.

a — A RECONVERSÃO GLOBAL

Significa que o preço das terras expropriadas é totalmente pago pelo seu valor actual. Quer isto dizer que o pagamento da totalidade do capital-terra permite à classe dos proprietários fundiários disporem do valor global, que pode ser investido noutras actividades do sector económico.

Neste caso a indemnização pode ser paga, seja sob forma de numerário, seja em acções passivas de serem transaccionadas sem qualquer espécie de limitações.

Nesta forma de indemnização a distribuição da terra processa-se contra o pagamento por parte dos camponeses: seja directamente pela compra das terras, seja indirectamente contra o pagamento duma renda a longo prazo (apagamento que neste caso é em geral feito ao Estado). Nesta transacção o Estado assume o papel de intermediário, e em geral é o zelador dos interesses dos grandes proprietários fundiários, intervindo para que a totalidade da renda cristalizada no preço pago pela terra, seja transferido para os antigos apropriadores.

Quando o pagamento do preço das terras é feito ao Estado este assume o papel do grande proprietário fundiário e tentará regulamentar o preço da terra, assim como a sua ocupação em termos favoráveis às fracções da classe capitalista dominante. O exemplo mais flagrante, que ilustra o papel do Estado-intermediário vem-nos da «reforma agrária» iraniana, onde o poder público centralizava o montante das rendas pagas pelos camponeses, distribuindo-os depois pelo proprieteários fundiários. Um outro exemplo pode ser dado: a «reforma agrária» turca, onde a totalidade do valor da terra foi paga pelo Estado sob formas de acções respeitantes quer ao sector público quer ao sector privado.

b — A RECONVERSÃO PARCIAL

Neste tipo de reconversão podem ser encaradas diferentes possibilidades:

— O Estado recebe dos camponeses a totalidade do valor da terra, sob forma seja de renda actualizada ou de pagamento directo do preço da terra, distribuindo parte deste valor aos antigos proprietários fundiários, sendo parte reservada para incentivar os investimentos dos outros sectores da economia nacional (ou internacional).

Naturalmente que tem importância verificar a orientação desta parte dos investimentos porque ela revelará a fracção ou fracções das classes capitalistas no poder e a quem é que portanto eles vão beneficiar através da escolha do tipo de investimento efectuado.

O benefício pode também ser indirecto se o pagamento das acções for escalonado no tempo, ou se as acções tiverem uma fraca taxa de juro. Exemplos concretos desta forma de indemnização poderem observar-se nas reformas agrárias do México em 1919, ou no Chile no tempo do Governo democrata-cristão de Eduardo Frei.

— O Estado recebe só parte do valor da terra e distribui a fracção do valor recebido aos anteriores proprietários, jogando desta maneira o papel de intermediário. Isto significará, que a pressão das classes trabalhadoras é já suficientemente sensível para não permitirem, nem o pagamento da totalidade da renda cristalizada, nem a transmissão dessa totalidade.

Nestes dois últimos casos a reconversão é parcial em consequência de só ter sido transferido uma parte do sobreproduto criado pelos camponeses.

c — A reconversão enfraquecida ou anulada.

Geralmente nesta forma de indemnização o Estado recebe uma parte muito pequena da renda cristalizada da terra e distribui-a pelos antigos proprietários. Os poderes instituídos continuam a ter o mesmo papel de intermediário, como no caso anterior, somente que a reconversão dos proprietários fundiários em capitalistas, revela-se difícil senão impossível, pela parte diminuta que lhes toca. Quando assim sucede, a relação de forças é favorável aos camponeses, resultando esta correlação de forças com frequência de reivindicações violentas por parte daqueles que aspiram ao direito de cultivar a terra que muitas vezes nem sequer tinham a possibilidade de trabalhar.

A pequenez da indemnização recebida pelos proprietários fundiários pode não ser só devida a que o Estado assim resolve reduzir as condições do seu pagamento directo. Esta parte pode também ser dimi-

Continua na pag 4

Nacional

Saneamento de Lisboa: estudo-base no dia 15

Os estudos-base para a institucionalização da Empresa Pública do Saneamento Básico da Região de Lisboa deverão estar concluídos no dia 15 de Abril próximo. Os estudos incluirão uma análise global dos custos de água, de modo a permitirem definir a política dos preços a praticar nesta região.

A resolução do Conselho de Ministros que criou, em 16 de Março, a Região do Saneamento Básico de Lisboa, prevê ainda que «até à definição correcta da política a adoptar quanto às tarifas que deverão ser praticadas se mantenham as que actualmente se encontram em vigor».

O Estado concederá um subsídio à EPAL por metro cúbico de água consumida, até aprovação da nova tabela de preços.

Entretanto, foi publicada no «Diário do Governo» a resolução ministerial que estabelece ainda que seja a EPAL a proceder aos estudos e institucionalização da Empresa Pública do Saneamento Básido da Região de Lisboa.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57067, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Areeiro, freguesia de Angeja, concelho de Albergaria-a-Velha, de uma linha aérea a 15 kV, com 383 metros, do apoio n.º 7 da linha para o posto de transformação Angeja-Cruz ao posto de transformação Angeja-Areeiro, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

Os latifundiários: desaparecimento ou reconversão

Continuação da pág. 3

nuída se o Estado estipular que o pagamento será feito a longo prazo, geralmente através de títulos do tesouro, títulos estes que não podem ser transaccionados e que sofrerão os efeitos da desvalorização monetária. Desta maneira o proprietário (se ainda for vivo) chegada a altura de poder dispor livremente dos seus títulos encontra-os de tal maneira desvalorizados que dificilmente os poderá utilizar. E entretanto o Estado, que teve todo este espaço de tempo para fazer aplicar a sua estratégia de desenvolvimento, conseguiu, entretanto, neutralizar esta classe.

É possível considerar, como uma variante desta categoria, o caso onde não é estipulado formalmente nenhum pagamento de renda directa pelos trabalhadores beneficiários das atribuições de terras, recebendo, porém, o Estado, sob forma de impostos ou de transferências de outros fundos criados para esse fim, o montante de uma forma de renda absoluta que servirá para transferir uma parte do valor da terra para os proprietários fundiários.

Na reforma agrária argelina o Estado determinou que a indemnização fosse paga através de títulos de tesouro, com uma taxa de juro de 2,5 por cento e amortizáveis em 15 anos, sendo o início do pagamento adiado por dois anos a partir da data da entrega dos títulos aos interessados. O montante do valor das acções a ser atribuído ao proprietário expropriado foi calculado na base das contribuições fundiárias pagas por este último. Como geralmente nas declarações para o pagamento das contribuições o proprietário declarava uma superfície inferior à superfície real, a indemnização paga é bastante inferior ao valor da terra. Mas esta inferioridade do valor a ser pago ao proprietário é ainda diminuida, se considerarmos que desde o princípio da aplicação das expropriações de terras (1973), ainda nenhum título foi atribuído...!

No entanto se esta legislação tivesse sido aplicada, os proprietários fundiários poderiam, apesar de tudo, investir o montante da renda recebida, equivalente ao juro das acções, no sector privado existente (indústria têxtil, construção civil, agricultura não nacionalizada, etc.).

Na reforma agrária cubana as formas de indemnização são bastante idênticas às argelinas (emissão de «títulos de reforma agrária» pagos em vinte anos, com um juro de 4 por cento). Contudo as condições de reconversão da classe social dos proprietários fundiários não são semelhantes na Argélia e em Cuba, visto que no segundo caso a maioria dos proprietários fundiários abandonaram o país, e aqueles que ficaram não tiveram a possibilidade de investir os seus capitais no sector privado com fins lucrativos.

Contudo em ambos os casos, podemos apontar a constante de não terem sido feitas quaisquer exigências, de nenhuma forma de pagamento, directa ou indirecta, por parte do Estado, aos beneficiários das terras distribuídas (camponeses individuais ou cooperativas).

d — NÃO INDEMNIZAÇÃO; NÃO RECONVERSÃO

Este tipo de reforma agrária caracterizou-se geralmente por um processo muito violento de lutas sociais, (3) que não permitiram nem a transferência da renda cristalizada do preço do solo para a classe dos proprietários fundiários, nem o pagamento a estes pelo Estado de nenhum valor, nem ainda nenhuma transferência da renda paga pelos trabalhadores ao Estado.

Podemos dizer que neste caso o sobreproduto ficou nas mãos daqueles que o criaram. Ter-se-á que sublinhar que o pagamento, ao Estado, de impostos ou outras transferências de fundos das unidades de produção colectivas ou individuais, criadas após a reforma agrária, não pode ser considerada como renda fundiária absoluta, representando parte ou totalidade do preço do solo. Quer isto dizer, que a transferência feita através desse pagamento, não é mais do que rendas fundiárias diferenciais, as quais permitirão atenuar as desigualdades existentes nas condições naturais de produção (solo, clima, irrigação, etc.) e nas condições de comercialização (distância dos mercados, existência ou não de vias de comunicação, etc.).

Naturalmente que numa economia de mercado não podem existir os mecanismos compensadores, que se estabelecem através das rendas diferenciais, mecanismos que servem para **orientar**, numa economia planificada, a perequação da taxa de lucro. O Estado, na economia planificada, assume portanto o papel de organizador dos mecanismos da perequação, repartindo os investimentos pelos diferentes sectores, assim como o excedente criado a diferentes níveis. Disto resultará a equidade social e económica e a destruição das leis selvagens da concorrência capitalista.

3 — QUAL SERÁ A FORMA DE INDEMNIZAÇÃO ESCOLHIDA EM PORTUGAL?

Em relação ao nosso país, não tendo ainda sido decidido **quais o(s) tipo(s) de indemnização** a potada s), podemos contudo afirmar que o princípio de indemnização aos proprietários fundiários foi aprovado. Assim dois elementos podem ser retirados: legaliza-se a ocupação de terras por parte do Estado (e ainda não foram reconhecidas parte das terras ocupadas) e por outro lado adopta-se o critério de reconhecimento da propriedade privada anterior, propriedade que embora tivesse sido apropriada posteriormente pelos trabalhadores, «tem que ser indemnizada» visto que as ocupações das terras são consideradas abrangidas pela lei.

No momento em que os trabalhadores decidiram ocupar as terras, porque consideravam que tinham direito à sua apropriação, a legalidade então existente no nosso país reconhecia essa situação de dinâmica social. A legalidade actual considera só as terras expropriadas como um «direito legítimo dos trabalhadores, «direito legítimo» esse que foi limitado por um período de tempo determinado e segundo certas regras fixadas pelo Estado.

Na óptica da indemnização quanto mais é afirmado o valor incorporado no solo por aqueles que o trabalharam, mais a forma legal tem uma importância secundária e mais reduzida é portanto a parte que o Estado reservou para indemnizar os proprietários fundiários. Assim, podemos estabelecer inter-relações de correspondência entre as formas legais e a «legitimidade» das ocupações, isto é, entre as acções desenvolvidas pelos trabalhadores e as decisões do Poder político, que pode ou não estar integrado nesta dinâmica social, consoante este mesmo poder tome parte nessas acções dos trabalhadores, se veja obrigado a reconhecer a **poateriori** essas situações criadas ou queira reprimir e anular o que foi anteriormente empreendido.

Na situação actual verifica-se a dominância da segunda solução, isto é, aquela em que o poder político reconhece **a posteriori** a «legitimidade» parcia (porque limitada no tempo e no espaço) das ocupaçoes.

O Poder político actual reconhece também a possibilidade de reconversão da classe dos proprietários fundiários, atribuindo-lhe uma renda (renda fundiária absoluta) «através da concessão dos títulos do Estado» (4).

Tendo em conta a indefinição actual, nada mais nos resta senão interrogarmo-nos sobre quem irá suportar os encargos resultantes do pagamento desta renda, na base dos títulos do Estado e qual seria a importância do rendimento que se quer atribuir à classe dos proprietários fundiários. Segundo o volume do montante atribuído, poder-se-á estabelecer se a forma de indemnização escolhida corresponde à reconversão total, parcial ou mesmo ao que nós chamamos a reconversão enfraquecida ou anulada.

Esta última, atendendo às actuais perspectivas políticas e sociais, dificilmente poderá vir a ser concretizada. Apesar de tudo foi afastada a ideia da reconversão imediata e global (o pagamento não vai ser feito em numerário (4)) e foi proposto que as unidades de produção paguem somente uma renda diferencial, o que significaria que sejam estabelecidas condições para o arranque dos mecanismos de uma economia planificada (redistribuição e afectação do excedente ao nível nacional). Que não existe, embora tenha havido anteriores tentativas nesse sentido.

De toda a maneira, os mecanismos respeitantes ao estabelecimento da renda diferencial foram propostos em relação à atribuição colectiva das terras ocupadas pelos trabalhadores (cooperativas agrícolas, herdades colectivas e unidades colectivas de produção). Uma diferença vai aparecendo entre as terras que através de uma dinâmica social, foram devolvidas aos trabalhadores e as terras onde houve intervenção do Estado através da nacionalização. Nestas últimas (por exemplo Lezírias do Tejo), ainda não ressaltou uma vontade de definir por parte do Estado quais as formas de organização colectiva da produção e de distribuição dos produtos. Contudo é possível constatar o aparecimento de formas de renda absoluta, seja nas terras nacionalizadas, seja nas terras expropriadas, através dos arrendamentos a certos seareiros e rendeiros. Estes últimos são apoiados pelos proprietários fundiários, os quais esperam também desta maneira institucionalizar o desvio de uma parte do sobreproduto criado pelos trabalhadores, o que lhes permitiria o reconhecimento da sua reconversão nas mais favoráveis condições.

Resta interrogar-nos se o Estado, a curto ou a médio prazo considera que estas formas de pagamento da renda fundiária absoluta devem ou não ser abolidas. Ou se só as conserva para dar resposta a problemas imediatos e irrefutáveis, que surgiram devido ao facto das forças políticas, ou dos responsáveis da maneira como foi conduzida a reforma agrária (responsáveis a vários níveis); por negligência ou por demasiado confiarem na dinâmica social, não terem sabido encontrar soluções que defendessem simultaneamente os interesses não só dos trabalhadores rurais, mas também dos pequenos agricultores.

É óbvio que se forem encontradas soluções provisórias para esse problema a nível local, as decisões terão que ser tomadas tendo em conta não respostas pontuais (que só adiam a globalidade da resolução desta questão, aprofundando as contradições entre as classes exploradas do campo e pondo em perigo as conquistas alcançadas), mas a planificação de todo o processo de socialização do campo. Mas levantar o problema do aparecimento de novas formas de renda fundiária absoluta, que tendem a institucionalizar-se nas zonas de aplicação da reforma agrária, não é esquecer que a mesma questão é conservada em relação às regiões do País onde continuam a subsistir as mesmas relações de produção anteriores ao 25 de Abril. Em vista disso parece-nos que se os meios a aplicar não são efectivamente os mesmos, os objectivos a atingir deverão ser generalizados (o que é legal e legítimo para o Norte, é ilegal e ilegítimo para o Sul?), sem o que falar em planificação è não somente utópico mas demagógico. Embora se possa continuar indefinidamente a solucionar os problemas surgidos no dia-a-dia com medidas de urgência.

Lisboa, 24 de Março de 1976

(1) A fracção de classe dos capitalistas financeiros, embora tivesse sido diminuida a sua influência nacional, não pode ser esquecida a importância que continua a ter devido às alianças do capitalismo internacional.
(2) Poder-se-ia perguntar porque é que este rendimento máximo foi fixado só em relação a uma certa superfície fundiária e não foi tomado em conta o conjunto dos rendimentos agrícola, industrial e bancário desses mesmos proprietários fundiários.
(3) Lutas de classes organizadas que tiveram como objectivo a conquista do Poder pelas classes trabalhadoras.
(4) «Diário de Notícias» de 18/3/76: entrevista do ministro da Agricultura e Pescas.

EMPRESA DE PUBLICIDADE "SEARA NOVA", SARL

Rua Luciano Cordeiro, 103 - 1.º LISBOA

2.ª CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e dos estatutos, convoca-se a Assembleia Geral Ordinária desta sociedade para se reunir, na sede social, Rua Luciano Cordeiro, 103-1.º, em Lisboa, no dia 30 de Abril de 1976, pelas 21 horas, em segunda convocatória, sendo a seguinte a ordem dos trabalhos:

1.º Discutir e votar o balanço e contas da Empresa, o relatório da administração e o parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1975;
2.º Apreciar e deliberar quanto a aspectos comerciais e administrativos da vida actual da Empresa;
3.º Apreciação e deliberação sobre uma proposta da administração para a necessidade da constituição de procuradores da Empresa;
4.º Fixação da remuneração dos corpos gerentes.

Lisboa, 1 de Abril de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha

Sociedade «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 5, 6, 7, 8 e 9, no troço C. Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 9 h 45 ás 12 e das 14 h 45 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

Está desempregado/a ?
Tem espírito cooperativo ?
Conhece expediente geral escritório ?

Resposta por escrito a
COPREDE - S.C.A.R.L. - Bons Dias - Odivelas

Geral

Luís Cabral na Roménia

BISSAU, 6 (ANOP e R.) — O presidente Luís Cabral, da República da Guiné-Bissau, partiu hoje para a Roménia, a fim de efectuar uma visita de quatro dias, a convite do presidente romeno, Nicolau Ceausescu.

No regresso desta viagem, Luís Cabral fará uma paragem em Paris, onde deverá avistar-se com o presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing.

Esta visita à Roménia — que não deixará de constituir uma abertura para a cooperação directa entre os dois países — reveste-se de significado muito especial, dados os contactos permanentes e bastante estreitos que existem, desde o início da luta de libertação, entre o P. A. I. G. C. e o Partido Comunista Romeno.

A Roménia já fora visitada anteriormente por dois secretários-gerais do P. A. I. G. C., Amilcar Cabral, em 1972 e Aristides Pereira, em 1973. A Roménia é o segundo país socialista, depois da U. R. S. S., a ser visitado por Luís Cabral desde a independência da Guiné.

A passagem de Luís Cabral pela França será breve, prevendo-se apenas um almoço do dirigente africano com o presidente francês, e não se contando com conversações muito pormenorizadas. No entanto, este encontro será mais um passo na aproximação entre os dois países, já concretizada pelo funcionamento em Bissau de um centro cultural francês e de uma representação diplomática de Paris.

CONTRABANDO DE MOEDA

Seis comerciantes libaneses foram punidos com pena de expulsão da Guiné-Bissau e sujeitos a pesadas multas em consequência de uma tentativa de exportação de moeda — revela um comunicado conjunto dos comissariados da justiça e da segurança.

O montante do contrabando ascendia a 120 contos de moedas de vinte e dez escudos (cujo valor real é muito superior ao valor facial), emitidas há muitos anos pelo Banco Nacional Ultramarino e constituídas por uma liga com alta percentagem de prata.

A pena foi imediatamente aplicada aos culpados, que sofreram igualmente o confisco dos bens. Três dos culpados, porém, embora de ascendência libanesa, nasceram ou vivem há muito na Guiné, pelo que a pena de expulsão lhes foi suspensa por tempo indeterminado e condicionada ao seu comportamento futuro, não lhes sendo igualmente aplicado o confisco dos bens.

REGRESSO DE REFUGIADOS

Regressaram mais de 65 000 pessoas que fugiram da Guiné-Bissau, durante a luta de guerrilha contra o domínio português, anunciou o alto-comissário das Nações Unidas para os refugiados (UNHCR).

Cerca de 80 000 pessoas refugiaram-se nos países vizinhos, a maior parte dirigindo-se para norte, a fim de se fixarem na região de Casamance, no Senegal, de acordo com o UNHCR.

A repatriação começou em Abril de 1975, sendo utilizados 56 camiões para transportar os refugiados de regresso ao seu país. O alto-comissário, Sadruddin Aga Khan, recebeu quatro milhões de dólares de 11 países para a operação de repatriamento, acrescentou o UNHCR.

Funcionários de Timor para os adidos

Os funcionários vindos de Timor podem requerer, no prazo máximo de 30 dias, o seu ingresso no quadro geral de adidos — estabelece o Decreto-Lei 225-B/76, publicado em suplemento ao «Diário do Governo» de 31 de Março.

O ingresso dos referidos funcionários será considerado com efeitos a partir de 1 de Abril corrente. Entretanto, cessam as situações de comissão eventual de serviço em que se encontravam os trabalhadores civis do Estado e dos corpos administrativos de Timor.

COOPERAÇÃO TANZÂNIO-MOÇAMBICANA

DAR-ES-SALAAM, 6 (ANOP) Iniciaram-se ontem em Dar-es-Salaam conversações para a cooperação económica e cultural entre a Tanzânia e Moçambique, anunciou um informador oficial.

No começo dos seus trabalhos, a Comissão para a Cooperação ouviu comunicações do ministro tanzaniano das Finanças e Planificação, Amir Jamal, e do ministro moçambicano do Desenvolvimento e do Planeamento Económico, Marcelino dos Santos.

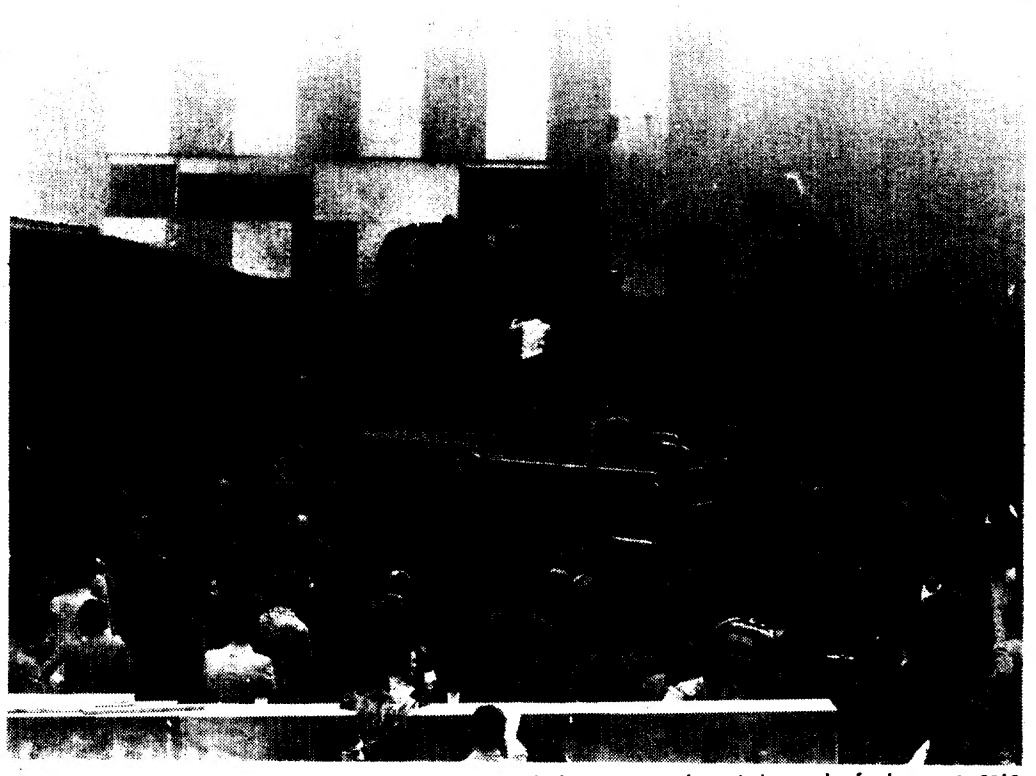
Esta comissão vai debater questões relacionadas com a cooperação nos domínios dos transportes, das comunicações, da indústria da educação pública e da cultura.

Incêndio na Ambar

MIL OPERÁRIOS SEM TRABALHO

PORTO, 6 — Eleva-se a centenas de milhares de contos o total dos prejuízos causados pelo incêndio que deflagrou ontem à tarde por volta das 15 horas, nas Manufacturas Ambar, da Rua Manuel Pinto de Azevedo, à Via Rápida, no Porto. O sinistro teve origem numa operação de soldagem em matéria plástica que, não tendo sido possivel impedir de imediato, se alastrou com relativa rapidez, acabando por tomar conta da quase totalidade das instalações ao longo de cerca de dez horas de fogo constante, apesar do esforço desenvolvido por 17 corporações de bombeiros e trabalhadores da empresa e de outras situadas na vizinhança. O estado em que ficaram as instalações da Ambar, praticamente destruídas, impede para já a continuação da sua laboração o que afecta cerca de mil e cem operários.

Esta manhã, cerca das 12 horas, prosseguiam ainda as operações de rescaldo a cargo de algumas corporações de bombeiros. Além dos danos causados no vasto edifício da Ambar, há a registar ainda a destruição de máquinas, matéria-prima e produtos no valor de várias dezenas de milhares de contos.



Um aspecto das operações de rescaldo, que ainda prosseguiam à hora de fecharmos esta edição.

BANCO SEM DOIS MIL CONTOS

Arranquem o cartaz e toca a cavar com a massa! — foi uma frase gritada, cerca das três horas da tarde, de ontem, durante um assalto à agência do Banco Fernandes Magalhães, na Avenida da República, por aquele que parecia ser o chefe de uma quadrilha de cinco jovens, armados de revólveres e pistolas, e com os rostos cobertos por meia de nylon.

O cartaz em referência, que pertencia a um partido de esquerda, logo foi arrancado da parede, e a «massa», cerca de dois mil contos, que segundos antes se encontrava depositada num cofre monobloco à guarda do caixa, Joaquim Cavaco, já «repousava» num saco de compras de papel.

Antes de alcançar a rua o mesmo indivíduo ainda se dirigiu, em jeito de aviso, aos cinco funcionários e aos vinte clientes presentes, ameaçando-os: **Que ninguém se mexa! Tenho duas granadas comigo, e se alguém se aproxima da porta, já sabe o que lhe acontece.**

Como o Banco não possui sistema de alarme, só após os cinco jovens terem arrancado num «Austin» vermelho, a ocorrência foi participada à Polícia Judiciária, que comparecendo no local, depois de ter recolhido indícios necessários às investigações, se limitou a tomar nota de mais um assalto.

Crédito bancário

Uma portaria do Ministério das Finanças, publicada no «Diário do Governo», I Série, n.º 81, estabelece o limite dos créditos que os bancos comerciais podem conceder a uma só pessoa, singular ou colectiva, e determina alterações ao regime de limites quantitativos à referida concessão de crédito.

PARTES E PEÇAS DE ARMAS DE CAÇA ISENTAS DE DIREITOS

São isentas de direitos de importação, pelo prazo de um ano, as partes e peças separadas de armas de caça e recreio, quando importadas pelos fabricantes nacionais que as apliquem exclusivamente nas armas de seu fabrico.

Esta decisão, da Secretaria de Estado do Orçamento, foi oficializada através do Decreto-Lei 238/76 publicado no «Diário do Governo» I Série n.º 82.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul

Campo dos Mártires da Pátria, 50 - 2.º Dt.º (Sede) Telef. 5 89 34 / 5 - 5 86 30 LISBOA

CONVOCATÓRIA

CAMARADA:

Para reforço da unidade e organização dos trabalhadores e para a defesa das liberdades e da democracia, levamos a efeito no próximo dia 7 **de Abril, pelas 16 horas, no Sindicato dos Rodoviários, na Av. Visconde Valmor, 34, em Lisboa** um Plenário dos Delegados Sindicais do Distrito de Lisboa.

Insere-se este Plenário na necessidade de maior organização dos trabalhadores.

Os pontos a discutir serão:

1 — A organização na empresa
2 — A organização regional
3 — A organização por ramo de actividade
4 — A recuperação capitalista

Camarada, chamamos a tua atenção para o documento que se junta a esta convocatória do «Secretariado Organizador do Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa».

Lisboa, 30 de Março de 1976.

A DIRECÇÃO

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE INVERNO

CONCERTOS VERDI-WAGNER ADIADOS

5.ª-feira, 8 de Abril, às 21.30 horas (10 anos)
Sábado, 10 de Abril, às 16 horas (10 anos)

Para estes concertos são válidos os bilhetes com as datas de, respectivamente, **12 e 14 de Fevereiro de 1976.** Como a tempo se divulgou, não foi possível realizar os concertos nas datas previstas por razões de saúde da cantora solista para eles inicialmente contratada, **Léonie Rysanek**, razões essas que persistem e determinaram a sua substituição por

JESSYE NORMAN

Já conhecida do público de Lisboa, pela sua actuação num concerto da Sociedade de Concertos de Lisboa e pelos seus discos (prémios: Grand-Prix du Disque, Orphée d'Or), em especial as gravações integrais das seguintes óperas: «Le Nozze de Figaro» e «La Finta Giardiniera» de Mozart, «Le Fedeltà premiata» de Haydn, «Un Giorno di Regno» de Verdi e «Euryanthe» de Weber.

★

PROGRAMA DOS CONCERTOS

1.ª **Parte** — Trechos das três primeiras óperas de **Verdi**:
— **OBERTO**
— **UN GIORNO DI REGNO**
— **NABUCCO**

2.ª **Parte** — Trechos de **Wagner**, ligados à pessoa de Mathilde Wesendonck e à personagem Isolda:
— **WESENDONCK LIEDER**
— **PRELÚDIO E MORTE DE ISOLDA**

Soprano JESSYE NORMAN **Maestro EDWIN SCHOLZ**

ORQUESTRA E CORO DO TEATRO DE S. CARLOS

Nacional

SINTRA: A SAÚDE EM QUESTÃO

Desejada a participação do povo no esquema da medicina preventiva

Sintra: a saúde em questão. Já anteriormente nos tínhamos referido a toda uma actividade tendente a aproximar a população dos problemas da saúde. Melhor: a levar a população a colaborar, a imiscuir-se (no bom sentido do termo) nos problemas da saúde. Uma estratégia, enfim, preventiva, que, como é óbvio, muito contribuiria para que os doentes diminuissem. Era toda uma outra segurança que, lentamente se iria impondo em todo o concelho. Mas as coisas não correm sempre inteiramente de acordo com a vontade popular. E isso porque o caciquismo, mesmo às portas de Lisboa, não foi devidamente neutralizado pelas medidas do 25 de Abril de 1974. Tal acontece em Sintra: pessoas saudosistas do regime passado, e que tinham sido afastadas dos centros de decisão por vontade dos trabalhadores e de grupos técnicos conscientes, reaparecem com os mesmos hábitos, as mesmas manobras, a mesma «política» de afastamento. Isto é: os senhores são senhores, e o povo é povo...

APOIO FRANCÊS

Três plenários efectuaram-se já em Sintra a fim de defender a intervenção dos populares nos centros de saúde da vila e do concelho. Demos já conta dos dois primeiros — e cabe agora uma referência, embora breve, ao terceiro.

Realizou-se este último plenário no dia 27 do mês passado, incluindo representantes de comissões de moradores, de comissões de trabalhadores, de cooperativas, e professores primários, de trabalhadores da saúde e populares. presente também um representante da comissão administrativa da Câmara Municipal de Sintra.

De notar esteve também presente um grupo de trabalhadores franceses de saúde mental, reunidos em Lisboa para o I Encontro Franco-Português «A criança e a sociedade/Saúde Mental-Saúde Pública».

A quem compareceu, e acompanhou os trabalhos, foi distribuida uma proposta de alteração dos estatutos que confere maior representatividade à Comissão de Saúde. Igualmente foi apresentado um boletim intitulado «Comunidade», informativo da Comissão de Saúde.

Foi demoradamente discutido no plenário todo um conjunto de aspectos ligados à presença do delegado de saude, Aires Gouveia, e do provedor, Rui Cunha, na Comissão Instaladora assim como as posições do «Jornal de Sintra» em relação com o actual momento político e também com os últimos acontecimentos ligados à saúde do concelho. (Aires Gouveia e Rui Cunha são precisamente os tais indivíduos que, eclipsados pelo 25 de Abril, surgem actualmente como «salvadores» da vila e do concelho no que diz respeito aos problemas de saúde...).

Quanto ao trabalho da Comissão Instaladora desenvolvido desde há meses junto das populações — mereceu esse trabalho um voto de apoio dos trabalhadores de saúde franceses atrás mencionados.

UM PEDIDO DE INQUÉRITO

Duas propostas.

Afirma-se na primeira que uma vez que o II Plenário de Saúde «já tomou posição clara em relação ao actual delegado de Saúde de Sintra, dr. Aires Gouveia, aprovando uma moção de desconfiança por suas atitudes antidemocráticas e desonestas», este III Plenário «repudiava absolutamente a presença do dr. Aires Gouveia na Comissão Instaladora do hospital, Centro de Saúde e SLAT».

Reclama ainda a mesma proposta que «ao abrigo da alínea d) do despacho da Secretaria de Estado da Saúde de 16 de Dezembro de 1975, a Direcção Geral de Saúde proponha um médico de saúde pública para pertencer à Comissão Instaladora de Sintra, que tenha a aceitação da população, expressá pela Comissão de Saúde, genuina representante da população do concelho».

Mais ainda: «Que o dr. Aires Gouveia seja destituido do seu cargo oficial de delegado de saúde do concelho».

Na segunda proposta acentua-se que «considerando que aquilo que se sabe e foi dito sobre a acção administrativa de Rui Cunha no hospital» impõe-se que «seja impugnada a sua presença na Comissão Instaladora». Lembra ainda a mesma proposta que «no Ministério dos Assuntos Sociais existe um pedido de inquérito a sua actividade no Hospital de Sintra».

Ambas estas propostas fotam aprovadas por unanimidade e aclamação.

«UM BEM PÚBLICO»

Finalmente uma moção. Uma moção em que se afirma que «neste momento, e muito particularmente após o 25 de Novembro, se assiste a uma desenfreada escalada das forças de direita, vindo as mesmas a ocupar posições-chave nos organismos ligados aos trabalhadores, com a complacência do Governo; «e que «e ao povo que compete decidir os problemas que directamente lhe dizem respeito e, muito particularmente, os problemas de que dependem o seu desenvolvimento, como é o caso da saúde; e que «a saúde deve ser um bem público e que um povo só poderá ser suficientemente desenvolvido se nos organismos ligados aos problemas da saúde estiverem elementos que se identifiquem com o desenvolvimento social, desejado pelo povo».

Assim, resolveu o plenário (lê-se na moção) «repudiar a nomeação, a forma de eleição, e exigir a demissão dos elementos agora eleitos (Aires Gouveia, Rui Cunha e outros), pois que os mesmos são o sinónimo do avanço da direita, e, como tal, não servem, de algum modo, o povo na resolução dos seus problemas». Adianta-se ainda que se deve «exigir o acesso do povo aos serviços de Saúde, pois é o povo que sabe, melhor do que ninguém, as carências e problemas que o afectam». Finalmente, propõe-se «a descentralização dos serviços de Saúde, fazendo uma distribuição geográfica dos mesmos, de molde a permitir uma mais eficiente resolução dos problemas de saúde, levando assim a uma Medicina Preventiva que se pretende».

Colocação de professores

Admitidos 6200 candidatos

São 4200 as vagas em concursos na 3.ª fase da colocação dos professores para o Ensino Secundário e o Ciclo Preparatório.

Foram admitidos ao concurso 6200 candidatos, concorreram 19.200. Destes, 13.000 não preenchiam as mínimas previstas no Decreto-Lei 83/76.

Registe-se que a maioria dos 6200 candidatos não tinham concorrido a nenhuma das fases anteriores nem tinha exercido a docência nas ex-colónias.

O MEIC informará as datas em que se iniciar e terminar o tratamento automático dos dados esperando que as vagas estejam preenchidas em breve espaço de dias.

TROCA DE FILMES NO LICEU DE BEJA

O Liceu Nacional de Beja pediu à Embaixada do Brasil, o filme recomendado pelo MEIC «O meu pé de laranja lima» para exibição em vários estabelecimentos de ensino da região. A Embaixada prometeu a cedência do respectivo filme. À última da hora, porém, surgindo problemas entre a Embaixada e a distribuidora «O meu pé de laranja lima» não pôde seguir para Beja. Em sua substituição a Embaixada do Brasil enviou a «Dança das Bruxas» e um outro, com a garantia de que eram filmes puramente culturais e destinados essencialmente a jovens.

A propósito, afirma o Grupo Dinamizador e o Conselho Directivo do Liceu Nacional de Beja: «Passadas as primeiras imagens fomos forçados a interromper a sessão, dado o carácter imoral de um deles e o carácter deformativo do outro».

O facto que é considerado «grave e atentatório ao meio cultural onde nos encontramos» é vivamente repudiado pelo C.D. e Grupo Dinamizador daquele liceu Nacional.

ASSOCIAÇÕES REPUDIAM ENCONTRO DO I.S.T. DE 28 DE MARÇO

Representantes de 26 associações estudantis, do ensino secudário e universitário as quais, por sua vez, são mandatadas por aproximadamente 70 000 estudantes, entre os quais, toda a academia de Coimbra e a grande maioria da de Lisboa, estiveram reunidas no Instituto Superior de Contabilidade e Administração, oportunidade em que foi distribuido um comunicado, onde se repudia o encontro realizado no Instituto Superior Técnico no passado dia 28 de Março.

Os represesentantes das 26 associações acusam que o encontro do IST viu o seu estatuto alterado quatro dias antes, uma vez que a estrutura encarregada de o convocar entendeu, após um inquérito realizado às escolas, «não estarem reunidas as condições mínimas para a realização do mesmo». Apesar disso, a reunião realizou-se e, conforme os mesmos representantes, não decorreu em moldes democráticos, quer pelo facto de a mesa não respeitar as inscrições das estruturas associativas, quer pela inflação de pontos de ordem, além do ambiente classificado como «intimidatório».

Na reunião agora feita foi tornada pública a posição das 26 entidades em relação ao encontro do Técnico, que é esta: a reunião não representa o movimento associativo e não são reconhecidas quaisquer decisões que lá tenham sido tomadas. Além disso, alertam os estudantes para o seu carácter divisionista e para o facto de situações como esta não deverem repetir-se, sob pena de porem em perigo a força do movimento associativo e criarem condições para o avanço da direita, que já se verifica em vários liceus do País.

Tentando um avanço para o início do funcionamento de uma estrutura federativa que será a verdadeira representante dos estudantes ainda este ano, há uma entrevista marcada com o ministro da Educação e Investigação Científica para o próximo dia 9, quando oficialmente ele será lembrado de que ainda não existe nenhuma estrutura associativa dos estudantes a nível nacional, apesar dos esforços que vêm sendo desenvolvidos por um movimento unitário nesse sentido.

Hospital Pulido Valente: péssimas condições

«O tratamento que se faz à tuberculose no Hospital Pulido Valente é criminoso» — afirmou um médico, durante a conferência de Imprensa convocada pelas Comissões de Luta e Informativa do Hospital Pulido Valente, com o objectivo de denunciar a actuação da nova Comissão Instaladora nomeada pelo secretário de Estado da Saúde.

Frisando que «os doentes fazem daquilo asilo», o referido médico acrescentou que «alguns doentes saem do hospital para se embebedarem nas tabernas da periferia».

Por outro lado foi ainda revelado que «apenas existem dois médicos para setenta e quatro doentes, e mesmo esses médicos só vão ao hospital meia hora por dia».

Sobre a conduta dos clínicos foi dito «que a maior parte dos médicos defende os privilégios adquiridos. (...) Preferem ir lá meia hora por dia, a trabalhar intensivamente no quadro de um Serviço Nacional de Saúde».

OS HOSPITAIS DOS AÇORES

«Essa porcaria, essa imundície, que é um atentado contra a saúde das populações, que nós encontramos na maior parte das nossas cidades, não se encontra nos Açores. Os hospitais, desde os mais velhinhos até aos que têm melhores condições, estavam extraordinariamente limpos», declarou o secretário de Estado da Saúde, dr. Albino Aroso no regresso de uma visita de trabalho àquele arquipélago.

Em relação às deficiências verificadas nos serviços de saúde, o dr. Albino Aroso afirmou: «um dos problemas graves dos Açores é a carência de técnicos de saúde a todos os níveis — quer de técnicos mais diferenciados, quer de formação médica, quer mesmo de técnicos menos diferenciados».

Estudantes ocupam prédio por estrear

PORTO, 6 — Alunos do Instuto Superior de Contabilidade e Administração do Porto ocuparam ontem um prédio novo que nunca chegou a ser habitado, na Rua Alexandre Herculano, pertencente ao conhecido comerciante Elio Amorim. O edifício tem cinco andares e 56 divisões. Em comunicado distribuído à população, os alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto depois de dizerem que já há longos anos vêm tentando arranjar novas instalações sublinham: «Aulas? Damo-las em antigas cavalariças, autênticos frigoríficos no Inverno». Referem que as instalações que possuem albergam cerca de dois mil alunos que nos dias de chuva têm que abrir os guarda-chuvas nas aulas.

A ocupação do edifício foi comunicada ao governador civil do Porto.

Em ALTER DO CHAO o DIARIO DE LISBOA vende-se na TIPOGRAFIA TRIUNFO, Rua do Álamo, 12

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Albergaria-a-Velha em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57068, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Angeja, concelho de Albergaria-a-Velha, de uma linha aérea a 15 kV, com 1490 metros, do apoio n.º 22 da linha para o Posto de Transformação de Angeja, ao Posto de Transformação de Angeja—Cruz, da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 25 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/41202, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV com 607 metros, do apoio n.º 51 da linha S. Sebastião-Pinhal Novo ao Posto de transformação n.º 2-011 Alto do Faria, integrando um troço existente com 525 metros de linha a 6 kV (depois de modificada) para o referido Posto de Transformação.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

Nacional

Lopes Cardoso em Beja

Agrários estão a manipular pequenos e médios agricultores

«Aqueles que hoje aparecem fazendo plenários por esse país fora, a dizerem que defendem os pequenos e médios agricultores, são os mesmos que antes de 25 de Abril, estavam à frente dos Grémios da Lavoura, das Câmaras, da Assembleia Nacional e do Governo; os mesmos que durante 50 anos, tiveram o poder neste país e nada fizeram» — disse Lopes Cardoso em Beja, num comício de propaganda eleitoral do P.S. realizado no Pavilhão Gimnodesportivo desta cidade. O ministro da Agricultura — e primeiro nome na lista de candidatos do P.S. pelo círculo de Beja às eleições para a Assembleia da República, falava dos «grandes agrários». Assim: «os grandes agrários estão a utilizar os pequenos e médios agricultores para fins de manipulação partidária».

Na sequência, levantou uma pergunta: «Porque é que esses sectores vão fazer plenários para Braga e Trás-os-Montes, atacando a Reforma Agrária, se a Reforma Agrária não chegou a Braga e a Trás-os-Montes? Porque é que esses senhores, em vez de reclamarem contra a Reforma Agrária, não protestam pelo facto de ainda não ter sido pago o subsídio do trigo nesta altura do ano?»

O próprio Lopes Cardoso respondeu: «Por uma razão muito simples — disse. — É porque, quando se ataca a falta de pagamentos de subsídios, quando se ataca a falta de batata de semente, não é o ministro da Agricultura que se ataca, é o ministro do Comércio Interno».

O ministro do Comércio Interno é o dirigente do P.P.D., Magalhães Mota. «No subsídio do trigo e na batata de semente, não falam esses senhores, para não atacarem o P.P.D.» — prosseguiu Lopes Cardoso.

MÁRIO SOARES EM AVEIRO

«Não podemos fazer alianças com um partido que, apesar de nos estender as mãos, tenta denegrir-nos, dividir-nos» — afirmou Mário Soares ontem em Aveiro durante uma sessão de propaganda do P.S. O secretário-geral do P.S. referia-se ao P.C.P. Referiu-se ainda ao P.P.D., dele demarcando-se, igualmente, embora por razões de sinal político contrário.

CUNHAL NA FACULDADE DE LETRAS

Contra maioria C.D.S./P.P.D. pela maioria de esquerda

«Da força do nosso partido depende a possibilidade da defesa da revolução» — declarou ontem o secretário-geral do P.C.P., Álvaro Cunhal, durante uma sessão de esclarecimento efectuada na Faculdade de Letras de Lisboa, e promovida pela U.E.C.

Esta a convicção expressa em relação ao seu partido. No que respeita ao P.S. e às possibilidades de uma aliança pós-eleitoral, frisou Álvaro Cunhal: «O P.S. não terá apoio do P.C.P. sem fazer concessões» embora, esclareceu, «nós desejamos que o P.S. aumente e ganhe votos, concretamente que a soma P.S./P.C.P. seja supeior a 50 por cento». Sobre uma possibilidade governativa, pôs Álvaro Cunhal o problema. Assim: «Insistimos que o P.S. se defina perante o eleitorado para que este saiba que Governo vai ter: se um Governo P.S./P.P.D., ou na alternativa, um Governo formado a partir do P.S./P.C.P.». Porque, adiantou aquele dirigente do P.C.P., as «ambiguidades e indecisões do P.S., as alianças que tem feito não permitem um completo esclarecimento do eleitorado».

Esta a posição do P.C. em relação ao P.S. Quando a eventuais alianças com partidos à sua esquerda, nomeadamente o M.E.S. e a U.D.P., Álvaro Cunhal foi de opinião serem difíceis em virtude dos ataques que têm dirigido ao seu partido.

Sobre o momento actual, sustentou o secretário-geral do P.C.P.: «A situação que atravessamos é perigosa, complexa e difícil. No entanto, há factores positivos que nos permitem encarar o futuro com certa esperança».

A propósito afirmou que a Constituição «contém factos importantes irreversíveis como sejam a Reforma Agrária e o «lock out».

Sobre as linhas orientadoras da campanha eleitoral e os objectivos a atingir que classificou em dois, Álvaro Cunhal perante uma assistência que na segunda parte da sessão lhe poria cerca de 30 perguntas (um eventual golpe de direita, o 25 de Novembro, a independência nacional, relações externas, retornados e eleições), definiu-os como: em primeiro lugar, «evitar que seja possível uma maioria C.D.S./P.P.D.»; em segundo lugar, desenvolver uma actuação para «tornar possível uma maioria de esquerda».

SALGADO ZENHA NO PORTO

"P.S. tentará liderar o Governo"

PORTO, 6 — Em conferência de imprensa dada ontem no Porto para apresentação de candidatos e do programa eleitoral pelo círculo, e em que estiveram presentes nomeadamente Francisco Salgado Zenha, António Macedo, Carlos Lage, Gomes Fernandes e outros, foi dito que o VI Governo deverá aguentar-se até à eleição do presidente da República, decorrendo ainda, segundo se afirmou, negóciações nesse sentido, em Lisboa. O dr. Salgado Zenha referiu-se expressamente a «um Governo liderado pelo P.S.», a propósito de afirmações feitas repetidamente por dirigentes daquele partido sobre a não admissão de coligações governamentais no caso do P.S. vir a alcançar uma maioria significativa nas próximas eleições. Outra expressão usada foi que o P.S. «tentará liderar o Governo», embora o significado total desta expressão não tivesse ficado claro.

Durante a conferência de imprensa, repetidos ataques ao P.C.P. e à esquerda levaram a um jornalista a perguntar em que termos fazia P.S. a sua demarcação da direita. Carlos Lage afirmou nomeadamente: «O P.S. vem sendo vítima de uma campanha caluniosa por parte do C.D.S. e do P.P.D., que pretendem colar-nos ao P.C., quando o P.S. recusa enveredar pelo anticomunismo primário tão ao gosto de certos caciques políticos por esse país fora. Valem-se do sentimento religioso do povo para insinuar que somos anticatólicos, quando a realidade é bem diversa; valem-se da Reforma Agrária para reafirmar aquilo que nunca esteve nem estará na mente dos dirigentes do partido».

A fim de assinar dois contratos referentes ao auxílio extraordinário concedido pela Comunidade Económica Europeia a Portugal, segue hoje para o Luxemburgo o dr. Salgado Zenha chefiando uma missão de que gazem parte o subsecretário de Estado do Planeamento, dr. Carlos Filipe, a professora Isabel Maria de Magalhães Colaço, os srs. João Salgueiro e Oliveira Machado do Banco do Fomento e o eng.º Ivo Gonçalves da Companhia Portuguesa de Electricidade. Os dois contratos dizem respeito à Central Eléctrica de Setúbal e às pequenas e médias empresas de turismo.

SÁ CARNEIRO EM VISEU

"E preciso dar solução à agricultura"

Notícias da digressão de Francisco Sá Carneiro pela Beira Alta este fim-de-semana. «É preciso dar solução à agricultura, pois sem uma agricultura válida, apoiada pelo Estado, não teremos resolvida a crise económica», disse o secretário-geral do P. P. D. em Viseu, domingo à noite. — «Mas para isso é preciso acabar com aquilo a que não é, afinal, Reforma Agrária nenhuma.» Francisco Sá Carneiro falou do P. P. D. demarcando-o dos demais partidos concorrentes e especialmente do P. C. P., que criticou com dureza, acusando-o de, entre outras coisas, ter tomado «lugares-chave na vida nacional».

Recordou um discurso por ele próprio proferido naquela cidade em fins de 74, e definiu assim o P. P. D.: «Não somos um Partido da corte de Lisboa, nem do Norte. Somos um Partido do povo português. Fazemos a nossa política de auscultação das carências do povo a fim de conseguirmos a solução adequada.»

Magalhães Mota estava na sessão e falou. «As eleições traduzem», disse «a vontade do povo quanto ao Governo que pretende.»

NOS AÇORES

Encontra-se desde ontem no arquipélago dos Açores o secretário-geral do P. P. D., Francisco Sá Carneiro. Sá Carneiro fará uma breve digressão por algumas localidades, participando em sessões de propaganda política e regressa amanhã a Lisboa.

ISABEL WOLMAR NO VILLARET

"O P.P.M. não é fascista"

«O P. P. M. não é um partido fascista» — palavras de Isabel Wolmar ditas ontem no Vilaret, em Lisboa, durante uma sessão de esclarecimento do seu Partido. Isabel Wolmar sustentou que o P. P. M. «também é pelo Poder Popular, mas como ele deve ser na realidade». — «O povo é que é o rei que verdadeiramente queremos.»

Falaram além de Isabel Wolmar, outros candidatos do P. P. M: Rui Correia, Serra e Moura, Augusto do Amaral, Gonçalo Ribeiro Teles, alguns outros.

Da intervenção que teve Ribeiro Teles: críticas à Reforma Agrária e à Constituição. Sobre a Reforma Agrária: «a (R. A.) que o P. P. M. propõe baseia-se nas constantes: promoção social, cultural, económica e profissional do rural: o enriquecimento constante do espaço agrícola e rural; e integração da Reforma Agrária numa política de desenvolvimento baseada na equidade entre as populações e na utilização racional dos recursos naturais.» Sobre a Constituição: «o P. P. M. aceita-a, como Partido democrático, que é, mas fará tudo o que for legítimo para a transformar num instrumento vivo de convivência dos portugueses. Ela hoje é um nado-morto, um aborto. Não é democrática em toda a sua extensão. Parte de aceitações que deviam de resultar da vontade popular e não posições conquistadas durante o Governo e que não deviam fazer parte dum texto constitucional com o grave prejuízo de este se afastar do plano nacional e de convivência para o plano dum programa partidário.»

Outros oradores falaram de outras coisas. Por exemplo, de descolonizações: duras críticas àqueles que estiveram à frente do processo.

Próxima alta de Raúl Rego e Tito de Morais

PORTO, 6 — Continuam a melhorar sensivelmente os drs. Raul Rego e Tito de Morais, internados nos serviços de Traumatologia do Hospital Geral de Santo António, que no passado sábado foram vítimas de um acidente de viação, próximo de Oliveira de Azemeis.

Considerados livres de perigo, tanto o dr. Raul Rego como o dr. Tito de Morais deverão ter alta dentro de dias.

PROPAGANDA ELEITORAL

Em suplemento ao «Diário do Governo», I Série, de 2 de Abril, foi publicado o Decreto-Lei n.º 234-A/76, dimanado do Conselho da Revolução, que estabelece as punições para transgressão ao direito de propaganda dos partidos durante a campanha eleitoral.

Assim, e conforme já noticiámos, poderão ser punidos com a suspensão do exercício do direito de acesso, para propaganda eleitoral, às estações de TV e rádio, os partidos políticos e respectivos membros que durante as campanhas eleitorais usem expressões ou imagens que possam constituir crime de difamação, calúnia ou injúria, ofensa as instituições democráticas, apelo a desordem ou insurreição, incitamento ao ódio, à violência e à guerra ou que, de modo geral, façam perigar a ordem pública.

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

Em LAGOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no QUIOSQUE de LAGOS

Geral

APANHA DA AZEITONA NO ALENTEJO

O azeite já chega para uma açorda

Texto de MANUEL GERALDO

Garantia de trabalho para milhares de operários agrícolas alentejanos, a oliveira foi um dos últimos espécimes arbóreos que sobreviveu aos últimos anos do fascismo, período em que os agrários, movidos por interesses alheios aos rurais, quase iam despojando a terra transtagana de sobreiros e azinheiras.

As oliveiras do Alentejo vão ficando lentamente desnudadas dos seus frutos e só no concelho de Moura (o mais rico do País neste sector agrícola) a faina ainda continua com uma certa intensidade. O trabalho repartido por milhares de braços e novas experiências operadas numa faina adversa à mecanização, eis o rescaldo deste ano olivícola, iniciado como era de esperar com as críticas dos agrários que continuam a tentar propalar que «os rurais só produzem quando debaixo do seu mando e dos seus feitores e maiorais».

Mas tanto nas serranias da Adiça e de Ficalho, como nas extensas planuras da Amareleja, os camponeses continuam a demonstrar a sua capacidade inata para o trabalho livre, auto-responsável, desfazendo mitos e histórias de «cangas e arados».

Antes punham-nos um manajeiro à ilharga que ganhava mais do que a gente todos juntos e nada fazia a não ser chatear-nos. Agora sem patrões e lacaios trabalhamos todos por igual e quando chegamos ao fim do dia temos quilos e quilos de azeitonas apanhados e com a alegria de não nos sentirmos escravizados. Até parece que temos menos cansaço, confidenciou-nos um velho «azeitoneiro» que marchava integrado num rancho em actividade nos contrafortes da serra da Adiça.

DIVIDIR OS RURAIS PARA MELHOR OS EXPLORAR

Antes do 25 de Abril, as aldeias e vilas do concelho de Moura enchiam-se de rurais vindos de outras terras do Alentejo, do Ribatejo, do Algarve e até das Beiras. Chegavam em grupos compactos, sobre carros de mulas ou galeras, traziam crianças de colo e velhos alquebrados, dormiam sob silvas ou portados, quando partiam levavam consigo escassas centenas de escudos.

Era a fome negra que os movia e na sua peugada vinham os contratadores, intermediários do trabalho escravo que, em conluio com os patrões, arrecadavam a parte de leão. Por norma, ganhavam salários inferiores aos dos naturais, funcionando mesmo como fura-greves.

Os menos politizados hostilizavam-nos e quem ganhava com estes confrontos entre campesinos eram os latifundiários, principais responsáveis e grandes beneficiários por esta situação degradante.

Acontecia que muitas vezes alguns dos homens mais combativos aqui da zona ficavam sem trabalho porque faziam exigências de salários mais justos. E para ocuparem os seus lugares vinha gente de dezenas e mesmo centenas de quilómetros de distância que depois recebiam jornas miseráveis, recorda-nos Alexandrino Camacho, membro da actual Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça.

Mas agora essa situação deixou de existir. Os rurais, com o incremento das herdades colectivas, já têm trabalho assegurado quase todo o ano e na proximidade da zona das suas residências. E só demandam outras paragens por comum acordo e quando as necessidades de exploração racional dos campos assim o exigem.

Acabaram-se as divisões entre os camponeses alentejanos, porque do seu seio foi afastado o principal agitador: o agrário ou o seu agente que chegava a criar quezílias entre habitantes de aldeias vizinhas, lançando mão de motivos aparentemente fúteis. O pretexto que, durante anos, levou os trabalhadores residentes na Salvada e na Cabeça Gorda a odiarem-se e a travarem entre si autênticas batalhas campais é disso exemplar. A Salvada teve primeiro um relógio na torre da igreja. Anos mais tarde foi a vez da Cabeça Gorda. Só que os da Salvada, por instigação de um agrário local, passaram a chamar-lhe «a reloja». E assim se gerou um antagonismo feroz. Que dividiu «salvadenses» e «cabeça», gordenses», enfraquecendo-os na sua luta contra o inimigo comum e tornando-os desta forma mais vulneráveis às investidas dos grandes senhores da terra.

Também os emigrantes que costumavam aparecer nesta época para tomarem parte na safra da azeitona, este ano primaram pela ausência. Segundo Alexandrino Camacho esta atitude fixa-se **num certo receio face à actual conjuntura da política portuguesa, a que não é alheia uma informação de cariz direitista, alienante e deformada, que chega aos núcleos de emigrantes portugueses, sobretudo em França e na Alemanha, que era de onde vinham os maiores contingentes para a apanha da azeitona no concelho de Moura.**

Mas «quem está, está, e quem não está escusa-se (dispensa-se)», diz o adágio popular e dizem os rurais que no Alentejo fazem a Revolução. E mesmo sem emigrantes a safra continua, com fortes possibilidades de poder vir a constituir uma das mais importantes dos últimos anos. Apesar das geadas pouco usuais em terras transtaganas, que este ano caíram nos meses de Dezembro e Janeiro.

GENTE QUE «VIVIA» COM JORNAS DE DEZ E CINCO ESCUDOS

Um pequeno agricultor, Manuel Chaparro, colocou-nos um problema que reputamos de muito importante: a necessidade de urgente de, nos anos, futuros, ser dado um apoio mais concreto aos proprietários de escassas dezenas de pés de oliveiras, proporcionando-lhes a possibilidade de poderem contratar trabalhadores das herdades colectivas, sempre que estes não sejam ali necessários. De forma a que a justa insatisfação destes agricultores não possa ser aproveitada pelos latifundiários, sempre à espreita de uma oportunidade para denegrirem a Reforma Agrária e os seus defensores.

Diz-nos Manuel Chaparro: **Se a gente vir as nossas azeitonas a apodrecerem nas árvores por falta de pessoal para as varejarem e apanharem, ficamos tramados e se nos aparece um qualquer a dizer que tudo isto é culpa do 25 de Abril, desesperados como estamos, até somos capazes de acreditar.**

Mas este problema, pelo que nos foi dado observar, já está a ser resolvido, com o envio de trabalhadores das herdades colectivas e das cooperativas agrícolas para essas pequenas courelas. Calando assim a voz agourenta dos mentores aziagos do passado. Saudosos dos tempos ainda recentes em que a azeitona era apanhada e varejada por homens e mulheres à jorna de dez e cinco escudos diários respectivamente.

Em que eles, senhores de milhares de pés de oliveiras se davam ao luxo de deixarem rançar o azeite nos potes e nos cântaros, enquanto os campesinos nem sequer dispunham de um pingo para temperar as suas insípidas açordas. Mas neste ano de 1976, se os passos da Revolução não forem travados, o azeite que sair dos lagares já chegará para a comida de toda a gente.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE PENIFICAÇÃO E PRODUTOS ALIMENTARES AFINS DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 25-Cave — Lisboa Telef. 57 20 45

No cumprimento da deliberação da Assembleia Geral de 4.4.76, convocam-se todos os trabalhadores da Panificação para uma concentração pelas 15.00 horas do dia 7 de Abril junto ao Ministério do Trabalho a fim de manifestarmos a nossa indignação e repulsa pela tentativa daquele Ministério em acabar com o horário diurno em vigor e exigirmos que seja feita legislação adequada para forçar a cumprir o horário de trabalho estabelecido na lei.

TODOS À CONCENTRAÇÃO!
UNIDOS, FIRMES E MOBILIZADOS, VENCEREMOS!

Lisboa, 5 de Abril de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Arão das Neves Ribeiro

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

MONITORES DA TELESCOLA

CONVOCATÓRIA

No seguimento do Plenário realizado no passado dia 31/3/76, convocam-se os Monitores de Telescola da Zona da Grande Lisboa para novo Plenário a realizar no próximo **dia 7/4/76 pelas 15 h, na sede do Sindicato dos Professores, R. das Gaivotas, n.º 6, Lisboa.**

ORDEM DE TRABALHOS

— Critérios de colocações de Monitores para o ano 76/77
— Análise da entrevista com pessoas da Direcção do ITE.
— Outros assuntos.

A Comissão Coordenadora de Monitores da Telescola

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores a participarem no encontro Distrital que se vai realizar no próximo dia 10 de Abril na Voz do Operário com início às 9 horas.

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º — A organização na Empresa
2.º — A organização Regional
3.º — A organização por Ramo de Actividade
4.º — A recuperação capitalista

Para o reforço da unidade e Organização dos Trabalhadores

Para a defesa das Liberdades e da Democracia

NOTA: É necessário credencial para a admissão à entrada.

A Direcção

MANUEL PEDRO DOS SANTOS REBELO

AGRADECIMENTO

Carolina Rosa Meneses Rebelo, Vítor Manuel Franco Rebelo, Graça Maria Meneses Rebelo, Ilda Maria dos Santos Rebelo, seus filhos e netos e mais família, vêm por este meio, muito reconhecidamente, agradecer a todas as pessoas que por ocasião do seu falecimento os acompanharam na sua dor, bem como aqueles que durante a sua doença se interessaram pelo seu estado.

Trabalho

Cincomo

Cooperativa próspera atrai ex-patrão

A propósito de tentativas feitas pelo antigo patrão da ex-Nefil, fábrica de mobiliário e decorações de Gondomar, segundo o qual a empresa, agora transformada em cooperativa desde há meses, estaria à beira da ruína, elementos da comissão de trabalhadores deram ontem uma conferência de Imprensa nas respectivas instalações tendo afirmado que não só o antigo patrão abandonou a empresa voluntariamente, conforme expressamente o confessou por carta enviada a um familiar, como a situação da cooperativa continua a ser de nítida prosperidade, apesar dos aumentos de salários entretanto praticados e do aumento dos custos da matéria-prima. Citando dados contabilísticos, aqueles trabalhadores deram conta de que a cooperativa paga aos seus fornecedores a pronto e a curto prazo, ao mesmo tempo que inicia um processo que levará à exportação dos seus produtos, com consequente benefício para a economia nacional, o que pela primeira vez sucede desde que a empresa existe.

Por outro lado, deu-se conta das dívidas com que o antigo patrão, entretanto ausentado para o Brasil, onerou a empresa: mais de mil contos à Previdência, não pagamento de centenas de contos ao Fundo do Desemprego (conforme fiscalização recente dos respectivos serviços) etc.

No capítulo dos seguros a cooperativa tem regularizado a situação que o patrão deixara e que se traduzia na dívida de quase dois mil contos de seguros gerais entre 1973 e Junho de 1975. Foram, entretanto, introduzidas medidas de justiça social que permitiram que 80 por cento do pessoal tenha as suas refeições na cantina a preços baixos, cobrindo a cooperativa parte dos encargos com um subsídio mensal da ordem dos 40 contos. Por outro lado, foi fortemente reduzido o leque salarial que hoje se situa entre 5.750 escudos e 9.500, excluindo alguns salários inferiores àquele quantitativo, referentes a menores.

A cooperativa paga hoje, mensalmente, 1.450 contos de salários, enquanto no tempo do patrão esse total rondava os 800 contos. Mesmo assim, no final do ano transacto, a cooperativa apresentou um lucro da ordem dos 900 e tal contos, que foram distribuídos em partes rigorosamente iguais por todos os trabalhadores (cerca de 240) a título de 13.º mês.

Os trabalhadores denunciaram, finalmente, as tentativas feitas pelo antigo patrão para, junto do ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota, junto do Pimeiro-Ministro, Conselho da Revolução, presidente da República, brigadeiro Pires Veloso, etc. para tentar provar que a cooperativa está na ruína, que foi violentamente saneado, que a situaçao da empresa prejudica a economia nacional

Afirmaram ainda: «A cooperativa nunca teve necessidade de aceitar letras para obter matérias-primas e mantém um fundo de maneio permanente nas contas de depósito à ordem que garante os pagamentos salariais por depósito bancário à ordem dos trabalhadores antes do fim do mês».

Hoteleiros manifestam-se

Trabalhadores de empresas hoteleiras com intervenção estatal manifestaram-se ontem à tarde junto ao Ministério do Comércio Externo pela revogação do decreto-lei que confina o contrato colectivo de trabalho do sector às empresas privadas.

A manifestação, na qual participaram muitas centenas de delegados das várias unidades hoteleiras do País, foi convocada pela «comissão de luta das empresas hoteleiras com intervenção estatal» e contou com o apoio dos sindicatos da indústria hoteleira.

No decorrer da manifestação, elementos da comissão de luta foram recebidos pela secretária do ministro Jorge Campinos que lhes comunicou que o problema seria apresentado na próxima reunião do Conselho de Ministros.

O alargamento de âmbito do referido contrato colectivo de trabalho, que vem a ser reivindicado desde o ano passado, beneficiará cerca de seis mil e quinhentos trabalhadores.

Duas alas na C.A.P.?

Marcado para domingo o plenário de Portalegre

Cerca de meia centena de delegados distritais da Confederação dos Agricultores de Portugal (C. A. P.) debateram ontem, em Rio Maior, formas de actuação para efectuar no próximo domingo o plenário que se deveria ter realizado, anteontem, em S. Salvador da Aramanha (Portalegre), atribuindo o fracasso da iniciativa à falta de segurança no local.

Em comunicado que os dirigentes da CAP emitiram após os acontecimentos daquela região alentejana, «viram os agricultores (agrários e latifundiários) novamente comprometido o mais elementar direito de liberdade — o direito de reunião e de associação».

Para além da posição tomada, relativamente aos acontecimentos de S. Salvador da Aramanha, sobressaiu na reunião de ontem o facto de cada vez mais se confrontarem duas facções no interior da C. A. P., lideradas por Luis Madeira, da ala «dura» da organização e José Manuel Casqueiro, que o primeiro consideraria como travão à maior celeridade da luta dos agrários. Numa das últimas reuniões com os jornalistas os elementos do C. A. P. admitiram formas de boicote mais severas e «muito rigorosas», a partir de Rio Maior, se o Governo não cumprisse a entrega de terras aos proprietários e latifundiários expropriados.

Acerca da reunião, vedada aos representantes dos órgaos da Comunicação Social, José Manuel Casqueiro, figura de proa da C. A. P. e considerado da ala «liberal», adiantou aos jornalistas que o plenário se efectuará domingo, em Portalegre, porque «os delegados presentes entenderam que a luta devia continuar, pontualmente, no local onde nos fizeram lutar, para provar que não houve vitória de parte alguma».

Aquele dirigente da C. A. P. chamou uma vez mais a atenção para o facto da luta da organização ser apartidária, considerando estranho que os partidos façam silêncio em torno dos problemas da classe (latifundiários e agrários). Garantiu por outro lado, que se esforçará para que não haja por parte da CAP e dos seus filiados qualquer «atitude que possa prejudicar o acto eleitoral» e que a decisão de novo plenário em Portalegre «é uma tentativa mais para não tomarmos medidas mais drásticas»

Em relação, ainda, às ocorrências de anteontem, a CAP manifestou-se, em comunicado contra as atitudes de Pezarat Correia («As medidas de emergência tomadas pelo sr. comandante da Região Militar, pela forma tardia e pouco firme como foram ordenadas não conseguiram dar total garantia aos agricultores para se reunirem»), acusando as autoridades militares que se deslocaram a S. Salvador da Aramanha de terem escoltado e protegido os «contramanifestantes».

Construção civil

Cessou requisição civil

Tendo em conta que a situação criada pela greve dos enfermeiros, na quase totalidade dos serviços hospitalares e demais serviços de saúde da zona sul, se encontra «normalizada ou em vias de normalização», o Governo suspendeu o regime de requisição civil determinado em 17 de Março.

Uma portaria conjunta dos Ministérios da Administração Interna, da Educação e Investigação Científica e dos Assuntos Sociais, datada de 26 de Março, ordena a cessação do regime de requisição civil, cuja continuação se considera injustificada.

Construção civil

Julgamento adiado

Aos gritos de «Venceremos, Venceremos», dezenas e dezenas de trabalhadores da construção civil abandonaram esta manhã o Tribunal da Boa Hora, depois do Juiz, dr. Costa Marques ter adiado o julgamento para o próximo dia 26.

No banco dos réus, a direcção do Sindicato da Construção Civil. O processo foi movido pelo ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, por alegada ofensa à sua pessoa materealizada num anúncio publicado na Imprensa diária. Um deles foi o «Diário» e, por isso, o seu director, Miguel Urbano, também se encontrava no banco dos réus.

O adiamento fundamentou-se na ausência de um réu e pelo facto do processo que corre no 7.º Juízo, relativo ao «Século», o qual também publicou o anúncio, ir ser apenso a este.

O dr. Luso Soares é o advogado de defesa de Miguel Urbano, enquanto na equipa de defesa do Sindicato da Construção Civil, figuram os nomes de Luís Francisco Rebello e João Correia. O representante do Ministério Público é o dr. Mário Manuel Pereira.

Construção civil

Industriais do Norte contra tabela do Governo

«Não precisamos do Governo, nem de ninguém que nos governe, pois eles é que precisam de nós», afirmou-se ontem numa reunião de industriais da construção civil e obras públicas do Norte, realizada na sede da sua Associação, Porto. Nela participou cerca de um milhar de representantes daquele sector patronal.

Depois de críticas acerbas às tabelas salariais aprovadas em Conselho de Ministros, os industriais presentes aprovaram uma proposta em que é pedida «a revogação imediata da resolução do Conselho de Ministros». Decidiu-se, também, realizar um plenário a nível nacional, em data oportuna, na Figueira da Foz.

A proposta aprovada determina que «não seja feito qualquer pagamento salarial com os valores agora aprovados em Conselho de Ministros, até definição de uma posição concreta em plenário da construção civil a realizar, em princípio, na Figueira da Foz, no dia 8 de Maio próximo futuro».

Mais: «Que, no caso de haver qualquer tipo de pressão sobre os industriais pelo não pagamento da resolução do Conselho de Ministros, ela seja entendida como feita a toda a classe e, como tal, esta responderá».

Um dos dirigentes da Associação estranhou a dada altura que o Primeiro-Ministro não tenha denunciado o facto de ter assinado sob coacção o referido contrato, afirmando ainda ser grave o que se passa quanto à assinatura de uma convenção colectiva cujo projecto fora estudado pelo Ministério do Trabalho juntamente com os Sindicatos. O mesmo orador leu algumas passagens desse projecto, onde se referem reivindicações laborais, antecedendo a leitura com o aviso de que esse projecto de portaria continha «cenas eventualmente chocantes».

Terminou a greve dos vidreiros

Os trabalhadores vidreiros do sector de transformação (obras e venda a retalho regressaram hoje ao trabalho, depois do sindicato ter dado por terminada, vitoriosamente, a greve iniciada ontem em todo o País, que teve adesao total.

O patronato do sector decidiu, durante a noite, apresentar a mesma contraproposta de tabela salarial do sector de produção. Solucionou-se deste modo, pelo menos de momento, o diferendo existente na transformação do vidro.

As negociações do C.C.T. vidreiro vão agora prosseguir, com os trabalhadores mobilizados para formas de luta que, eventualmente, venha a ser necessário adoptar — adiantou-nos um dirigente sindical.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73 — LISBOA

GRANDE ASSEMBLEIA DO C. C. T. RETALHISTA

TERÇA-FEIRA — 6 DE ABRIL — 21 HORAS

Salão Nobre — INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da actual situação das negociações
2. Tomadas de posição na defesa do nosso contrato, face à **RECUSA DO PATRONATO** em chegar a acordo com as nossas **JUSTAS REIVINDICAÇÕES!**

Para Vencer o Aumento do Custo de Vida — A Tua Presença na Assembleia é Fundamental!

40 MIL TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MARCHA PARA A CONQUISTA DO CONTRATO!

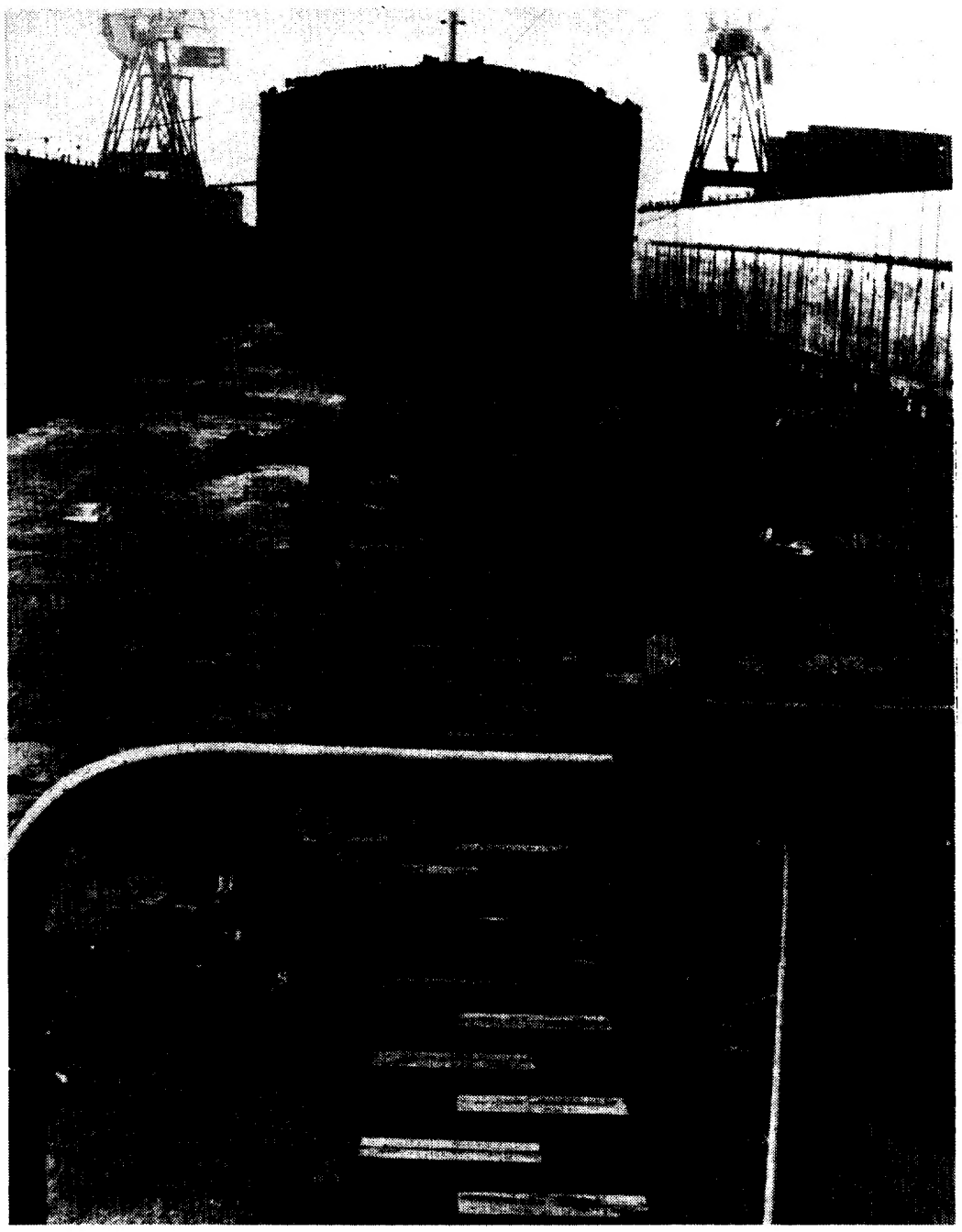
TODOS À ASSEMBLEIA!
VENCEREMOS!

Lisboa, 1 Abril de 1976

A DIRECÇÃO

Nacional

A SETEN
AMEAÇA
PELA CRI



O trabalho em carteira garante a actividade do estaleiro até 1977, mas daí em diante avoluma-se a incógnita

Texto de J. Cândido de Azevedo

Um dos nossos grandes estaleiros, a Setenave, está, neste momento, seriamente ameaçado pela crise mundial na indústria da construção naval. Isto significa que os postos de trabalho de cerca de 4500 trabalhadores estão, também em perigo.

A concretizar-se esta ameaça, poderá ficar bastante inaproveitada a valiosa capacidade funcional deste estaleiro, que ocupa uma área de cerca de 1 000 000 m2. Esta capacidade é, nomeadamente, uma plataforma de construção de 700 000 TDW, uma doca de reparação de 700 000 TDW, outra doca de reparação de 350 000 TDW, uma caldeiraria pesada, uma caldeiraria de reparações, máquina de enrolar perfis de capacidade de 700 toneladas, guindaste pórtico para erguer 500 toneladas... Além de, naturalmente, uma mão-de-obra cuja competência ninguém põe em causa.

Entretanto, esta situação, a acontecer, não será antes de 1978, pois até lá o trabalho está assegurado. Para evitar este perigo, será necessário que a Setenave consiga novas encomendas num prazo muito curto, isto porque desde a recepção da encomenda ao momento de lançamento da nova construção vai um período de cerca de dois anos. Ora as perspectivas do mercado para novas encomendas são, presentemente, muito reduzidas, dada a crise mundial que a indústria naval atravessa, e que é a mais grave de sempre. Especialistas da OCDE calcuram que o excesso de capacidade de construção naval em relação às necessidades dos próximos anos anda à roda dos 40 por cento.

No que concerne ao trabalho em carteira, este garante a actividade do estaleiro até fins de 1977. No domínio da reaparação, o trabalho existente dá para um mês, o que é considerado normal. Sublinhamos, contudo, que a situação actual parece traduzir uma certa animação no mercado da reparação, que, como se sabe, está confinado aos navios que fazem a rota do Atlântico: os países europeus e os EUA.

Quanto ao trabalho de construção naval em carteira, podemos considerar, em termos genéricos, segundo nos declararam dois administradores da Setenave, os engenheiros Marques do Carmo e Luís Maltez, que o estaleiro tem a capacidade praticamente preenchida até fins de 1977.

A SITUAÇÃO É CRÍTICA MAS O DESEMPREGO NÃO É INEVITÁVEL

Pelo quadro que acabamos de traçar, conclui-se que a situação é crítica, e portanto preocupante. Mas devemos excluir qualquer atitude de pânico. Basta, com efeito, contactar com os trabalhadores da Setenave, ver os esforços que os seus representantes da Comissão de Trabalhadores estão a fazer, numa base de larga cooperação com os administradores, eles também empenhados totalmente em superar as dificuldades, para logo nos apercebermos de que qualquer atitude de pânico é perfeitamente injustificada, tanto mais que, como nos referiram aqueles administradores assim como o comandante Correia Figueira, a Setenave está a encontrar uma grande compreensão em vários ministérios, e em particular nos da Indústria e Tecnologia, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

Por outro lado, a Setenave está a contar com o aproveitamento das oportunidades que nos são oferecidas pelos acordos bilaterais de comércio que o nosso país tem ultimamente assinado, inclusivamente com países de Leste.

Em relação aos países de Leste, não há presentemente nenhuma encomenda em carteira na Setenave. Como hipótese mais provável, na qual se deposita muitas esperanças, existe a perspectiva de uma encomenda de 9 barcos, do tipo Bouk Carriers, da classe de 33 mil toneladas, da Polónia. Acaba de regressar, de resto, daquele país uma delegação da Setenave, na qual se integraram delegados do Ministério da Indústria e um membro da Comissão de Trabalhadores. Não foi ainda possível chegar a um acordo de princípio com os polacos. Mas é perfeitamente prematuro afirmar, como o fazia um semanário no último sábado, que fracassaram as negociações. Estamos em condições de assegurar que essas negociações vão prosseguir, dependendo o seu êxito de uma decisão política quer do governo polaco, quer do Governo português.

Com efeito, o Japão, que possui 52 por cento do mercado mundial desta indústria, e para quem a crise mundial na indústria naval se reveste de uma importância incomparavelmente superior à de qualquer outro país, está a oferecer preços incomportáveis, da ordem de menos 35 por cento que os oferecidos pelos restantes países. No caso concreto dos barcos polacos, enquanto o preço médio superior ronda os 19,7 milhões de dólares por unidade, o preço japonês anda à volta de 12,2 milhões de dólares por unidade. Isto significa que a Setenave só poderá obter aquela encomenda se o governo polaco fizer uma opção política relativamente a Portugal, mostrando-se disposto a pagar um preço superior ao que lhe é proposto pelos japoneses, mas inferior ao preço médio europeu, o que quer dizer que o Governo português, a exemplo do que fazem actualmente todos os países, aceitaria arcar com uma parte da diferença entre o preço europeu médio e o preço japonês, de modo que a Setenave receba por cada unidade os 19,7 milhões de dólares referidos.

Uma outra hipótese, que já vem de alguns meses atrás, capaz de vir a concretizar-se, embora por enquanto nada esteja decidido, é o fornecimento a Cuba de uma doca flutuante de grandes dimensões.

A administração da Setenave está, por outro lado, a preparar o envio de várias delegações a países de Leste, a fim de procurar conhecer melhor estes mercados e de estudar concretamente as possibilidades que esses países nos possam oferecer.

CONTAR COM O MERCADO INTERNO

Face à crise internacional, a Setenave olha cada vez mais para o nosso próprio país, para o nosso mercado interno, onde se impõe o reapetrechamento da marinha mercante.

De resto, a definição do programa de reapetrechamento da marinha mercante nacional, cuja necessidade é geralmente reconhecida, está a ser feita, crendo-se estar mesmo em via de conclusão, nos ministérios da Indústria e dos Transportes. Isto no que respeita, pelo menos, às primeiras necessidades. Esta solução é idêntica à que está a ser actualmente adoptada pelos países que possuem indústria naval instalada.

É indispensável salientar, porém, que o reapetrechamento da marinha mercante nacional, embora necessário, levanta vários problemas, não só do ponto de vista do seu financiamento, como das consequências resultantes da descolonização, já que a nossa frota vivia sobretudo dos transportes para as colónias e vice-versa.

Com a independência destas, há fretes que se reduziram consideravelmente, enquanto outros desapareceram por completo. Neste contexto, a reorientação e redefinição da marinha mercante nacional é tarefa básica e imprescindível.

O ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A LISNAVE E A SETENAVE

No quadro da crise que referimos, e que para o caso da construção naval poderá prolongar-se por um período de cinco a dez anos, a actividade, em regime de concorrência, da

Quatro mil e quinhentos trabalhadores tem a Setenave. A

Setenave, empresa pública, e da Lisnave, empresa onde o Estado possui à roda de 30 por cento do capital, oferecia riscos altamente perigosos para os nossos dois grandes estaleiros de construção e reparação naval.

Daí que os responsáveis destas duas empresas hajam chegado a uma conclusão que, só por si, é já uma importante medida anticrise: «que a Setenave e a Lisnave procurem, em conjunto, e dentro de formas de cooperação intensas e cuja extensão deverá ser progressivamente ajustada e ampliada, superar as dificuldades existentes, em especial no referente a mercados».

É assim que, em fins de Janeiro último, é assinado o Acordo de Cooperação Lisnave-Setenave, que teña o despacho favorável do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Este acordo era indispensável.

Com efeito, a Setenave foi concebida, como se sublinha no texto do acordo assinado entre aquelas duas empresa à semelhança da Lisnave, co o objectivo de expansão d capacidades produtivas e, po tanto, com infra-estruturas ec ganizações similares às da L nave. Além de que, como sabe, a actividade destas du empresas se encontrarem s brepostas nos mercados q lhes são acessíveis.

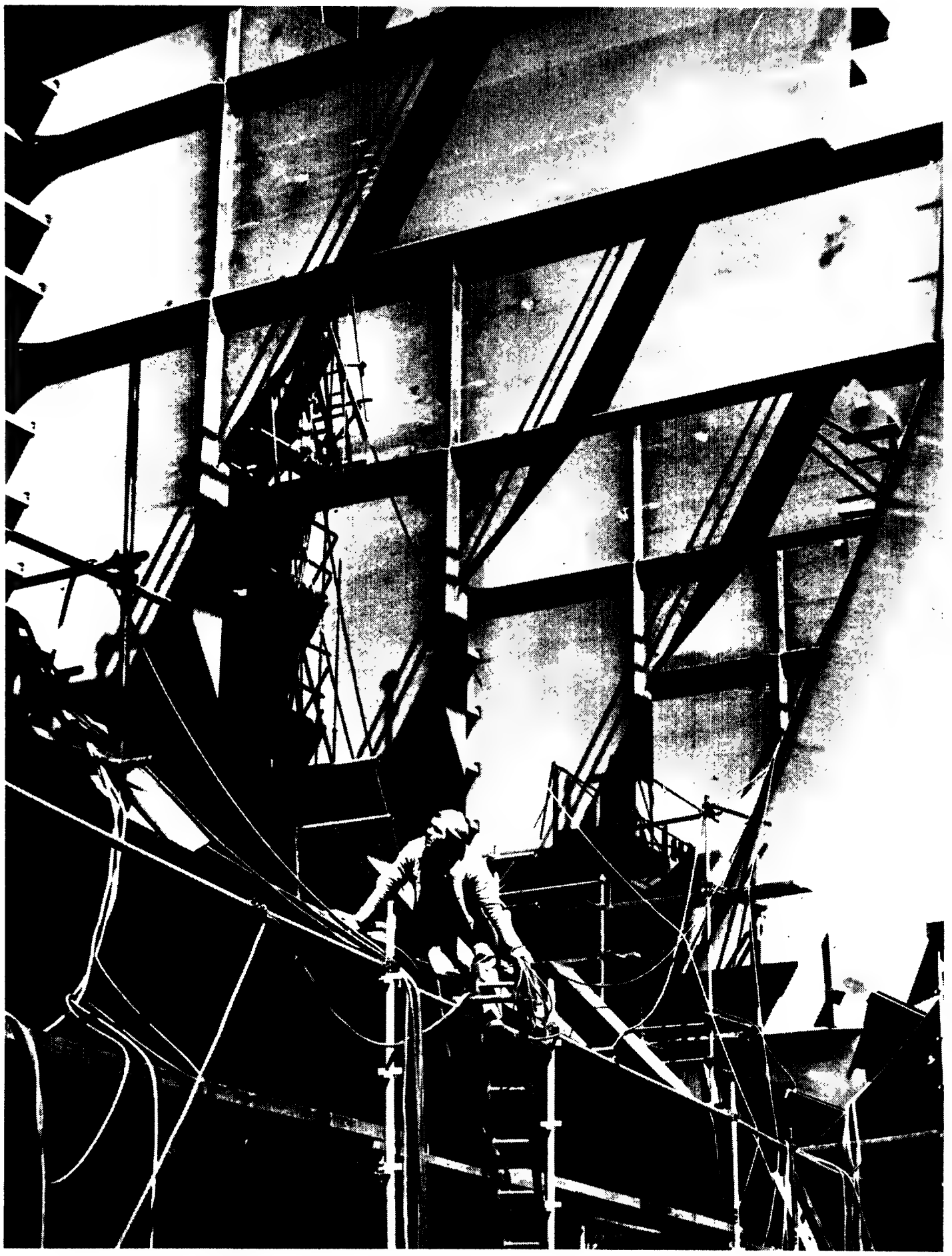
Os pontos principais des acordo são as seguintes:

— Os trabalhos de rep ração de navios estrangei e nacionais, de dimensões s periores às capacidades do taleiro da Rocha, a encome dar à Lisnave e à Setena serão considerados, para efeitos deste acordo, na s globalidade, sendo buídos por cada um deste taleiros, em termos de mem-hora, regularment longo do ano, tendo em a capacidade funcional suas instalações e do nú de trabalhadores directar produtivos ligados às rações, na proporção de 8 cento e 20 por cento res vamente.

— Para ser alcançadc objectivo, deverão amba empresas apoiar-se mutuam te no aspecto tecnológico comercial, promovendo p tal o intercâmbio de inf mações, de acordo com a na reza dos trabalhos a efectua

— No que respeita especi mente à cooperação de ord comercial, será promovida u

AVE DA SE



Milhares de contos são anualmente «sugados» pela Banca como lucros. Explicação: a empresa tem uma estrutura financeira deficiente

Fotos de José Teixeira

sas, com das por- e or- Lis- o se duas so- que esse

acção conceitada de «marketing», desenvolvida dinamicamente através dos competentes departamentos das duas empresas que passarão a utilizar, em conjunto, o que já está a ser feito, a mesma rede de agentes no estrangeiro, bem como outros meios de apoio comercial.

A maior flexibilidade conseguida pelo maior número de sos humanos das duas empresas, mediante um sistema de consultas entre ambas, e recorrendo sempre que possível a transferências, mesmo que temporárias.

— A utilização pela Setenave da rede de comercialização, a introdução e a garantia que o nome da Lisnave dá aos clientes assim como a contribuição física efectiva prestada pelos serviços comerciais da Lisnave — contactos com os clientes, orçamentos, etc. — são devidamente retribuídas à Lisnave pela Setenave, mediante o pagamento de uma percentagem adequada sobre o valor da facturação da Setenave em Reparações.

— Este esquema de cooperação e de distribuição de trabalho é válido até 31 de Dezembro de 1976, após o que se procederá à revisão das condições acordadas, tomando como referência as conclusões dos estudos entretanto realizados e os resultados atingidos durante o ano em curso.

— Admitindo que o mercado de construção naval possa oferecer à Setenave trabalho em data próxima como resultado dos acordos bilaterais assinados entre Portugal e outros países, a Setenave subcontratará à Lisnave manufacturação de aço e trabalhos de aprestamento em percentagens a definir oportunamente, mas nas condições deste acordo.

A competência não está em causa

A SETENAVE ESTÁ FALIDA?

Rumores espalhados ultimamente por determinada imprensa, procuram entretanto fazer crer que a Setenave está falida, ou em vias de falência, isto devido menos à crise capitalista mundial e às suas repercussões no domínio da construção e reparação naval do que a hipotéticos prejuízos resultantes de greves consecutivas, de desorganização da produção e de desinteresse dos trabalhadores pelo trabalho. Não há nada, no entanto, de mais falso do que estas atoardas, como uma simples visita ao estaleiro permite a qualquer pessoa de o constatar: o trabalho processa-se normalmente e o interesse dos trabalhadores pela produção é evidente.

Quanto a greves propriamente ditas, o comandante Correia Figueira, responsável pelas relações públicas da Setenave, informou-nos que o ambiente no estaleiro sempre foi bom, e a actividade normal, se exceptuarmos Maio de 1974, quando houve o primeiro pronúncio de congelamento de salários.

No que diz respeito à falência, os engenheiros Marques do Carmo e Luís Maltez garantiram-nos que não faz qualquer sentido falar em falência da Setenave. Há dificuldades financeiras, mas isso pode-se considerar natural numa empresa das dimensões da Setenave e em fase de arranque.

Esta fase de arranque é acompanhada de um plano financeiro que deve suportar, por um lado, todos os encargos correspondentes ao investimento que continua a realizar-se (termina-se a construção da primeira fase do estaleiro), e, por outro lado, aos encargos de financiamento corrente às necessidades de financiamento da produção e venda.

É importante sublinhar que esta indústria exige un nível de financiamento muito elevado, sendo esta a razão pela qual em várias partes do mundo o Estado intervém, directa ou indirectamente, na indústria naval. O problema central é o do financiamento ao armador. Este, com efeito, só paga ao estaleiro oito a dez anos depois, a taxas de juro que variam entre 7 e 9 por cento. É evidente que para o estaleiro financiar o armador, o estaleiro tem de ser ele próprio financiado, dado até que o financiamento acumulado cresce continuamente.

De resto, a Setenave nem sequer tem tido muitos resultados negativos. Estes também não constituem nada de anormal numa empresa em fase de lançamento. Os resultados negativos da Setenave estavam previstos até ao fim do ano em curso nos próprios cálculos da administração privada, quando aquela tinha encargos de pessoal muito menores.

Uma das principais causas das dificuldades financeiras da Setenave, ou talvez a mais importante, é a deficiente estrutura financeira da empresa, cujo capital é de 600 mil contos, o que se traduz em aumento de encargos financeiros, o que só por si justifica prejuízos de alguns milhares de contos, que são absorvidos como lucros pela Banca nacionalizada. Estas dificuldades não existiriam se se tivesse realizado o aumento de capital previsto para 1974.

Os administradores com quem falámos chamaram-nos a atenção para o facto das relações da Setenave com as entidades de tutela, basicamente os Ministérios da Indústria e das Finanças, estarem a decorrer de acordo com esquemas suficientemente claros para permitir esperar que nos próximos meses a empresa tenha a sua estrutura financeira em termos de dimensão e origem dos meios necessários, que incluem um desde sempre previsto aumento de capital, que deverá passar de 600 mil contos para cerca de 1,2 ou mesmo 1,5 milhões de contos.

docas a explorar conjuntamente, deverá alargar a procura de mercados a actividades até agora mais difíceis, como é o caso das Quick Dockings.

— A Lisnave e a Setenave realizarão ainda conjuntamente, recorrendo para o efeito a entidades especializadas neste sector, estudos detalhados da situação actualizada do mercado de reparação de navios para a zona comercial e geográfica em que se enquadram os dois estaleiros.

— As admissões de pessoal quer para a Lisnave, quer para a Setenave, deverão ser realizadas de acordo com um planeamento conjunto das necessidades de mão-de-obra de ambas as empresas para os anos de 1976, 1977 e 1978. Para a execução deste planeamento existe uma comissão com representantes de ambas as partes.

Quanto à satisfação das necessidades imediatas, e até que fique concluído esse planeamento, assegurar-se-á uma gestão coordenada dos recur-

Estrangeiro

A EUROPA À DERIVA

ANDRÉ FONTAINE

Um dos biógrafos de Franklin Roosevelt escreveu que ele era **«tão contraditório que chegava à desorientar.»** O mesmo juízo podia aplicar-se a Giscard d'Estaing, no qual poderemos encontrar, além disso, certos tracos do homem de New Deal e de Yalta, entre eles a tendência para julgar que o seu encanto pessoal pode seduzir os lobos. No presidente da República francesa coabitam, com efeito, uma evidente versatilidade e, nos pontos essenciais, uma obstinaçao tão convicta como orgulhosa, capaz de lutar com a teimosia dos factos.

Um exemplo do que se disse é a sua vontade **«governar ao centro»**. Essa vontade é muito bem intencionada visto querer conjurar a secular atracção dos franceses pela guerra civil. Infelizmente vai chocar, como as cantonais acabam de provar mais uma vez, com a realidade de uma bipolarização crescente.

A fé europeia do chefe do Estado, ainda reafirmada à saída do conselho de ministros de 18 de Março, nem por isso é menos motivada. No seu espírito, trata-se de dar remédio àquilo a que ele próprio chamou umas «férias», de fazer com que o continente que durante mais de dois milénios escreveu a história do mundo, deixe de ser a «não-pessoa» evocada por Jobert por ocasião da guerra de Outubro. Com efeito não basta ver-se saído, como Giscard d'Estaing, da Escola Politécnica, para medir o impressionante contraste que existe entre a impotência da comunidade dos Nove e a amplidão dos seus meios demográficos, económicos e intelectuais de toda a espécie. Claro que os seus membros, um por um, não têm peso em comparação com os gigantes deste tempo. Mas, a adição das suas fraquezas, não se tornaria, se eles o quisessem, uma força capaz de se unterpor entre superpotências sempre demasiadamente tentadas a confundir protecção com protectorado?

Essa ideia simples, (embora divergisse quanto aos meios de ser realizada) inspirou, desde há um quarto de século, a grande maioria dos dirigentes do Oeste com o assentimento dos seus povos. Mas a exigência de uns juntou-se ao maximalismo dos outros para impedir o nascimento dessa confederação, com a qual, no fundo, estavam de acordo, de Gaulle, Jean Monnet e Adenauer.

O que subsiste do grande sonho dos anos 50 já hoje não é mais do que caricatura. Em Bruxelas, uma maquinaria pesada gira no vazio, preparando sessões-maratona durante as quais alguns ministros exaustos, principalmente os da Agricultura, se opõem, com a aspereza de delegados sindicais ou, mais ainda, de vendedores de tapetes. O simples facto de Christian Bonnet ter querido prevenir-nos de que o acordo do vinho, recentemente feito, tinha algo de «milagroso» e que não havia hipóteses de ele ser renovado, diz muito sobre o Mercado Comum agrícola, orgulho da V República, e o mais sólido dos argumentos a favor da continuação da experiência comunitária.

Assim, já não se vêem em Bruxelas manifestações de solidariedade entre camponeses europeus organizando demonstrações em coro. Pelo contrário, a cólera do Sul vitícola dirigia-se claramente contra a concorrência italiana.

O facto de o franco ter saído da «serpente» num desavergonhado clima de especulação, não é por isso menos inquietante, mesmo que se admita que ele sancione antes de mais o erro cometido quando da sua reintegração, reintegração essa a que Mitterrand era, como se sabe, favorável. Ela prova, com efeito, que o espírito comunitário é impotente para evitar uma inclinação substancial da França para a República federal. A falar verdade, como podia ser de outro modo, enquanto a opinião pública de um lado do Reno vê o pior dos perigos da inflação, enquanto que a opinião do outro lado do Reno o vê no desemprego? Enquanto os parceiros sociais alemães jogarem a carta da cogestão e enquanto a maioria dos seus homólogos franceses jogam a da luta de classes?

De qualquer modo, em período de crise económica, cada um procura habitualmente, exportar, como deve, não só os seus bens, como o seu desemprego, a sua inflação e o défice da sua balança de contas: daí os reflexos proteccionistas de que os anglo-saxões, no entanto grandes campeões do livre-câmbio, nunca são os últimos a dar o mau exemplo. Não é preciso mais para que as velhas desconfianças acordem e também os velhos ciúmes que fazem o encanto (e a profunda fraqueza) da Europa, face a «federações» poderosamente unitárias como os Estados Unidos e a União Soviética.

Se se acrescentar a tentativa de reconstituição entre a Alemanha, os Países Baixos e o Luxemburgo de um tratado de aço, isto é, daquilo contra o que a C. E. C. A., primeira pedra da construção comunitária, foi criada, começa a duvidar-se de que o relançamento industrial de que se fala agora tenha muitas possibilidades de dar vida ao agonizante. O profundo aborrecimento que inspira a leitura do relatório que o primeiro-ministro belga, Tindemans consagrou a este tema, explica bastante bem que nele se procuraria em vão os traços de um remédio milagroso. Ele não é mais do que o catálogo dos modestíssimos esforços que poderiam empreender-se aqui ou além. Quando muito algumas injecções de sono, onde, pelo menos, seria necessário uma transfusão.

A RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS UNIDOS

No fracasso da Europa, que é preciso constatar, boa parte da responsabilidade pertence, como já se disse, aos próprios europeus, e, sobretudo, à sua incapacidade de concluir os compromissos indispensáveis. Mas a principal responsabilidade cabe aos Estados Unidos, de resto mais por força das coisas do que em consequência de uma vontade deliberada; o que não quer dizer que o entusiasmo pró-comunitário dos amreicanos não tenha diminuído bastante a partir do dia em que eles descobriram que uma Europa unida podia constituir um concorrente e não só um parceiro de boa vontade indiscutível. Era, na verdade, precciso que confiassem muito no magnetismo das suas instituições e da sua mensagem, para acreditarem que, ao perder a velha regra do dividir para reinar, desmentiriam também a verdade da regra inversa segundo a qual a união faz a força...

A verdade é que a construção europeia progrediu como pôde e enquanto se inscreveu no quadro de um desenvolvimento económico regular, porque se tratava de repartir um excedente. As coisas tornam-se mais difíceis quando se trata de repartir a penúria. Ao desenvolver a mobilidade das mercadorias, dos capitais, das pessoas, no interior do Mercado «comum», a C.E.E. acelerava o ritmo do desenvolpimento, conferia a países (que tinham saído exaustos da guerra) um dinamismo e uma confiança em si próprios que causavam inveja. A mecânica foi quebrada pela inflação à qual se abandonaram durante demasiado tempo, sem se dar conta de que ela ia alimentar a especulação e a agitação social, arruinando a confiança dos cidadãos na moeda, na economia e na capacidade dos seus governos.

Ora, antes de mais, foram os Estados Unidos os autores da inflação mundial, de que a inflação europeia é um simples aspecto. O abismo da guerra do Vietname arrastou-os, antes de mais, para enormes défices orçamentais. E depois, não quiseram fazer nada que pudesse atingir o predominância do dólar. As medidas proteccionistas adoptadas a 15 de Agosto de 1971, em Camp David, mostraram, de resto, muito bem, que, quando a América está em dificuldades, não há para ela limite aos imperativos do sacrossanto egoismo.

Em tais condições, era precisa uma grande ingenuidade para acreditar que se atingisse qualquer estabilização das moedas europeias deixando-as «flutuar» no interior de uma «serpente», também «flutuante» em relação a uma referência desprovida de todo e qualquer valor fixo. É um pouco como se, para «estabilizar» um peixe encarnado, o colocássemos num aquário, aquário esse que poríamos depois sobre uma jangada, em pleno mar tempestuoso. Nenhum **gadget**, por mais astucioso, permitiu algum dia resolver um problema de fundo.

Georges Pompidou compreendera muito bem que a união monetária era a chave da unificação da Europa. Enquanto os Estados Unidos recusam voltar a um sistema de paridades de uma certa fixidez, uma tal visão está votada ao fracasso e, em todo o caso, à maior vulnerabilidade, e, segundo este ponto de vista, é um erro grave de Giscard ter-se prestado ao acordo da Jamaica. Será demasiado tarde para admitir essa evidência e fazê-la reconhecer pelos parceiros da França no seio dos Nove, que não se sentem menos penalizados do que ela? Se eles decidissem pressionar os americanos, levando-os a tentar fundar, finalmente, uma ordem monetária estável, teriam a certeza de beneficiar de um numeroso concurso de um Terceiro Mundo que paga a própria desordem monetária e apela para a emergência da Europa entre os supergrandes.

À falta de um tal acordo, a Comunidade está condenada a morrer a fogo lento ou até a voar a fogo lento ou até a em vista a orientação para a direita que actualmente se desenha na República Federal e na Grã-Bretanha, e a evolução inversa da França e da Itália, será preciso, de facto, muito tempo para que essa Europa dos povos que os amigos de Mitterrand e de Berlinger reclamam com idêntico ardor, veja finalmente o dia.

© LE MONDE

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

PUB

SINDICATO DOS CARPINTEIROS NAVAIS CALAFATES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO E PORTO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 43 dos n/ Estatutos convocam-se todos os associados do (SECTOR MAR) no próximo dia 7, pelas 18 horas e 30 minutos, para uma reunião sobre (VERTICALIZAÇÃO) que se realizará na nossa sede (SITA) Largo Victorino Damásio, n.º 8-1.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Informação
— Verticalização — Reforço da Unidade

PARTICIPA NO TEU SINDICATO EM FRENTE COM A VERTICALIZAÇÃO

ORGANIZAR PARA UNIR AS MASSAS TRABALHADORAS

Pelo Presidente da Direcção
Luís Barreto das Dores

PUB

SINDICATO TRABALHADORES COMÉRCIO E SERVIÇOS DISTRITO SANTAREM

C. C. T. DISTRITAL

COMÉRCIO RETALHISTA

COMUNICADO

AO PÚBLICO CONSUMIDOR

Quem trabalha por conta de um patrão, sabe que os patrões normalmente só pagam o vencimento que são obrigados a pagar.

Os trabalhadores sabem que só são aumentados, quando um Contrato novo vem obrigar os patrões a fazer aumentos.

A grande maioria dos trabalhadores do sector do Comércio Retalhista, já não é aumentado desde Janeiro de 1975.

São aqui indicados alguns dos vencimentos de Janeiro de 1975, que os patrões estão a pagar, em Março de 1976, e pagarão ainda, não sabemos por quantos meses:

Servente	3 800$00	Dactilógrafo	4 200$00
Caixeiro-Ajudante	3 700$00		
3.º Caixeiro	5 200$00	3.º Escriturário	5 200$00
2.º »	5 700$00	2.º »	5 700$00
1.º »	6 200$00	1.º »	6 200$00

— QUANTO NÃO SUBIU A VIDA, DEPOIS DE JANEIRO DE 1975 ?
— QUEM PODE VIVER, HOJE, COM TAIS SALÁRIOS ?

O Sindicato luta, desde Outubro passado, para conseguir que os patrões aumentem estes vencimentos.

Os trabalhadores, não podendo viver por mais tempo, em tais condições, organizam-se a nível concelhio, em Comissões de Luta.

Não pretendem roubar nada a ninguém. Querem apenas conquistar condições, e que são ainda mínimas, para poderem subsistir, com dignidade e decência.

Tudo isto, que é bem pouco afinal, têm os trabalhadores vindo a pedir aos patrões, pacientemente.

Mas a paciência tem limites. Para além do mais, não sustenta os nossos filhos, não dá de comer a ninguém.

E os trabalhadores do sector do Comércio Retalhista decidiram, em Plenários concelhios, dizer aos patrões, que até ao dia 15 de Abril têm de ter o novo Contrato negociado e assinado.

O público consumidor tinha e tem direito de ser informado.

O público consumidor fica assim informado da justeza das nossas pretensões e fica sabedor de que os patrões serão os únicos responsáveis pelas atitudes que possam vir a ser tomadas, caso nos recusem o pouco que reivindicamos.

APOIA A NOSSA LUTA

AS COMISSÕES DE LUTA
A DIRECÇÃO

Estrangeiro

Morreu o excêntrico multimilionário Howard Hughes

HOUSTON, 6 (ANOP) FP e R) O multimilionario eremita Howard Hughes faleceu ontem, vitimado por um ataque cardíaco, quando vinha de avião do México para fazer algumas analises num hospital de Houston, a sua terra natal, segundo revelou o seu advogado Greg Bautzer.

O dr. Bautzer disse em Los Angeles, ontem, à noite, que o excêntrico magnata, de 70 anos, viajava de Acapulco, o centro de turismo mexicano, quando morreu, cerca de meia hora antes do seu avião-ambulância fretado aterrar.

Hughes, que vivia como um recluso desde 1948, deixou um império financeiro avaliado em cerca de dois mil milhões de dólares (aproximadamente 60 milhões de contos).

Pioneiro da aviação, cineasta, gigante da indústria petrolífera, proprietário de casinos em Las Vegas e colaborador das mais delicadas operações da C.I.A., Howard Hughes dirigia o seu império financeiro, a partir de domicílios secretos.

Tão grande era a sua fascinação pela aviação que trabalhou como co-piloto para uma companhia aérea em 1932, quando já era um dos homens mais ricos do país.

Como piloto estabeleceu vários recordes de velocidade nos anos 30.

Durante o teste de um dos seus aviões, o XF-11, um aparelho de reconhecimento fotográfico de longo alcance que concebeu para o Exército, Hughes despenhou-se contra uma mansão na área de Bell Air, em Los Angeles. Foi considerado em estado crítico devido a lesões múltiplas internas e na cabeça, ossos quebrados e queimaduras. Contudo, no dia seguinte, tomava o controlo dos seus negócios, na própria cama do hospital.

Um jovem alto e elegante, que transformou o negócio do pai de ferramentas para prospecção de petróleo num gigantesco império, de linhas aéreas e de casinos, Hugues tornou-se um recluso fantasma, nos últimos anos de vida, movendo-se entre esconderijos nas Bahamas, Canadá, Inglaterra, México e Nicarágua.

A partir de 1970 quase não pôs pé nos Estados Unidos e não fez qualquer declaração pública nos últimos quatro anos de vida. Accionistas de algumas das suas companhias intentaram recentemente uma acção judicial exigindo que os advogados do multimilionário provassem que Hughes estava vivo.

Um «playboy» companheiro de estrelas do cinema como Lana Turner e Jane Russell, nos dias da sua juventude Hughes casou-se duas vezes e divorciou-se outras tantas. O seu primeiro casamento, com Ela Rice, em 1925, durou quatro anos. Em 1957 consorciou-se com a estrela cinematográfica Jean Peters, de quem se divorciou em 1971.

A última declaração pública feita por Hughes registou-se em Janeiro de 1972 quando falou telefonicamente das Bahamas a um grupo de jornalistas em Los Angeles para denunciar como uma mistificação

Howard Hughes, o milionário-eremita, numa fotografia de 1947.

uma pretensa autobiografia, que fora afinal escrita por Clifford Irving.

O segredo total em que viveu rodeado originou as histórias mais incríveis acerca dele. Uma dizia que o seu corpo fora congelado em animação suspensa, enquanto uma testemunha, numa audiência perante um grande juri federal, em Miami, afirmou que Hughes unha cabelo até à cintura e as unhas das mãos e dos pés atingiam mais de 20 centímetros de comprimento.

Contudo, um diplomata norte-americano que se encontrou com Hughes na Nicarágua, em 1972, afirmou que o multimilionário tinha um aperto de mão firme, cabelo grisalho e uma barba à Van Dyke.

Em 1966, Hughes vendeu por 546 milhões de dólares as acções, a maioria, que tinha da Trans Wolrd Airlines (TWA). Em Dezembro de 1972, vendeu a Hughes Tool Company, que herdara do pai, por cerca de 130 milhões de dólares, e fundiu todas as restantes empresas com que ficou, incluindo os casinos e as suas fábricas de produção de aviões e satélites, transformando-as na Summa Corporation.

Espanha

A maior evasão em massa desde a guerra civil

MADRID, 6 (R) — A Policia passa hoje a pente fino a Espanha procurando 31 guerrilheiros urbanos condenados que fugiram ontem, durante a maior evasão em massa de uma cadeia registada no país desde a Guerra Civi spanhola de 1936-39.

Fontes bem informadas disseram que os presos, todos membros da E. T. A., a organização nacionalista basca, excepto dois, desceram por um cano numa ala da penitenciária de Segóvia, ao norte de Madrid, rastejaram através dos esgotos daquela cidade e foram recolhidos por cúmplices numa estrada principal já fora dos limites da localidade.

Os reclusos, vários deles cumprindo penas de cerca de 20 anos de cadeia por actividades de guerrilha, escaparam, durante um intervalo de duas horas entre as chamadas disseram as mesmas fontes.

Apenas horas antes o Ministério do Interior anunciara que 50 elementos ou simpatizantes da E. T. A. tinham sido presos nas províncias bascas do Norte, na semana passada.

A E. T. A., que pretende uma República Socialista independente na região basca, perpetrou já, este ano, três ataques à mão armada e ameaça matar um conhecido industrial, raptado em Março, a não ser que a família pague um resgate de 200 milhões de pesetas.

No Verão passado, a Polícia prendeu vários dirigentes da E. T. A. acusados de planearem uma evasão da penitenciária de Segóvia, a partir do exterior.

As fugas de ontem foram um golpe severo para o Governo pós-Franco do rei Juan Carlos, que transformou na maior prioridade da sua política a manutenção da lei e da ordem e a moderação da oposição.

Vários politicos da esquerda, incluindo o economista Ramon Tamames, os advogados Francisco Sauquillo e Luis Larroque e o engenheiro Enrique Triana, deverão comparecer hoje perante um juiz de instrução. Foram presos durante uma manifestação contra o Governo, no sábado.

Quatro dirigentes oposicionistas, incluindo o dirigente sindical comunista Marcelino Camacho, foram também presos, na semana passada, e pronunciados por acusações pelas quais estão sujeitos, se forem condenados, a uma pena máxima de 30 anos de cadeia.

Agitação registou-se também em Barcelona, o centro industrial do país, onde elementos da polícia de choque acabaram com manifestações, no domingo passado, a favor de liberdades democráticas e de uma amnistia para presos e exilados politicos.

Fontes oficiais disseram que mais de 20 000 trabalhadores puseram-se em greve em apoio de um apelo da Assembleia Catalã, um grupo da oposição unindo partidos políticos locais, desde a extrema-esquerda ao centro.

Fontes afectas à Assembleia Catalã notaram que as suas reivindicações focavam a questão de autonomia para a região da Catalunha, um estatuto que usufruiu durante a República Espanhola dos anos 30, antes da Guerra Civil. Acrescentaram que o total dos grevistas era mais elevado.

Detidos elementos da A.D.J.

MADRID, 6 (Especial para o «D.L.») Enquanto o Governo espanhol prepara a Lei das Associações Politicas, a Polícia deteve e processou vários membros da Comissão Permanente de Madrid da Associação Democrática da Juventude. Seis dos detidos, entre os quais se encontram Samuel Segovia, Raúl Murcia e Ramón Navarro, presidentes de diveros organismos juvenis, foram multados em 150 mil pesetas.

A Associação Democrática da Juventude, que passou por todos os trânsites para ser legalizada, tem como fim a defesa dos direitos humanos, e em particular os dos jovens, tais como o direito de voto aos 18 anos, a defesa dos direitos laborais da juventude, o ensino gratuito e obrigatório e a liberdade para organizar actividades culturais e recreativas.

A A.D.J. foi criada por mais de 250 representantes dos mais variados organismos juvenis de toda a Espanha, escuteiros, centros de excursionismo, delegados liceais, etc.

Perante estas detenções foram feitos inúmeros protestos de clubes juvenis e personalidades individuais reclamando a liberdade destes jovens e a legalização da sua Associação.

Salvador de Madariaga regressou

SARAGOÇA, 6 (FP) — O escritor espanhol Salvador de Madariaga, exilado desde a guerra Civil espanhola, está em Saragoça desde segunda-feira, — afirma o jornal local «Heraldo de Aragon». O escritor residia em Lugano, na Suiça.

Callaghan (eleito para suceder a Wilson) manterá as prioridades sociais

James Callaghan, de 64 anos, eleito ontem pelos trabalhistas para suceder a Harold Wilson na chefia do Labour e do Governo britânico.

LONDRES, 6 — (ANOP, F.P. e R.) «O objectivo do novo Governo será prosseguir com a tarefa vital de diminuir a taxa de inflação», afirmou o novo primeiro-ministro britânico, James Callaghan, num discurso proferido pela Televisão, poucas horas após a sua eleição.

«Fizemos bons progressos o ano passado, graças à compreensão e cooperação dos sindicatos e dos seus membros. Mas digo-lhes, como digo a toda a gente, que temos ainda um longo caminho a percorrer», acrescentou, sublinhando em seguida: «Se não conseguirmos fazer diminuir a inflação nunca resolveremos o problema do desemprego. Não poderemos ter uma indústria próspera se não pudermos vender os nossos produtos no estrangeiro... Apesar das medidas dos últimos 12 meses, não estamos ainda a ganhar o correspondente ao nível de vida de que desfrutamos. Apenas conseguimos manter os nossos níveis mediante empréstimos e esta situação não se pode manter indefinidamente.»

O novo primeiro-ministro disse ainda nomeadamente que o novo Governo «manterá as prioridades sociais que estão no âmbito do programa socialista», entre as quais se contam a intenção de proporcionar à sociedade britânica «uma maior justiça social».

A concluir o seu discurso, Callaghan formulou um apelo às diversas gerações para que colaborem nos esforços de reconstrução da Grã-Bretanha «sobre uma base segura».

O grupo parlamentar trabalhista elegeu ontem Callaghan, para suceder a Harold Wilson, no cargo de primeiro-ministro do Reino Unido e chefe do Labour.

Em escrutínio secreto efectuado entre os membros trabalhistas do Parlamento, Callaghan obteve 176 votos e o seu rival, Michael Foot, ministro do Emprego e representante da ala esquerda do partido, recolheu 137.

Tensão em Pequim após os incidentes

PEQUIM, 6 — (R) — A administração chinesa avisou hoje que não devia repetir-se a violência politica que abalou Pequim nas últimas 24 horas.

A capital estava hoje tensa enquanto milhares de jovens erravam sem destino em torno da praça da Paz Celestial — palco da maciça manifestação de ontem em que foram feridas dezenas de pessoas, incluindo pelo menos um estrangeiro.

Agitadores tentaram subir os degraus do Grande Palácio do Povo rompendo através de cordões de tropas. Foram incendiados veículos e um edifício.

O aviso contra novas violências surgiu da fonte mais aurorizada possível — um editorial de primeira página no «Diário do Povo».

A mensagem, que se seguiu a um apelo pessoal aos agitadores pelo presidente da câmara de Pequim, Wu Teh, teve ainda maior autoridade com uma nova citação do presidente Mao-Tsé-tung.

A manifestação foi eventualmente dispersada a noite passada por longas filas de milicianos armados com bastões. Foi desencadeada quando centenas de grinaldas de papel e tributos ao falecido primeiro-ministro Chu-En-lai foram retirados pelas autoridades antes do nascer do sol.

A manifestação de pesar era notoriamente dedicada a Chu, coincidindo com o antigo festival chinês Ching Ming dedicado aos mortos.

Com efeito, transformou-se numa maciça e aprentemente espontânea manifestação de apoio à política moderada de Chu e ao seu principal protegido, o vice-primeiro-ministro Teng-Hsiao-ping.

Teng é o principal alvo de uma feroz campanha de imprensa e cartazes contra os «capitalistas», lançada por importantes radicais esquerdistas na chefia logo após a morte de Chu, em Janeiro.

Caleidoscópio

■ HAIA, 6 — (R) — A Turquia apresentou queixa ao Governo holandês pela inclusão de um concorrente grego ao Festival da canção da Eurovisão no passado sábado — anunciou um informador do Ministério holandês dos Negócios Estrangeiros.

O informador acrescentou que uma nota da Embaixada turca afirma que a canção grega continha «elementos políticos».

Câmara Municipal do Concelho do Seixal

EDITAL

EUFRASIO FILIPE GARCÊS JOSÉ, PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEIXAL

FAZ SABER que de harmonia com a deliberação da mesma Câmara, tomada em reunião de 25 de Março de 1976 se recebem propostas, em carta fechada, para adjudicação da empreitada de «CONSTRUÇÃO DO TROÇO DE ESGOTO DOMÉSTICO ENTRE CAVADAS E FARINHEIRAS».

A base de licitação é de 421 000$00 e o depósito provisório na importância de 10 525$00 deve ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência com guias preenchidas pelos concorrentes, tudo conforme Programa de Concurso e Caderno de Encargos patentes na Secretaria dos Serviços Técnicos, onde podem ser consultados em todos os dias úteis, durante as horas do expediente. A abertura de propostas terá lugar na primeira reunião da Câmara que se efectuar, decorridos 20 dias, a contar da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo», reservando-se a Câmara o direito de abrir a licitação verbal entre os proponentes e ainda o de não adjudicar se assim o julgar conveniente nos interesses do Município, devendo ser selada pelo respectivo proponente a que tiver a adjudicação.

Alvará exigido

E para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Paços do Concelho do Seixal, 30 de Março de 1976

O PRESIDENTE DA C. ADMINISRATIVA

Eufrásio Filipe Garcês José

Nacional

Mário Dionísio: o exemplo da demissão

"A TV é na verdade uma fábrica — mas de carácter muito particular"

«A T. V. é na verdade uma fábrica, mas uma fábrica de carácter muito particular, em que as questões culturais, mesmo no seu aspecto mais específico, estão sempre prioritariamente presentes, ou se não há todas as razões para temer muito seriamente pelo seu futuro. E pelo nosso» — disse-nos Mário Dionísio a propósito da sua demissão do cargo de Director de Programas da Radiotelevisão Portuguesa, para que entrara há poucos meses.

Foi com um vincado sentimento de esperança que se viu aceder Mário Dionísio àquele lugar: o homem de cultura dava garantias que, no seu caso particular, eram redrobadas pela integridade cívica demonstrada em inúmeras ocasiões da vida nacional. Eis também por que a sua saída é um exemplo e uma advertência, como deixa transparecer a entrevista que se guidamente publicamos.

— Estando hoje absolutamente confirmada a sua saída da RTP, quer dizer-nos as razões que a determinaram?

— As razões são de vária ordem mas podem resumir-se assim: o cumprimento da minha palavra. Ao assumir a pesada responsabilidade de Director de Programas da RTP, bem medidas as dificuldades que iria encontrar, tornei bem claro, publicamente e perante quem, com desvanecedora insistência, a isso me convidou, 1.º) que o meu programa seria integrar a RTP numa atitude inequívocamente antifascista, com o objectivo expresso de transformá-la num verdadeiro órgão de cultura e, como tal, directamente participante na alteração de mentalidade indispensável à democratização da sociedade portuguesa; 2.º) que abandonaria esse lugar logo que verificasse faltarem-me as condições mínimas para cumprir, mesmo a longo prazo, tal programa. Por mais aliciante que a tarefa em si mesmo seja, e sem dúvida o é, nenhuma espécie de boas relações pessoais, e até de amizades que ali criei ou de pequeninos êxitos de domínio parcelar, me fariam esquecer a grave responsabilidade duma tarefa que diz respeito a todo o País ou, pelo menos, a três milhões de portugueses.

— Um período de três meses não terá sido curto para desistir de uma tarefa que desde logo se afigurava tão difícil de levar a cabo?

— Não, porque as coisas de certo modo se precipitaram. Pela intensidade do trabalho, sem um minuto de repouso, no plano, a que poderemos chamar teórico, das longas reuniões, a vários níveis, e no plano prático da execução (ou não execução, pelas impossibilidades de toda a espécie constantemente surgidas), esses três meses equivaleram a oito ou dez. Permitiram-me perfeitamente distinguir entre as grandes dificuldades do dia-a-dia, enervantes, sem dúvida, esgotantes e no entanto superáveis, e outras grandes dificuldades, que pouco a pouco se foram tornando nítidas, de desentendimento sobre modos de agir que implicitamente comprometem os próprios objectivos a alcançar. Não sou homem para desistir à primeira contrariedade, nem à segunda. Nem me deixo arrastar pela fácil tentação de julgar apressadamente pessoas que, neste ou naquele caso, actuam com pouca ponderação e coerência. Mas a experiência ensinou-me também a compreender que a excessiva repetição de certas coincidências não é puro acaso. E não há atitudes, por mais simpáticas e mesmo lisongeadoras, que me façam afastar os olhos um minuto do leme do barco.

— Refere-se a falta de real colaboração ou mesmo a sabotagens que tenha verificado?

— De modo nenhum. Quando entrei na RTP, muitas pessoas me diziam: «Onde te foste meter! Aquilo é um vespereiro!». Eé. Mas a RTP é apenas um espelho de muitas faces onde se reflecte a fase de vespeiro que o próprio País atravessa. Há ali quem colabore pouco? Certamente. Há quem sabote? Quase com certeza que sim. Mas não exactamente como cá por fora se supõe. Os vários sectores lutam surdamente uns contra os outros e, dentro de cada um, os vários elementos que o constituem lutam entre si também, sobretudo (atenção!) para atribuirem a outrem as culpas do que diariamente falha. Etodos, como é compreensível, embora nem sempre correcto, contra quem dirige, seja quem for que dirija.. Na base de tudo há o descontentamento, a verdadeira frustração de anos e anos de trabalho mal conduzido, de descrença numa verdadeira reorganização sempre prometida e sempre adiada, de falta de amor ao que se faz. Mas seria mais que injusto esquecer que há também na RTP muita gente com plena consciência da verdadeira situação da casa e suas causas, disposta a trabalhar com seriedade e que durante estes três meses me prestou toda a colaboração possível. Sobretudo desde que compreendeu que não se tratava de novos projectos mais ou menos ilusórios, mas de lançar ombros a uma verdadeira renovação. O número destes estava aliás aumentado. E não me esqueço das palavras de alguns deles quando souberam da minha decisão definitiva, em cumprimento por sinal de uma atitude, que era a única garantia que eu lhes podia dar.

— Mesmo com essa colaboração, é opinião geral que a programação entretanto não estava a melhorar... — Pois não. Nem poderá nunca melhorar sem a alteração drástica de certas condições fundamentais. A TV não é propriamente um gira-discos. Não se trata de deixar de tocar uns discos e de fazer ouvir outros, como muita gente parece supor. É uma verdadeira fábrica, extremamente complexa, que está num estado incapaz de produzir satisfatoriamente. Não tem os estúdios indispensáveis, nem equipamento bastante ou sequer todo em bom estado, nem pessoal especializado em número suficiente, nem uma organização que ponha a funcionar tudo isso, sem o subaproveitamento que hoje se verifica mesmo do pouco que se dispõe ainda, de material e de pessoas. Por isso mesmo, a primeira grande tarefa a que meti ombros foi a da reestruturação da Direcção de Programas, forçosamente morosa, a qual depende da reestruturação de todas as outras. Dir e cções, aliás em curso. Traçadas as grandes linhas gerais duma nova política de programação, com a colaboração dos meus mais directos colaboradores, encarreguei técnicos reconhecidamente competentes, e que há muito sonhavam com isso, de estudarem a reorganização de todos os serviços de modo a levar-se à prática essa política. Mas, feito o primeiro esboço dessa reorganização dos serviços, que me parece excelente, a reestruturação está emperrada há mais de um mês por razões dificilmente superáveis do momento. Tudo é extremamente moroso. O concurso para novos realizadores, aberto há muito, e de que a produção precisa como pão para a boca, só agora, depois de uma luta sem tréguas, consegui que fosse levado a efeito. Mas sem visionadores de continuidade — que não há — o próprio aumento do número de realizadores não resolverá muita coisa.

— Foi essa morosidade e esse tipo de problemas que o levaram a desistir?

— Também não. Isso são dificuldades para que tem de estar preparado quem se abalança a uma tarefa de tal envergadura. Neste campo da reconstrução da fábrica tinha grandes aliados nas outras Direcções de serviços e, naturalmente, na Comissão Administrativa. Todos querem a reestruturação. Todos percebem que sem ela a Casa vai para o fundo. Aqui não há discordâncias. E as contrariedades, as naturais e as provocadas, não são surpresa para quem tenha dois dedos de testa. Conta-se com elas. Estão previstas no plano de acção. Mas, entretanto, outros problemas surgiram no que se refere à produção imediata, à programação diária, de que eu tinha como é óbvio de ser responsável mas que eu só poderia aceitar (com que amargos de boca!), tomando-a como situação transitória e que por nada deste mundo consentiria que, pouco a pouco, de transitória se transformasse em definitiva.

«PROPUS EM VÃO UMA ALTERAÇÃO...»

— Se estava em estudo a reestruturação, mal esta se pusesse de pé, essa situação transitória desaparecia...

— Pelo que foi acontecendo, passei a perceber que talvez não. Quem critica o que a TV põe diariamente no ar, quase sempre com razão, por vezes sem tanta razão como isso, ignora o esforço prodigioso que é preciso desenvolver para, nas condições de que neste momento se dispõe se conseguir encher (é bem o termo) o pequeno «écran» durante as horas previstas. Atribui muitas vezes a intenção deliberada ou a simples incapacidade o que, com amargura e verdadeiro desespero, se tem de oferecer aos telespectadores. Sem vários chefes de departamento — situação que se manterá até que o problema dos trabalhadores suspensos esteja definitivamente resolvidoz—, sem realizadores disponíveis, e equipas de filmagem, e estúdios para produzir programas, que se projectam para se anularem em seguida, sem novos filmes estrangeiros ou só vindos a conta-gotas porque as firmas de vários países se recusam a mandá-los enquanto certos atrasos de pagamentos se mantiverem, sem que, sobretudo o Director de Programas tenha **tempo** para se ocupar de programas, sua planificação e programação cuidada, não é realmente possível fazer coisa muito diferente do que se faz.

— O Director de Programas não tem tempo para se ocupar de programas?! Então de que se ocupa?

— Co m p reendo bem essa surpresa. Foi a minha quando mergulhei nos trabalhos daquela casa e estive à beira de ser sorvido por eles. E é aí que reside a causa imediata do meu pedido de demissão. Porque propus em vão uma alteração no esquema de trabalho do vasto sector que me cabia dirigir. Uma alteração que, embora não resolvesse inteiramente os problemas, mesmo os da situação transitória a que me referi, poderia melhorá-la muito, apontar já para o estilo de trabalho futuro e evitar o pior. Isto é, evitar que o Director de Programas continuasse a ser totalmente absorvido pela burocracia da engranagem e a ver-se privado de qualquer possibilidade de se ocupar da orientação política e cultural (toda a cultura é política, toda a política é cultura), de que hoje só teóricamente se pode ser responsável.

— Pode explicar-se um pouco melhor?

— Um programa não aparece no «écran» por milagre ou com a simplicidade relativa com que se escreve um artigo, se manda compor e imprimir num jornal. Cada programa implica uma fase de concepção, outra de produção e de realização, outra de programação e outra, enfim, de emissão, todas elas dependentes duma planificação geral, indispensável e que hoje não existe na nossa TV. Um Director de Programas não pode ocupar-se do controle de tudo isto e ao mesno tempo da parte administrativa, técnica e burocrática que se lhe prende. Mesmo que houvesse alguém — do que duvido — que fosse igualmente competente em todos esses aspectos, faltar-lhe-ia o tempo para pessoalmente tudo dirigir e controlar. Há por optar por qual é a sua principal função. Quanto a mim, um Director de Programas — e só neste caso poderia eu ter aceitado tal lugar — é alguém que se ocupa fundamentalmente de programas, da sua orientação e planificação, dos muitos contactos e demoradas sessões de trabalho que isso exige, desde a estreita colaboração com os vários departamentos (mais difícil ainda pela actual ausência dos respectivos chefes), comprodutores e realizadores (mas no que aos programas em si mesmo se refere) a relações sempre renovadas com especialistas dos vários ramos da cultura, nacionais e estrangeiros, de que uma TV digna desse nome não pode alhear-se. Os problemas de administração e de ordem executiva, extremamente absorventes, que são naturalmente também do seu âmbito, terão de estar a cargo de adjuntos (ou como se lhes queira chamar) especialistas, em cujo trabalho ele só terá de intervir no sentido de fazer que tal trabalho se processe sempre de modo a bem servir a política geral de programação e a qualidade. Se um Director de Programas passa o dia a assinar documentos de carácter administrativo (senhas de almoço ou fichas de horas extraordinárias...), a preocupar-se com contratos, a tentar resolver problemas pessoais ou colectivos que surgem nas relaçõesde trabalho, a verificar se o mapa de trabalho dos realizadores está correctamente elaborado, se há estúdio ou não há estúdio para determinado programa, é evidente

Continua na pág. 15

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 661515
Bilhetes à venda
Proibida a ent. após início do espectáculo
Última semana

Teatro da Cornucopia
3.ª a sábado, às 21.15 h
domingo, só às 18.00h.
(Não acons. a men. de 13 anos)
Bilhet. abre às 17.00h.

MARIA VITÓRIA
Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO
FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!
SALVADOR
MARIA DULCE
HENRIQUE SANTANA
CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO
Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE
Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.
2.as feiras:
Descanso da Companhia
Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL
às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

trabalhadores de teatro da
CASA DA COMÉDIA
OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
(O JUDEU)
enc. norberto barroca
terça a sábado 21,30 h
domingo só às 18 h.

r.s.francisco borja 24
lisboa 607299
Última semana
Só até ao dia 11

Em FARO o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

MAIS QUE UMA REVISTA, UM GRANDECÍSSIMO ÊXITO DE GARGALHADAS!
TARAN·TAN·TAN NÃO ENCHE BARRIGA!
Não aconselh. menores 18 anos
ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80
Às 2.as, 3.as e 5.as às 21.30 — Sextas, Sábados e Domingos às 20.30 e 22.30 — Domingos «matinée» às 16 h.
TODOS OS SÁBADOS ÀS 16 H. «MATINÉES» INFANTIS COM BILHETES DESDE 20$00

Televisão

Nada do que se passa na RTP é alheio ao que se passa no País

Continuação da pág. 14

que não tem tempo sequer para receber seja quem for (e daqui envio as minhas desculpas às tantas pessoas que nunca pude receber) nem muito menos para se dedicar aos programas propriamente ditos, à sua orientação e planificação, à sua qualidade. Nada mais pode fazer do que assinar mais ou menos de cruz os respectivos projectos. Sem tempo para criar (é bem o termo) as zonas de trabalho desejável, mesmo que a médio prazo, nada mais pode fazer do que presidir a relativamente rápidas sessões de trabalho semanais em que apressadamente se combina a programação para a semana seguinte, com programas que emparte ainda não existem, que à última hora falham e que é preciso substituir um pouco às cegas e com o resultado que se sabe.

«DIAS DEPOIS VOLTOU-SE ATRÁS — COISA VULGAR NA CASA...»

— Há mais pessoas na RTP com a sua opinião?

— Que outra opinião poderiam ter todos os que vêem os problemas de dentro e estão realmente interessados numa TV de qualidade? Todos os trabalhadores com quem tive contacto mais directo manifestaram a sua satisfação quando se admitiu a hipótese de passarmos «enfim» (este «enfim» é deles) a trabalhar segundo meu critério. Porque esse critério, depois de longos e quase inacreditáveis debates, foi superiormente aceite. Mas para ser recusado alguns dias depois...

— Porquê?

— Porque para o presidente da Comissão Administrativa e para alguns elementos dessa Comissão, um Director de Programas é precisamente o contrário do que eu penso dever ser. E não só eu decerto por esse mundo fora... Na sua concepção, um Director de Programas é fundamentalmente um gestor de empresa, que tem sobretudo de ocupar-se de questões administrativas, técnicas e burocráticas, quando não de conflitos de trabalho. A sua função consiste prioritariamente em o funcionamento da máquina e não em garantir a qualidade do produto e a orientação político-social do que produz. Perante a intransigência do meu ponto de vista, que é também o de todos os que comigo mais directamente trabalhavam, houve uma hesitação e uma cedência. Foi-me pedido que rasgasse a carta em que formalmente pedia a minha demissão. Mas dias depois voltou-se atrás — coisa vulgar na Casa — e em reunião da Comissão Administrativa, assentou-se enfim em aceitar o meu pedido de demissão.

— Foi então uma questão meramente metodológica que esteve na base da sua demissão?

É possível que sim, é possível que não. Nada do que se passa na RTP é alheio ao que se passa no País. Nenhuma metodologia é alheia aos fins que visa. Uma empresa ao serviço da cultura ou a cultura ao serviço duma empresa, eis um dilema que não diz só respeito a «modos de agir». Pode ser que afinal se visem televisões com objectivos diferentes.

A IDEIA DUM ARQUIVO NACIONAL

— Diz-se que o Mário Dionísio e a sua equipa intelectualizavam demasiado os problemas de TV e defendiam uma televisão pouco acessível ao grande público. Reconhece alguma justiça nesta «acusação»?

— Diz-se tudo o que se quer, até patetices como essas. Tais boatos, contudo, cuja intenção é clara, não são porventura alheios à situação criada. A palavra «cultura», como nos bons tempos do fascismo, continua a meter medo a muita gente. Eaté a muita gente que nem sequer é fascista. Um bocadinho de cultura, sim, mas não de mais. Nada de fazer pensar muito as pessoas, de inquietá-las, de torná-las activas por dentro. Cuidado com a TV, que é vista por milhões...

Mas onde se vai buscar tão grotesca «acusação»? Ao que se fez durante estes três meses, praticamente nada, além de se cumprir rigorosamente o propósito inicialmente estabelecido de uma atitude rigorosamente anti-sectária, incluindo o sectarismo anticomunista? Quanto ao que se poderia vir a fazer (à tal TV só dirigida às camadas culturalmente privilegiadas, sem o recreio de que o povo tanto precisa, etc. e tal), vou ler-lhe três parágrafos do documento em que assentei as grandes linhas do meu projecto duma nova política de programação: «Devem ser considerados todos os aspectos da cultura, incluindo as manifestações recreativas, sempre pensados em função dos vários níveis do público, não no sentido de conservá-los como existem, mas no de promover gradualmente o acesso de todos ao enriquecimento cultural a que até hoje só alguns têm tido acesso». Outro parágrafo do mesmo documento: «Dentro de tais princípios, intencionalmente formativos, haverá pois que, atendendo embora às preferências actuais do público, não esquecer nunca tudo o que leve à educação do gosto, à curiosidade científica e ao desenvolvimento do espírito crítico». Outro parágrafo ainda: «Visa-se uma nova imagem da TV, mais viva e variada, concebida e apresentada de modo que cada programa seja ele mesmo um espectáculo, harmoniosamente integrado na programação geral e diária». Quem souber ler, que leia. Ou julgar-se-á inconveniente que, além do noticiário minucioso que se dá sobre o que se passa no desporto nacional e do todo o mundo, haja também um magazine cultural sobre as actividades portuguesas e estrangeiras? Ou que se faça uma série de mesas-redondas, já praticamente de pé, sobre a situação actual da pintura, do teatro, do cinema, da literatura, da historiografia, da investigação científica? Ou o grande programa, também em preparação, o primeiro que sugeri e contratei, sobre a história da cultura sob o fascismo?

— Mas talvez não seja bem a isso que os «acusadores» se referem quando falam em «in-

Continua na pág. 18

PUB

MILHARES DE LEITORES POR MINUTO

Técnicamente, as oficinas da Renascença Gráfica são das mais actualizadas da Europa.
Das suas rotativas saem diáriamente milhares de exemplares de publicações e cartazes,
a um novo ritmo de produção e de acabamento.
Economia, quer isto dizer.
E novas possibilidades de criar Imaginação e Leitores.

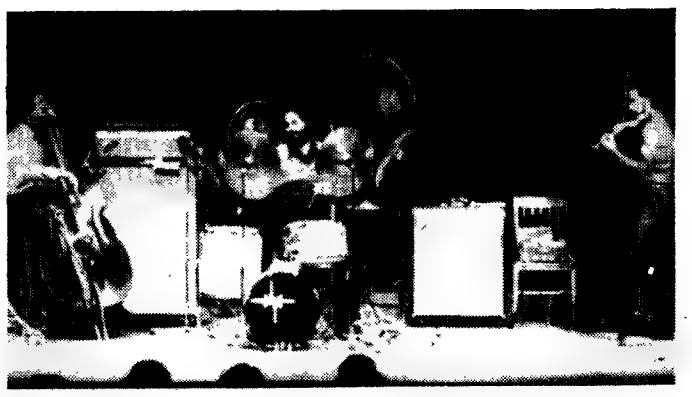
Serviços Comerciais da Renascença Gráfica, SARL

R. Luz Soriano 44 _ Lisboa Telef. 321154/5-320271/2/3

Canal da Crítica

Por estar impedido nos trabalhos da campanha eleitoral o nosso camarada de redacção Mário Castrim interrompe o «Canal da Crítica» até ao escrutínio do próximo dia 25. Para o facto, decorrente da Lei Eleitoral, pedimos a compreensão dos leitores.

Hoje



Jazz

I PROGRAMA

19.00 «Wickie, o Viking» — desenhos animados.
19.25 Documentário
20.00 Com Todas as Letras
20.30 Telejornal — 2.ª edição
21.05 «Os Inquéritos do Comissario Maigret» — Série policial.
22.00 A Gente que Nós Somos
22.45 Telejornal — 3.ª edição
23.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 «Dois Anos de Férias»
20.30 Ensaio
21.15 TV Jazz — o Conjunto de Charles Mingus.
22.15 Telejornal
22.30 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período **13.15**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: Campanha Eleitoral; **13.40**: Lua de papel de Alexis March; **14.00**: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e os programas da TV. **2.º Período** — **19.00**: Abertura e «David» — Série filmada; **19.30**: Magazine do Norte; **19.55**: Educação permanente; **20.15**: Vamos Jogar no Totobola — prognóstico para o próximo concurso; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; **21.00**: Campanha Eleitoral; **21.05**: Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas; **21.35**: Noite de Cinema — «O Anjo Azul» («Der Blane Engel») — com Marlene Dietrich e Emil Jannings. Realização de Josef von Sterberg. Ano de produção: 1930; **23.30** Telejornal — 3.ª edição; **23.45**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «Lua de Papel» — série filmada; **20.30**: As Pedras e o Homem; **20.55**: «Pesquisa»; **22.00**: Expedição; **22.30**: Telejornal; **23.00**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus 13-B - Rua Macau, à

Desporto

Futebolistas exigem participação nos lucros dos seus espectáculos

Aconteceu ontem, na Portela de Sacavém, à hora da partida da selecção nacional de futebol, rumo a Turim: os jogadores, pela boca do seu «capitão» (o benfiquista Toni) dirigiram-se aos dirigentes federativos e explicaram que não estão mais dispostos a participarem gratuitamente nos espectáculos que a F.P.F. delibera (como entende) marcar aqui e acolá, apenas para embolsar umas centenas de contos que vão direitinhas para os cofres da Praça de Alegria sem pagamento aos «artistas» pelos serviços prestados. Isso (por exemplo) aconteceu no Brasil e na Escócia, quando o «onze» português saiu derrotado de confrontos particulares e nenhum jogador foi contemplado com qualquer retribuição financeira, para além da verba auferida em treinos e estágios.

Portela de Sacavém: a selecção de futebol (encabeçada por Seninho) ainda não tinha apresentado a sua justa reivindicação.

O problema encontrou desprevenidos os directores da Federação presente no aeroporto que, para cúmulo, não tinham «quorum» para deliberar e tomar uma posição. Ainda se efectuou uma reunião entre António Magalhães (presidente em exercício), o eng.º Abílio Rodrigues (vice-presidente) César Grácio (secretário-geral), e os técnicos José Maria Pedroto e Juca, com telefonemas à mistura e o «caso» levantado pelos futebolistas a ser debatido sob vários matizes. Ao fim de algum tempo, ficou entendido que será resolvido, dentro de breves dias, encaminhar o tema a uma reunião geral da gerência federativa, para (muito provavelmente) os futebolistas verem satisfeito o seu lógico ponto de vista. Em síntese: ser pago a cada trabalhador do futebol o salário a que tem direito pelo seu trabalho, sem cuidar de saber se o desfecho do «placard» foi (ou não) favorável às cores que defendia. Intérpretes absolutos de um espectáculo, terão de ser remunerados nessa condição.

Adiante: a comitiva lá embarcou para Itália. Além dos elementos já referidos, seguiram viagem o dr. Camacho Vieira (médico), o massagista João Silva, um terceiro treinador (o prof. Rodrigues Dias, «doublé» de preparador físico), o roupeiro Telmo e 16 jogadores: Botelho, Artur José Mendes, Barros, João Cardoso, Toni, Fraguito, Alves, Octávio, Jordão, Manuel Fernandes (o «onze» que deve alinhar inicialmente no cotejo com os transalpinos), Conhé, Teixeira, Shéu, Marinho e Seninho. No total, 25 pessoas.

A Federação vai embolsar (limpos de qualquer despesa) cerca de 840 contos, (30 mil dólares), sujeitando-se em troca disso a servir de «balão de ensaio» do grupo italiano que está em rodagem para o «europeu» e deve formar do modo que indicamos: Zoff (Juventus); Rocca (Roma), Maldera (Milão), Roggi (Fiorentina) e Fachetti (Inter). Pecci (Torino), Bellugi (Bolonha) e Public (Torino); Causio (Juventus), Benetti (Milão) e Antognoni (Fiorentina). Suplentes: Castellini (Torino), Tardelli (Juventus), Claúdio Sala, Grabiani Zacarelli (Torino).

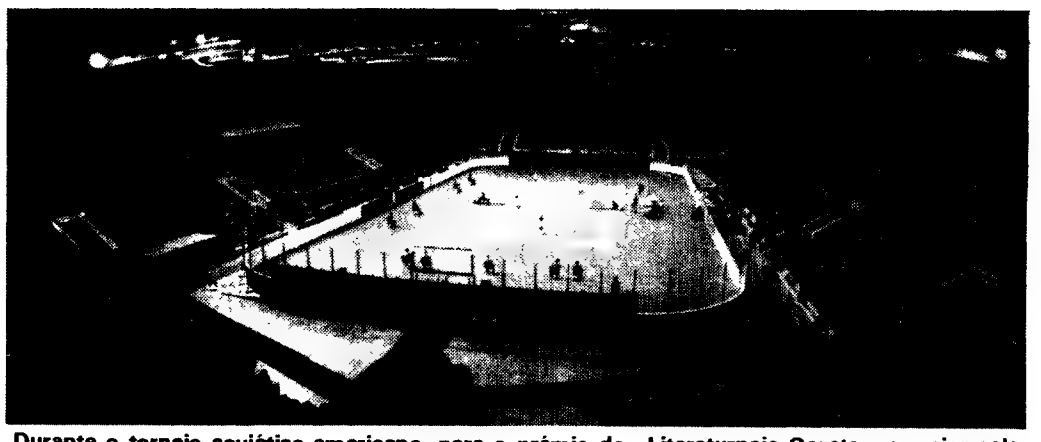
Este será o 12.º jogo entre selecções futebolísticas de Portugal e de Itália. Até agora, os lusos estão no prato desfavorável da balança: apenas três vitórias e um empate, contra sete derrotas e o saldo deficitário de 14-26, em matéria de golos. O encontro n.º 12 processa-se amanhã, pelas 18 e 30, no estádio municipal de Turim.

No «team» português notam-se ausências várias: desde José Henrique (que sofreu fractura de um braço, durante um treino no seu clube) até ao também benfiquista Nené, que o seleccionador José Maria Pedroto não incluiu no seu elenco, passando pelos belenenses: Freitas e Pietra (igualmente lesionados).

Portugal exibe-se em Turim 49 anos decorridos após uma actuação pouco feliz: 1-3, a 17 de Abril de 1927, quando o setubalense Octávio Cambalacho, com o seu ponto nas malhas contrárias, apenas minorou uma exibição lusitana francamente decepcionante.

A arbitragem do duelo de amanhã será entregue ao hungaro Palotai.

Ainda a propósito da selecção nacional de futebol e das suas exibições por aí fora: de Assunção (Paraguai) veio a notícia da recusa da Federação local aceitar a proposta da sua congénere portuguesa, para um despique de características particulares. A verba pedida pela F.P.F. (idêntica à que será paga pelos italianos) foi considerada proibitiva pelos paraguaios, que não acham valer tanto o «onze» actualmente representativo do futebol cá da terra, especialmente em face dos precários resultados internacionais verificados nas derradeiras temporadas. Será que Turim pode significar uma viragem no (mau) rumo?



Durante o torneio soviético-americano, para o prémio do «Literaturnaia Gazeta», a maior sala desportiva de Moscovo esteve repleta de público interessado no espectáculo tenístico.

Ténis conquista U.R.S.S.

As competições internacionais realizadas por iniciativa dos órgãos de Imprensa soviéticos ganham, de dia para dia, mais popularidade. Nos «crosses» do jornal «Pravda» participam atletas de renome mundial. As melhores equipas de hóquei «amador» tomam parte no tradicional torneio «Izvestia», em Moscovo. Suscitaram igualmente grande interesse as competições de patinagem artística para o Prémio do «Novidades de Moscovo».

Ultimamente, tem também adquirido admiradores o já tradicional encontro de ténis entre os representantes dos Estados Unidos e da União Soviética. Este ano, o embate decorreu sob os auspícios do jornal «Literaturnaia Gazeta» (semanário da União dos Escritores da U.R.S.S., cuja tiragem é superior a 2 milhões e 500 mil exemplares). As competições realizaram-se em Moscovo, Filadélfia, Cleveland e Indianápolis: os aficionados do ténis ficaram satisfeitos, pois nos campos de ambos os países a luta foi renhida. Os soviéticos cederam perante os seus rivais, mais experimentados: mas, causaram admiração pela perícia e aprumo.

Este encontro de ténis, segundo a imprensa soviética, contribuiu para fortalecer os contactos desportivos entre ambos os países o que corresponde à principal missão do desporto no mundo contemporâneo.

Portugal

GINÁSTICA

. Campeonatos nacionais de ginástica (1.º escalão) na modalidade de rítmica, a 11 do corrente, pelas 15 e 30, no pavilhão de Paço de Arcos.

TÉNIS DE MESA

Ivanoel Moreira (do Palmeiras) triunfou no torneio de ténis de mesa promovido pelo Paço de Arcos.

DINAMIZAÇÃO

A D.G.D. leva a efeito na Feira Internacional de Lisboa, até 11 do corrente uma campanha de dinamização que compreenderá actividades desportivas, exposição de publicações e material desportivo fabricado em Portugal e ainda projecção de filmes.

Estas actividades decorrem durante a realização da Nauticampo (no perímetro da FIL) e contarão com a participação de federações, associações, clubes, escolas, M. V. D., Modi e Delegação Distrital da D. G. D..

PUBLICAÇÃO

Encontra-se já à venda o 3 da colecção «Craques do Futebol», que apresenta vários defesas-centrais dos grupos da 1.ª Divisão, dando a capa ao «leão» Laranjeira.

MOTONÁUTICA

Integrada no programa da «I Exposição-Feira Agrícola e Industrial de Vila Franca de Xira» tem lugar no próximo dia 9 de Maio, uma prova de motonáutica.

Lá fora

«LIBERTADORES»

O Cruzeiro (do Brasil), derrotou, no estádio «Minas Gerais», por 4-1, o Olimpia, do Paraguai, no encontro a contar para o grupo três, da «Taça Libertadores da América», em futebol.

SÃO PAULO

. Palmeiras e Santos empataram a um golo, em jogo a contar para a 7.ª jornada do Campeonato Paulista de Futebol. Resultados da jornada: Palmeiras-Santos, 1-1; Santista-XV de Novembro, 1-1; Ferroviária-Comercial, 1-1; Noroeste-São Bento, 0-0; Guarani-Portuguesa, 2-0 e Paulista-Ponte Preta, 1-0. Classificação no grupo A: São Paulo, 12 pontos; Portuguesa, 7; XV de Novembro, 6, São Bento, 5; Comercial, 4 e Paulista, 3 Grupo B: Corintians, 11; Guarani, 11; Juventus, 7; Botafogo, 6; Ferroviaria, 5; Marília, 1 Grupo C: Ponte Preta, 8: Palmeiras, 8; Noroeste, 7, Santos, 7; América, 5 e Santista, 4.

RIO

O Flamengo derrotou, no Rio de Janeiro, o Vasco da Gama (3-1), em jogo correspondente a 6.ª jornada da primeira volta do Campeonato Fluminense de Futebol. Os resultados da jornada: Flamengo-Vasco da Gama, 3-1; Bonsucesso-Campo Grande, 2-1; Goitacas-Botagogo, 1-0; Olaria-Bangu, 0-0; Volta Redonda-Americano, 0-0; Fluminense-Madureira, 4-1 e América-Portuguesa, 6-0.

Tabela pontual: Flamengo, 12 pontos; Vasco da Gama, 10; Fluminense, 8; Volta Redonda, 7; Botago, 6; Goitacas, 6; Olaria, 5; Bonsucesso, 4; Americano, 4; Campo Grande, 3; Madureira, 3; São Cristovão, 2; Portuguesa, 2 e Bangu, 2

ACIDENTE

Encontra-se gravemente ferida, num hospital de Lyon (França) a antiga campeã olímpica francesa Marielle Goitschel, que sofreu um desastre de automovel. A campeã, que ganhou medalhas de outro tem esqui nos Jogos Olímpicos de Inverno (de 1964 e 1968), foi retirada, com muitas queimaduras, dos destroços fumegantes do seu carro, que tinha chocado com outro veículo. Seu filho mais novo (Pascal, de 4 anos) também ficou gravemente queimado, mas o mais velho (Raphael, de seis) e o motorista do outro automovel encontram-se em estado menos grave.

Agostinho em 5º. no País Basco

O espanhol Javier Elrriaga (da equipa de Luis Ocaña) é o primeiro «líder» da «Volta ao País Basco» que principiou ontem em Estella (Navarra) com um contra-relógio individual de 16 quilómetros.

Esta prova foi disputada debaixo de chuva, em condições atmosféricas difíceis. Duas equipas italianas participam nesta «volta» que durará cinco dias e em que os corredores têm de subir cinco montanhas de primeira categoria.

A classificação do primeiro troço da etapa de ontem foi a seguinte: 1.º, Javier Eliorraga (Esp.), 23 m 27 s; 2.º, Agostinho (Port.), a 2 s; 3.º, Manzaneque (Esp.), a 13; 4.º, José Martins (Port.), a 26; 5.º, Garcia (Esp.), a 27; 6.º Lasa (Esp.), a 31; 7.º, Grande (Esp.), a 33; 8.º, Baronchelli (It.), a 34; 9.º, Joseph Fuchs (Suiça), a 35; 10.º, Cima (Esp.), a 36.

De tarde, desenrolou-se a ligação Irache-Calahorra, triunfando o italiano Jean Batista Baronchelli, que demorou 3 h 23 m e 20 s a cumprir o trajecto. Seguiram-se os espanhóis Miguel Maria Lasa, Elorriaga e Martinez Heredia. Depois, chegou um pelotão que englobava Agostinho, Martins e Mendes. Classificação à partida para a etapa de hoje (Calahorra-Arechavaleta, 190 quilómetros):

1.º, Elorriaga, 3.46.47; 2.º Lasa, 3.47.18; 3.º Baronchelli, 3.47.21; 4.º Martinez Heredia, 3.47.29; 5.º Agostinho, 3.48.27; 7.º, José Martins, 3.48.51; 24.º, Mendes, 3.49.52.

Hóquei patinado

Sporting: "goleada" em Cascais

Mais uma etapa cumprida no campeonato nacional de hóquei patinado, com jogos no Norte e no Sul, a acentuarem a preponderância de Infante de Sagres e Valongo (Norte) e do Sporting (cá para baixo). Desfechos da ronda, no bloco sulista: Ac. Amadora-Paço de Arcos, 5-2; Cascais-Sporting, 3-12; C. U. F.-Oeiras, 1-1; J. Salesiana-Parede, 5-4; Sotto Mayor-Benfica, 9-12.

Na Zona Norte: Ac. Espinho-Oliveirense, 1-4; Carvalhos-Académico, 5-10; Est. Vigorosa-Sanjoanense, 4-2; F. C. Porto-Inf. Sagres, 4-5; Valonlo-Fanzeres, 9-0.

Pontuação na Zona Sul: 1.º, Sporting, 21 pontos; 2.º Oeiras, 18; 3.ºs, J. Salesiana e Ac. Amadora, 17; 5.º, Sotto Mayor, 14; 6.º, Benfica, 12; 7.ºs, Paço de Arcos e C. U. F., 11; 9.º, Parede, 10; 1.º Cascais, 9.

ZONA NORTE: 1.ºs, Infante de Sagres e Valongo, 20 pontos; 3.º, Oliveirense, 17; 4.º, F. C. Porto, 16; 5.ºs, Académica de Espinho e Académico, 15; 7.º, Carvalhos, 13; 8.º, Estrela e Vigorosa, 9; 9.º, Sanjoanense e Fanzeres, 7.

Futebol entre amigos

Pão de Açúcar, 2 - "D.L.", 2

A manifestar de dia para dia, acentuada subida de forma o «DL» foi empatar domingo passado ao campo do Galitos, no Barreiro, com a equipa local do «Pão de Açúcar». O «DL» que iniciou o jogo a grande velocidade, marcando rapidamente dois golos, apenas iria fraquejar e conceder o empate devido à natural deficiente preparação física, tendo falhado ainda um «penalty».

No entanto, o que conta nestas «contendas» é a confraternização desportiva e quanto a isso tudo correu magnificamente, estando prevista para breve a deslocação a Lisboa dos amigos do «Pão de Açúcar» para novo jogo com a malta do «DL».

Alinharam pelo **Pão de Açúcar**: Campos; José João, Serrano, Helder e Joca; Veiga, Victor e Henriques; Freitas, Pisco, Carrasco, Pedro e S.Alves.

Pelo **«DL»** estiveram em campo: Augusto; Magalhães, Roque, Martins e Gil; Salvador, Eugénio e Vieira; Ruella Ramos, Clóvis e Assis Pacheco. Alinharam ainda Pimentel e Amarante.

Golos: pelo **DL** marcaram Assis Pacheco e Eugénio. Pelo «Pão de Açúcar»: Victor e Freitas.

TOTOBOLA

JOGUE CONNOSCO

Braga - Sporting	2
Farense - Boavista	2
Belenenses - Leixões	1
Academico - Beira-Mar	X
União Tomar - Atlético	1
Porto - Estoril	1
Setúbal - Guimarães	X
Alba - União Lamas	2
Paços Ferreira - Varzim	X
Lourosa - Chaves	X
Esp. Lagos - Montijo	2
Peniche - Caldas	1
Sesimbra - Portimonense	X

Desporto

Vítor Alves em Leiria

"O passado ainda resiste mas será vencido"

«Eis, talvez, uma razoável moldura para o começo de definição de um esquema educacional: democrático, disciplinado, igualitário à partida, respeitador das diferenças de capacidade à chegada, valorizador do trabalho e do trabalhador, ou seja, do homem eminentemente português. Vamos executá-lo todos»?

São estas as últimas palavras do discurso, que ultrapassa o campo específico do ensino e reflecte a situação política da sociedade portuguesa, proferido, no passado domingo, cerca de Leiria, pelo ministro e major Vítor Alves a encerrar o Encontro (o I Nacional) das interassociações de Pais.

Com um recorte literário que surpreende (negativa ou positivamente, cabe ao leitor julgar), o discurso do Conselheiro da Revolução observa perante pais que teriam sido já conotados a forças conservadoras: «O homem levou longe de mais certas formas de intolerância e injustiça. Ajudados pelas técnicas modernas de intercomunicação, os oprimidos e injustiçados chegaram à fala e num ápice se puseram de acordo. Senhores de sua força somada, varrem agora a injustiça e a opressão da face da terra. O passado ainda resiste. Mas será vencido».

A juventude, essa «planta sensível», esse «radar humano», capta o futuro, contesta a autoridade do Pai: «A ternura dos nosso filhos sucedem-se, desde muito cedo, formas múltiplas de agressividade» — reflecte Vítor Alves apoiando-se em curiosas referências culturais que vão de Calvino a Marcuse e desaguam numa concepção freudiana do «despotismo juvenil».

Lembra a propósito instalado já em considerações sobre a crise histórica que assola o ensino e a juventude: «Maio de 1968 abalou a França e fez estremecer o Mundo. Soubemos nós tirar desse sismo político as lições que continha? Que nova França floresceu ou que novo Mundo irrompeu de Maio?

«A cada sinal de mudança — prossegue, — logo renascem das cinzas os Velhos do Restelo, os Sebastianistas de todos os cais da rotina». Refeito da metáfora (histórica) situa-se Vítor Alves: «Em Portugal, a aventura nasceu em Abril. Menos de dois anos volvidos, ei-la afogada em passadismo quietista e estéril. Terá então a liberdade de continuar a ser, para os Portugueses, um fugaz sol de Inverno?» Peremptório o elemento do M. F. A.: «A isso não me resigno». E mais: «Ganhei a consciência de que a grande batalha a travar, a maior de todas — porque mais determinante — aquela de que em definitivo depende a felicidade dos portugueses, é, sem dúvida, a batalha do ensino.»

CRIAR UM HOMEM NOVO

Não desligando nunca o ensino da sociedade onde se insere, reflexo e motivação desta, sustenta o major Vítor Alves: «A partir de um homem novo, poderemos construir uma sociedade nova. Sem isso, ou antes disso, continuaremos a repetir o erro contra o qual nos previnem as escrituras, ou seja, a deitar remendo novo em pano velho». Assim, pergunta-se o ministro da Educação e Investigação Científica: «Que sociedade queremos? Só depois se pode — e só por isso só depois se deve — definir o esquema educativo que melhor pode conduzir ao modelo da sociedade que tivermos escolhido».

Também para o ensino nos devemos regular pela Constituição. «Boa ou má temos uma. Temos a que o Povo quis, através dos representantes que elegeu. Nela, explícitas ou implícitas, algumas certezas: a democracia, a disciplina cívica, a autoridade voluntariamente aceite, a dignificação do trabalho, a igualdade de oportunidade para todos os Portugueses. Deve pois o ensino reflectir essas certezas».

No entanto, «nela também algumas interrogações: a direcção é socialismo. Mas qual? Não deve pois, o ensino eufeudar-se por de mais a determinados esquemas rígidos».

A primeira pessoa que viria a falar no Encontro Nacional da Interassociações de Pais foi o governador civil de Leiria. Como ponto alto da sua intervenção, salienta-se um ataque cerrado ao que ele considera o adormecimento dos pais perante os problemas educativos dos seus filhos enquanto estudantes.

Esta Interassociações, contestada logo desde o seu aparecimento por escassamente representativa e ao mesmo tempo por englobar nela apenas pais de alunos do liceu deixando fora, portanto, encarregados de educação do ensino primário e do técnico, conforme ontem foi afirmado, durante um encontro de responsáveis do M. E. I. C. com os órgãos de Informação, que papel poderá vir a tomar num futuro próximo? Por outro lado, qual a relação estabelecida com o M. E. I. C.? «A posição do M. E. I. C. em relação à Interassociações é algo de semelhante às relações do Ministério do Trabalho com a Intersindical» — afirmou João Palmeiro adido de Imprensa àquele Ministério.

Novo ano escolar

Planos para 1976-1977

Em Fevereiro deste ano começaram os serviços centrais do M.E.I.C. a planear o ano lectivo de 1976/77. Esse planeamento estará pronto ainda este ano lectivo; possivelmente no mês de Julho.

No entanto, algo já se pode adiantar. Segundo o esquema proposto, esse plano vai desdobrar-se em seis áreas de desenvolvimento que, por sua vez, se dividem em alguns subprojectos.

Assim, definem-se as áreas como: rede escolar, instalações e equipamento, organização das escolas, recursos humanos, apoio pedagógico e integração de processos de inovação.

Na rede escolar prevê-se a sua alteração e, ainda, a integração do Ensino Particular. Na área de instalações e equipamento, o subprojecto aponta para as condições da sua utilização, tratamento de situações de estrangulamento potencial, critérios locais de distribuição de alunos por estabelecimentos de ensino, identificação de cursos a ministrar em cada escola.

Quanto à organização das escolas, na sua planificação são contemplados os órgãos de gestão, a organização temporal do serviço, a unificação dos regimes funcionais e a elaboração de um plano de actividades por escola.

No que respeita aos recursos humanos, prevê o plano a reorganização dos estágios pedagógicos, a unificação de quadros, o recrutamento de pessoal docente eventual, a formação de pessoal administrativo e auxiliar.

Inserem-se no apoio pedagógico e administrativo a elaboração de compêndios escolares, a produção de documentos de apoio e as inspecções pedagógicas.

No capítulo da integração de processos de inovação destacam-se as inovações relativas ao funcionamento do sistema.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57115, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Mogos, freguesia de Vermoim, concelho da Maia, de uma linha aérea a 15 kV, com 37 metros, do apoio n.º 2 da linha da CHENOP para o Posto de Transformação de Confecções Finexporte, SARL, ao Posto de Transformação de Vermoim-Mogos II pertencente à Câmara Municipal da Maia.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 25 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/56488, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Ruães, freguesia de S. Paio de Merelim, concelho de Braga, de uma linha aérea a 15 kV, com 30 metros, do apoio n.º 58 da linha para o Posto de transformação da Companhia Fabril do Cávado, ao Posto de transformação de S. Paio de Merelim Ruães, da Câmara Municipal de Braga.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o rocesso 8/56297, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Rodinhos, freguesia de S. Martinho de Sande, concelho de Guimarães, de uma linha aérea a 15 kV, com 35 metros, do apoio n.º 7 da linha para o posto de Transformação da Chromolit - Produtos Metálicos, SARL ao Posto de Transformação pertencente a Silva & Mendes, Ld.ª.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 25 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

PUB

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

SÁBADO, 10 DE ABRIL, 9 HORAS

VOZ DO OPERÁRIO

PROGRAMA:

9.30 HORAS — SESSÃO DE ABERTURA
10.30 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
1 — A ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA
— A ORGANIZAÇÃO REGIONAL
2 — A ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE
3 — A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
13.00 HORAS — ALMOÇO
15.00 HORAS — TRABALHOS NAS SECÇÕES
17.00 HORAS — SESSÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO

Para o reforço da Unidade e Organização dos Trabalhadores
Pela defesa das Liberdades e da Democracia

O SECRETARIADO ORGANIZADOR

União dos Sindicatos de Lisboa
Sindicatos dos Cerâmicos, C. Civil, Químicos, Metalúrgicos, Rodoviários e Vidreiros
Sec. pró Conselho Nac. Trab. Const. Civil
Comissão Coord. Grupo CUF
Sec. Provisório Empresas Autogestão

Geral

Mário Dionísio ao "D.L."

Continuação da pág. 15

telectualizar demasiado» os problemas da TV...

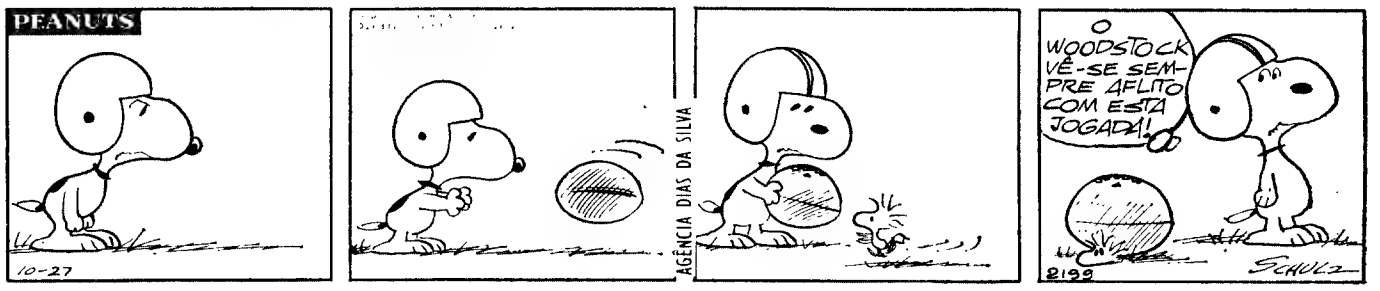
— Pois talvez não. Mas olhe que tudo o que se passa numa televisão se relaciona, directa ou indirectamente, com a cultura. Queiram ou não, ela é um órgão de cultura, de defesa, de ataque ou de simples desprezo por ela. Vou dar-lhe um só exemplo para terminar esta conversa. A RTP está neste momento com grande falta de **videotapes**. Torna-se necessário passar o que está gravado a **telerecording** para que as bobinas de **videotape** sejam de novo utilizadas. Mas a passagem a **telerecording** é muito cara, dado o número de bobinas a filmar. Admitiu-se logo, portanto, a solução de apagar pura e simplesmente muitos programas. Problema fácil de resolver... Mas neste problema de ordem técnica e financeira entra também a cultura e a maior ou menor consciência que se tem da importância dela na vida de todos nós. Convidado a adoptar um critério para selecção das bobinas a desgravar, só pude opor-me a que se desgravasse fosse o que fosse. Perante quem achava extremamente fácil escolher o que vale e o que não vale a pena conservar só pude declarar a minha completa incapacidade para adivinhar o que, dentro de dez ou vinte ou cinquenta anos, se pode revelar dum interesse hoje insuspeitado e recusar-me firmemente a colaborar na mutilação do que constitui desde já parte integrante do património nacional. Disse e escrevi-o para alertar as pessoas para o crime que inconscientemente se poderia perpetrar. Dada a falta de meios da RTP para o efeito e considerando que se trata de um assunto, cujo interesse visivelmente excede os da empresa, propus então que o caso fosse apresentado ao Governo, no sentido de este financiar o empreendimento e de criar um Arquivo Nacional, com todas as condições necessárias de conservação, a que a RTP poderia requisitar temporariamente certos filmes quando deles precisasse.

— **Essa proposta foi aceite?**

É evidente que não. Tratava-se de um critério «de poeta», inteiramente alheio às realidades da vida duma empresa.

— **Como será então o problema resolvido?**

— Ignoro. Mas tem aqui um problema, a simples título de exemplo, em que a Cultura, com um C muito grande, não está tão longe dos problemas duma empresa como os simples gestores, por mais competentes que sejam na sua actividade própria, podem supor. Porque a TV é na verdade uma fábrica, mas uma fábrica de carácter muito particular, em que as questões culturais, mesmo no seu aspecto mais específico, estão sempre priotariamente presentes, ou, se não, há todas as razões, para temer muito seriamente pelo seu futuro. E pelo nosso.



"Plano pode trazer Champalimaud"

Sob o título em epígrafe publicámos na nossa edição de quinta-feira passada um apontamento de reportagem feito a partir de uma conferência de Imprensa dada pela Comissão de Controlo Operário da Siderurgia Nacional, em que escrevemos a dado passo: «Entre os indícios mais alarmantes foi referido o facto de o eng.º Nobre da Costa (actual secretário de Estado da Indústria Pesada do Gabinete do eng.º Walter Rosa, e que já foi, há cerca de dois anos, director da S.N.), ter requisitado para seu adjunto, de «uma forma incorrecta e sem ouvir os trabalhadores», o eng.º Bayão Horta, permitindo assim o desvio do centro de decisão para um gabinete ministerial». Acontece, porém, que, segundo um delegado daquela Comissão que esteve no nosso jornal a solicitar a rectificação, «o eng.º Nobre da Costa desempenhou essa função anos antes do 25 de Abril», portanto ainda no tempo de Champalimaud. Aqui deixamos o registo.

O mínimo do figo

O preço de 65$00 por arroba de figo, a que se refere a Portaria n.º 738/75, de 12 de Dezembro, passa a constituir o preço mínimo da garantia relativamente ao preço que vier a ser fixado para vigorar na campanha 76/77.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era fraco e havia neblina em Coimbra e Portalegre

TEMPERATURAS EXTREMAS

PORTO TAVIRA E RÉGUA
Máxima. ..... 17°

PENHAS DOURADAS
Mínima: ..... 3°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Ceu pouco nublado ou limpo vento fraco predominando de Nordeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	13.°
P. Douradas	
COIMBRA	9°
PORTALEGRE	9°
LISBOA	12°
FARO	14°
FUNCHAL	14°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.03	3,4 m	1.29	1,4 m
20.23	3,4 m	13.49	1,5 m
Dia 7			
9.03	3,3 m	2 2.30	1,6 m
21.31	3,3 m	14.55	1,7 m
Dia 8			
10.24	3,2 m	3.47	1,6 m
22.56	3,4 m	16.16	1,7 m

AMANHÃ

NASCER ÁS 7.13
OCASO ÁS 20.06

DIA-7 DIA 14 DIA 21 DIA 29

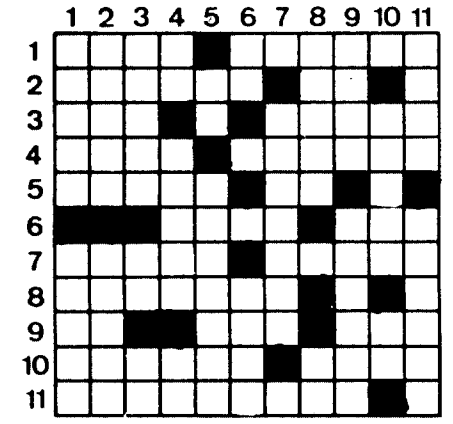
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 339

HORIZONTAIS

1 Feiticeira. Hastes de certas letras.
2 Aguardente de coco com vinho de palma. Nesse lugar.
3 Monarca. Retiro (fig.).
4 Papá na linguagem infantil. Peças de mobília.
5 Cilada. Tempo do verbo ir.
6 Oculte (inv.). Rainha de Inglaterra, segunda mulher de Henrique VIII.
7 Resolvido Burros.
8 Vila e concelho do distrito de Viseu.
9 Rádio (s.q.). Grande árvore da Índia. Tanto.
10 Marcar. Pássaro da família das corvidas.
11 Tostaremos.



VERTICAIS

1 Falecida. Pândega.
2 Limpar com areia. Comprais garrotes de um ano para revender dai a dois anos para exportaçao.
3 Clamor. Prefixo de negação. Abreviatura de Santissimo.
4 Em partes iguais. Asa do narina. Cálcio (s.q.).
5 Aqui. Carregar
6 Utensílio doméstico. Serra de Portugal.
7 Celebrara as bodas.
8 Paixão. Rio de Itália.
9 Acalente (infant.). Tomes nota de.
10 Deus grego do sono, filho de Erebo e da Noite, irmão gémeo de Tanatos. Prata (s.q.).
11 Saudáveis. Esmoncas.

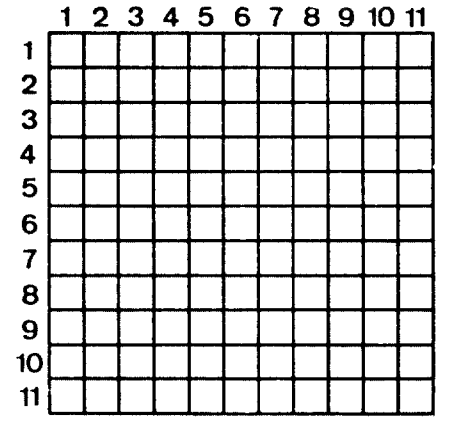
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7499

HORIZONTAIS

1 Vendem a crédito. Dois mil quatrocentos e seis em romano.
2 Mamífero roedor. Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro. Prefixo de negação.
3 Cantão da Suiça. Letra grega.
4 Nome de fruto. Duna na Suécia.
5 Artigo definido. Monarca. Carta de jogar.
6 Crença. Põe sinal em.
7 Torças. Estado de espírito.
8 Peixe do género siluro. Tunda.
9 Nacos. Prata (s.q.).
10 Costure. Conquistas.
11 Misturaremos.



VERTICAIS

1 Frâncio (s.q.). Vila e concelho do distrito de Lisboa. Aqui.
2 Pequeno poema medieval narrativo ou lírico (inv). Numeral. Grande ribeira da Ásia Russa.
3 Peixe do Algarve. Velhaca.
4 Mortifica. Irmãs da mãe.
5 Pronome pessoal. Lingua antigamente falada ao sul do rio Loire.
6 Apelido. Base aerea portuguesa.
7 Atormento. Prefixo de negação. Ribeira de Portugal.
8 Nome genérico das plantas herbáceas. Aniversário. Pronome pessoal.
9 Planta vivaz e medicinal, Amónio (s.q.).
10 Dança popular portuguesa. Banhado.
11 Íntimos. Inundas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 338

HORIZONTAIS

1 Mar. Mesadas.
2 Óleo. Mate. O.
3 CIUME. Me. Te.
4 Asno. Obá. Rs.
5 São. Clarão.
6 Ca.
7 Atracou. Lar.
8 Beiças. Lida.
9 Amuar. Donos.
10 Tiara.
11 Amassar. Ene.

VERTICAIS

1 Moças. Abala.
2 Alisa. TEM.
3 Reúno. Riuta.
4 Omo. Macais.
6 Em. OLHOS. Rã.
7 Samba. Dar.
8 Ateara. Lo.
9 DE. LINCE.
10 Trocado.
11 Soes. Arasse.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7498

HORIZONTAIS

1 Cães. Batiam.
2 Alma. Elam.
3 Lar. Rio.
4 Montargil.
5 Oriá. Arcos.
6 Cor. Sua. Iá.
7 Mas. Arpar.
8 Or. Mel. III.
9 Camaradas
10 Aca. Ima
11 Sola. Bá. Rol.

VERTICAIS

1 Carmo. Moças.
2 Al. Orçara.
3 Em. Nios. Mal.
4 Saltar. Maçã.
5 Aa. Bera.
6 Berras. La.
7 Al. Grea. Dia.
8 Ta. Içariam.
9 Imolo. Pisar.
10 Sial.
11 Mero. Ar. Sul.

PROVERBIO: O CIÚME TEM OLHOS DE LINCE:

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease-seuse**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264946**

ATENÇÃO TEATRO

«APOCALIPSE segundo os SANTOS BARNABÉS», sai do cartaz do NIMAS, por compromissos inadiáveis, retomando a sua carreira no **«CENTRO DE ARTE E COMUNICAÇÃO VISUAL»**, em Lisboa, à Sé, na Rua de S. Tiago, 18. **MUITO BREVEMENTE**: e logo que se efectue a deslocação do material e sua montagem.

«OS PSICONAUTAS»

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º Lisboa-1 Telefones: 770274-763276-770066

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

PARA O REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PELA DEFESA DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA

Dia 10 de Abril, na Voz do Operário, às 9 horas

1 A Organização na Empresa
2 A Organização Regional
3 A Organização por ramo de actividade

O SEC. ORGANIZADOR

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA
SINDICATOS: CERÂMICA; CONSTRUÇÃO CIVIL; QUÍMICOS; METALÚRGICOS; RODOVIÁRIOS; VIDREIROS;
SEC. PROV. PRO CONSELHO NAC. TRABALHADORES DA C. CIVIL
COMISSÃO COORDENADORA INT. COM. TRAB. C.U.F.
SEC. PROVISÓRIO DAS EMPRESAS EM AUTOGESTÃO

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO M-1

TODA A NOITE

ALVALADE
Alentejo, Avenida da Igreja, 28-B (Tel. 712682).
AMOREIRAS
D. João V, Rua D. João V, 16 (Tel. 821653).
ANJOS
Confiança, Avenida Almirante Reis, 46-B (Tel. 821653).
AREEIRO
Algarve, Av. de Roma, 7-B (Tel. 801478); **Nova Lisboa,** Rua Guilhermina Suggia, 12 (Tel. 727721).
AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14 (Tel. 41845).
BELÉM
Remísio, Rua dos Jerónimos, 14-C (Tel. 631699).
BENFICA
Benfica, Estrada de Benfica, 678-E (Tel. 702532).
CAMPOLIDE
Central de Campolide, Rua General Taborda, 17 (Tel. 680304).
OLIVAIS SUL
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 (Tel. 31109).
PENA
Americana, Calçada de Santana, 3 (Tel. 863984)
PICHELEIRA
Mariuz, Calçada da Picheleira, 140-B (Tel. 720703-728395).
S. BENTO
Confiança, Praça das Flores, 59 (Tel. 690401)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sírius, Rua Fialho de Almeida, 38-A junto da Escola Técnica do Bairro Azul (Tel. 44000).
SETE RIOS
Laranjeiras, Rua Filipe de Mata, 160 (Tel. 961035).

TURNO M-2

ATÉ ÀS 22 HORAS
ALCÂNTARA
Correia de Azevedo, Rua Luís de Camões, 42-B (Tel. 638625).
ALVALADE
Avis, Av. de Roma 56-B (Tel. 715370).
AREEIRO
S. Jorge, Largo do Leão, 3-B (Tel. 534027).
BAIRRO ALTO
Azevedo, Irmão e Veiga, Rua da Misericórdia, 24 (Tel. 323540).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenço, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216).
BENFICA
Vitex, Estrada de Benfica, 373-B (Tel. 780548).
CAMPO DE OURIQUE
Lobel, Rua de Infantaria 16, 98-B (Tel. 688807).
CAMPO PEQUENO
Campo Pequeno, Avenida Júlio Dinis, 10 (Tel. 771661).
CONDE REDONDO
David, Rua Conde Redondo, 68 (Tel. 54342).
GRAÇA
Renascença, Rua Damasceno Monteiro, 104-A (Tel. 831504).
LAPA
Paiva da Costa, Rua da Lapa, 105 (Tel. 664414).
LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480).
S. VICENTE
Rosa e Viegas, Rua de S. Vicente, 31 (Tel. 864351).
XABREGAS
Grijó, Rua do Grilo, 23 (Tel. 385204).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Brandão, R.da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suiça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite
CASCAIS
Misericórdia, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas; **Cascais,** R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmele,** R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica,** R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge,** R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T.950043)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Rodrigues Garcia (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 39 (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Moderna, R.D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T.2073443)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P.5 de Outubro, 18 (T.2750254)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T.2310156)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Marques, R.Arronches Junqueiro (T.22783); **Bonfim,** Av. Rodrigues Manitto, 12 (T.24558)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 14

ATÉ ÀS 22 HORAS

Gondarém. R.de Gondarem, 360. Foz: **Correia de Araújo.** R.de Santa Catarina, 259 **Silva Pereira.** R.de Costa Cabral, 293. **Alves.** P.do Exército Libertador, 62 **Barros.** R.do Loureiro, 104 **Boa Hora.** R.da Boa Hora, 80 **Cameira.** R.do Heroísmo, 90

TODA A NOITE

Terreiro. R.da Reboleira, 21 **Pinheiro Manso.** R.São João de Brito, 25-29 **Santa Teresa.** P.Guilherme G.Fernandes, 100 **Nova Avenida.** Av. Fernão de Magalhães, 692

COIMBRA

NAZARÉ — Rua Ferreira Borges, 135, tel. 22605; **SANTA ISABEL,** Av. Sá da Bandeira, 28, Tel. 24916; **SOLUM,** Rua Carolina Michaelis, 20, Tel. 33120.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
ÁDOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran Tantan não Enche Barriga»
CATIPÓLIO
21.15 (18 anos)
«Mostra-me a tua piscina»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»
VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Forca.ForcaCamaradaZé!»
CASA DA COMÉDIA
21.30 (18 anos)
«Os Encantos de Medeia»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
CINE BOLSO
21.30 (18 anos)
«Prazeres colectivos»
S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«O Centro do Mundo»
OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«A semana do assassino»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Segundos para uma Fuga»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Golpe por Golpe»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Os Vickings»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Massacre em Roma»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Grande Luta»
IDEAL
21.00 (10 anos)
«Cantiga da Rua»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Corpos Celestes»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Cama com úsica»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«O Padrinho de Harlem»
ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«Demónios Sobre Rodas»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (13 anos)
«Hennesy, o Militante»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«A Revolução Sexual»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
CIRCO
21.15 (10 anos)
«O Fabuloso Circo»

PORTO/Cinemas

JULIO DINIS
21.15 (14 anos)
«Os dois filhos de Trinitá»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aáina»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«A Última Neve da Primavera»
ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Um Dia de Sol»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«O Vingador do Oeste»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Emilienne»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«Obrigado Avó»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Uma rapariga e suas armas»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«O maluquinho do Sexo»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Mariage»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Porque se mata um magistrado»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Assim até dá Gosto»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Los Amigos»
S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Profissão: Aventureiros»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Rebelde Apaixonado»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Deus, Pátria, Autoridade»

cinemas ● cinemas ● cinemas

CASTIL
T.530194 15.30, 18.30 e 21.15
Int. a men. 18 anos
DELÍCIAS FRANCESAS
Um filme de Jean-Claude Laureaux
7.ª semana

IMPÉRIO
T.555134 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Telly Savalas - Peter Fonda
POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES
um filme de Val Guest
Sessão clássica amanhã às 18.30
O COURAÇADO POTENKIN

POLITEAMA
T.326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O SARGENTO ROMPIGLIONE
o melhor super-farsa do ano
c/ Franco Franchi

VOX
T.720808 14.15-16.30-19.00 e 21.15
DECAMERONS N.º 2
Os Contos Eróticos de Bocaccio

ROMA
T.727778 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A CASA DAS POMBAS
com Ornella Muti, Lucia Bosé e Glen Lee

TSF

1.º Programa

15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Campanha eleitoral; **20.30**: Jazz; **21.00**: Painel da noite; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.45: Música do Renascimento; **17.15**: Intercâmbio musical; **17.57**: Ópera; **18.52**: Intérpretes célebres; **20.00**: Música sinfónica; **21.00**: Uma cantata de Bach; **21.40**: Música de câmara; **22.00**: Recital pelo meio-soprano Caro Dougherty, ao piano, Florinda Santos; **22.30**: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Mudança do MF2 de Mono para Estério — primeiro acto da ópera «Don Giovanni», de Mozart; **00.30**: Música de câmara; **01.00**: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo; **16.30**: Vamos ao medico, com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão regional — Contacto — teatrotrágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Jazz; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), **233,2** m — **1286** KHz — Modulação de Frequência (Lisboa), **93,2** MHz.

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O grande clássico do género!
Boris Karloff é FRANKENSTEIN
um filme de James Whalle

EDEN
T.320768 14.00-16.30-19.00 21.15
Int. a menores de 18 anos
A CIDADE DO CRIME
um filme de Lanny Cohen

ODEON
T.326283 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Enchentes consecutivas!
3.ª Semana
Uma odisseia que não envergonha as mães solteiras
A OUTRA MULHER
O drama de uma união ilegal
com Mauricio Garces e Saby Kamalich

APOLO 70
T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
15.ª Semana
Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos
KING KONG
de Merian Cooper

CASINO ESTORIL
T.264621 17.00 e 21.15
(Int. men. 18 anos)
O RALLY DAS GOZONAS

S. JORGE
T.54153/4 15.15-18.15 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
Jean Paul Belmondo
«O LADRÃO DE PARIS»

RESTELO
T.610375 21.00
Não acons. men. de 13 anos
O INSPECTOR MARTELADA

AVIS
T.47163 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INSATISFEITA
2.ª Semana
Patrick Cunny e Pierre Oudry

ESTÚDIO
T.555135 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
um filme de Joseph Losey
5.ª Semana

ESTÚDIO 444
T.779095 Estreia às 21.15
Interdito a men. de 18 anos
TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA
c/ Darlene Glória

MUNDIAL
T.538743 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CURANDEIRO DE ALCOVA
C/ Carlo Ginffre - Tina Aumont

CARLOS MANUEL SINTRA
T.2930394 21.00
Int. a menores de 18 anos
COMO CAÇAR UM MARIDO

UNIVERSAL
T.774402 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
de Rui Simões
5.ª semana
Ás 17 e 23 h
Para todos
MAO TSÉ TUNG
de Nagira Oshima
Sábado 00.30 (Int. men. 18 anos)
O VÍCIO

CONDES
T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
COM ENCONTRO MARCADO
c/Richard Conte e Carla Gravina

BERNA
T.776098 14.00, 16.00, 19.00 e 21.15
Para todos
JERRY, O PRIMEIRO TURISTA NO ESPAÇO
C/ Jerry Lewis, Joan Blackman

LONDRES
T.801313 14.45, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY
T.48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
JOGOS PARA CASAIS INFIÉIS
com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI
T.570596 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
CRISTINA E O CARDEAL
Um filme de incomparavel beleza!

ALVALADE
T.897480 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menoresde 18 anos
GOLPE POR GOLPE
com Henry Yue Younk e Ofélia Yu Wei

PATHÉ
T.821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não cons. a menores de 18 anos
QUE DEMÓNIOS SE OCULTAM NA ESCURIDÃO
Um filme de Curtis Harrington

NIMAS
T.574362 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A história da crise de um casal
TUDO VAI BEM
com Jane Fonda e Yves Montand

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 328271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Carris vai receber mais 300 autocarros cor-de-laranja

. A Carris vai receber, nos próximos meses, 300 novos autocarros.

Aquela companhia tem já ao seu serviço mais cem novos autocarros «Volvo» da encomenda de 200 que em Outubro do ano findo tinha feito para ampliar os seus serviços de transportes urbanos, aguardando autorização do Ministério dos Transportes para abrir concurso público para a aquisição de outra remessa de duzentos até aos primeiros meses do próximo ano.

Espera a mesma empresa receber até Junho os restantes 100 autocarros da primeira remessa pedida, para depois proceder, conforme adianta na sua publicação periódica, à aquisição de outras duzentas unidades de transporte urbano. Para o efeito, a empresa enviou em devido tempo ao Ministério dos Transportes os programas de concurso e caderno de encargos, que ficaram concluídos em 7 de Janeiro último, aguardando agora directivas daquele departamento governamental para iniciar a abertura do concurso público.

As entregas desta aquisição deverão ser efectuadas até Dezembro do corrente ano e nos primeiros meses de 1977 e, embora ainda esteja por definir a marca, está já decidido que os novos autocarros a comprar serão semelhantes aos actuais e cor-de-laranja.

Entretanto, o boletim da Carris informa que o recente acréscimo de tarifas e a introdução dos chamados «passes sociais» proporcionaram à companhia um aumento de receitas da ordem dos 43 por cento em relação aos meses correspondentes de 1975, e que no ano findo a Carris registou um aumento de receitas de tráfego de quase cem mil contos em relação a 1974, admitindo nesse período de tempo mais 1177 trabalhadores, contra 282 que deixaram a empresa, a maioria com responsabilidades nos serviços ligados ao «movimento» e ao apoio social.

Soldado Molina entregue ao M.A.I.

. O caso do soldado cubano que no domingo fugiu de Luanda utilizando um avião da TAP, foi entregue ao Ministério da Administração Interna, após a detenção deste pela Guarda Fiscal.

Conforme noticiámos, Carlos Manuel Molina Alvaral, de 23 anos, fazia parte do destacamento cubano em Angola, prestando serviço no Aeroporto de Belas. Segundo declarações feitas pelo comandante do avião que o transportou a Lisboa, esta fuga estaria há muito preparada e a vinda para Angola teria sido apenas uma etapa.

Segundo declarações prestadas esta manhã por um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o soldado cubano não foi extraditado, o que deixa supor que o seu caso venha a ser resolvido pelo Ministério da Administração Interna.

Mais uma bomba no Porto

. PORTO, 6 — Esta madrugada, minutos antes das três horas, rebentou um petardo nos jardins da residência de Rui de Araújo Moreira, proprietário da «Molaflex», à Rua de Cabo Verde.

Além de danos causados na fachada da residência e no seu interior, ficou também danificado um automóvel que ali se encontrava estacionado. Segundo informação obtida junto da P.S.P., os danos causados elevam-se a cerca de 50 contos, na viatura e na residência junto da qual a bomba deflagrou. A bomba foi considerada como de potência relativamente fra-

Quadrilha na Boa Hora

Penas aplicadas somam 80 anos de cadeia

. Somam 80 anos de cadeia, as penas aplicadas pelo Tribunal da Boa Hora a sete indivíduos que constituiam perigosa quadrilha. Os indivíduos agora levados ao banco dos réus, actuaram com particular violência em três meses de 1974, utilizando automóveis roubados e armas caçadeiras. Do processo constam 37 assaltos e roubos, avaliando-se as «receitas» em 1 292 020$20. Os prejuízos causados em carros e estabelecimentos foram estimados em quantias superior a 300 contos.

Foram os seguintes os indivíduos condenados: Jesus, 22 anos, solteiro, empregado de comércio; Caroço, 21, solteiro, carpinteiro; Marinho, 20, solteiro, ajudante de motorista; Costa, 25, solteiro, aprendiz de guarda-cabos; Santos, 17, solteiro, padeiro; Mendes, 21, casado, ajudante de motorista e Henriques, 24, solteiro, estucador. As penas aplicadas foram, respectivamente, 12, 5 anos de prisão maior; 14, 5 anos de prisão maior; 8, 5 anos de prisão maior; 8, 5 anos de prisão maior; 4, 5 anos de prisão maior; 13 anos de prisão maior e 14 anos de prisão maior.

Todos os réus foram ainda condenados em elevadas multas e indemnizações aos lesados.

DEPOIS DA LIBERTAÇÃO DO CUNENE

Recomeçam hoje as obras em Calueque e no Ruacaná

CIDADE DO CABO, 6 — (R. e «D.L.») — Recomeçam hoje as obras nos estaleiros das barragens hidroeléctricas de Calueque e Ruacara, no Sul de Angola, declarou o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Hilgard Muller.

Este confirmou as últimas declarações do ministro da Defesa, Pietr Botha, em Pretória, e das autoridades governamentais de Windhoek, de que há contactos entre o Governo da Africa do Sul e o de Angola para assegurar o prosseguimento das obras nos dois estaleiros do Cunene.

O ministro esclareceu terem os contactos com o Governo angolano começado em 2 do corrente nos estaleiros e prosseguido durante o fim-de-semana. Recordou que Luanda dera garantia de que os estaleiros de Calueque-Ruacana não seriam danificados e que não sofreria perigo a vida dos operários.

O Governo angolano havia também assegurado que a Namíbia não seria privada nem de água nem de electricidade. Estas negociações, precisou, começaram há onze dias, no momento daretirada deAngola das tropas sul-africanas.

O projecto, que está a ser construído no âmbito de um acordo entre a África do Sul e Portugal, fornecerá energia e irrigação ao Sudoeste Africano assim como a partes de Angola.

O recomeço dos trabalhos envolverá o regresso a Angola de aproximadamente 800 trabalhadores que atravessaram a fronteira para o Sudoeste Africano desde a retirada militar sul-africana.

A notícia do recomeço dos trabalhos surge na sequência das informações dadas ontem pelas autoridades de Windhoek e posteriormente anunciadas pela TASS; em correspondência de Luanda, de que tropas angolanas e cubanas ocuparam as posições abandonadas há dez dias pelas forças sul-africanas, no Cunene e Ruacana, onde se situa o complexo hidroeléctrico do Cunene. Com esta ocupação, o M.P.L.A. consumou a libertação de todo o território angolano.

O significado da derrota da África do Sul em Angola foi, entretanto, salientado numa entrevista dada à Anop, pelo presidente do Conselho Nacional Africano da Africa do Sul, Oliver Tambo.

«A humilhação imposta aos invasores racistas em Angola aponta, mais do que qualquer outro facto, para uma radical transformação do balanço das forças favoráveis aos povos outrora submetidos à dominação colonial e racista» declarou aquele dirigente nacionalista, que se encontra em Angola desde o fim do mês passado, e que assistiu junto à fronteira com a Namíbia à retirada fin das forças de Pretória.

A normalização da situação com a África do Sul surge precisamente no dia em que a comissão mista permanente angolano-zairense reunida pela primeira vez na sequência do encontro de 28 de Fevereiro em Brazzaville entre os presidentes Agostinho Neto e Mobutu termina os seus trabalhos e publica um comunicado, onde se reafirmam os propósitos de evitar qualquer incidente susceptível de prejudicar as boas relações entre os dois países. «Boa vizinhança, respeito pela integridade territorial e soberania dos dois Estados e cooperaçao» caracterizam e espírito que presidiu às negociações.k

Enquanto isto, o M.P.L.A. prossegue o seu trabalho de reconstrução nacional. Assim: inicia-se hoje em Luanda a semana de solidariedade FAPLA/Povo, durante a qual serão discutidos temas como «o que é o Exército Popular», «a Juventude como base e sustentáculo da revolução», «o papel dos intelectuais na revolução de massas».

Por outro lado, iniciou-se no passado fim-de-semana em todo o território nacional o programa de comemorações do Dia da Juventude Angolana (14 de Abril), em que se celebra a morte de Hoji la Henda, comandante em chefe de todas as Forças Armadas do M.P.L.A. que, em 1968, e quando tinha 26 anos de idade, caiu no ataque contra o quartel de Karipande, ocupado pelo Exército colonial português. Festivais musicais (com a participação do Ballet Nacional, da Guiné Conakry e a presença da cantora negra sul-africana Miriam Makeba), debates políticos, actividadesgimnoedesportivas cerimónias culturais constituirão pontos das festas, que serão aproveitadas «para o lançamento de novas bases na organização, estruturação e dinamização da Organização da Juventude do M.P.L.A.» (segundo um comunicado desta organização).

De Londres chega, entretanto, a informação que um dos mais qualificados advogados de defesa da Grã-Bretanha defenderá os mercenários britânicos que vão ser julgados em Angola. A fonte da notícia foi, segundo a Reuter, John Banks, um dos homens que recrutou as tropas mercenárias.

"D.L." em tribunal

Continuação da pág. 1

auto-censura e temos de nos libertar dela».

Os jornais e os jornalistas — disse Sophia de Mello Breyner — têm uma função crítica e por isso devem criticar as pessoas e os comportamentos. É nesse sentido que o jornalista está sempre arriscado a ser acusado de ofender. Não é possível exercer a profissão sem correr esse risco.

Noutro passo do seu depoimento, afirmou a escritora: «O artigo em causa tem a vantagem de chamar a atenção para a actuação da P.S.P. que, no caso concreto, lembra actuações passadas. O artigo contém uma crítica, mas também uma tentativa de diálogo».

A testemunha acrescentaria que «o artigo em causa faz parte e integra-se no exercício do direito à crítica».

Outra testemunha a depôr esta manhã no Tribunal da Boa-Hora, foi o nosso camarada de trabalho José Tavares, que relatou em que condições fôra preso, depois de outro repórter-fotcgráfico do «DL» ter sido espancado pela Polícia, no dia 21 de Janeiro, quando da greve do comércio retalhista. Foram aliás estes acontecinentos que deram origem ao editorial publicado no «DL» de 23, da autoria de Cardoso Pires.

Recorda-se que na audiência de ontem depuseram o poeta José Gomes Ferreira e o escritor José Palla e Carmo. Adoentado, no Porto, o prof. Ruy Luis Gomes viu-se impossibilidato de comparecer como testemunha de José Cardoso Pires.

Entretanto, por lapso, referiamos na edição anterior que no editorial de 23 de Janeiro se pedia ao Ministério da Comunicação Social um inquérito à actuação policial, quando esse inquérito era solicitado ao Ministério da Administração Interna. O lapso era, de resto, evidente.

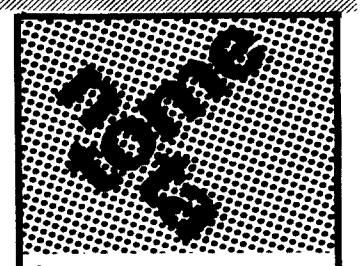
Setenave celebra quatro anos de dragagens

A Setenave comemora depois de amanhã o quarto aniversário do início das obras de dragagem. Estarão presentes centenas de convidados, entre os quais representantes de trinta e cinco países, que terão oportunidade de visitar um dos maiores estaleiros do mundo. Segundo revelou em conferência de Imprensa o eng. Luís Maltês, membro da Comissão Administrativa daquela empresa, «haverá nesse dia uma festa interna para todo o pessoal e será feriado no estaleiro».

A Setenave foi nacionalizada, juntamente com os estaleiros de Viana do Castelo, por decreto de 1 de Setembro de 1975, tendo em 9 de Março deste ano adquirido o estatuto de empresa pública. Em 31 de Janeiro este estaleiro estabeleceu um acordo de cooperação com a Lisnave (que continua a ser o de maiores dimensões, em termos de docagem. Esse acordo, segundo o eng. Marques do Carmo, também da comissão administrativa, «destina-se a fazer com que não exista concorrência entre estes dois estaleiros que são dos maiores do mundo e a canalizar os seus recursos no sentido da cooperação mútua».

Foi ainda revelado que no capítulo da construção naval, os estaleiros possuem uma carteira de encomendas que garantirá trabalho aos seus operários até fins do próximo ano.

Foi igualmente referida «a grave crise que existe no sector da reparação naval» e a necessidade de «para se fugir a ela se coordenar toda a actividade do estaleiro, de maneira que se aproveitem ao máximo as oportunidades existentes».



DEFINIÇÃO

O sr. Manuel (Maria) Múrias voltou a assumir a direcção de um jornal. Depois do «Bandarra», «A Rua», de que saiu o número zero.

«A Rua», segundo reza o estatuto editorial, «é um jornal da direita apartidário, antimarxista, pluralista e personalista revolucionário». O referido estatuto reza ainda que «a linha política do «A Rua» é determinada pelo Director, ouvidos os administradores da empresa proprietária do jornal e, ainda, consultivamente, a redacção». Aí está: pluralista... de direita.

JÁ NÃO FALTA BACALHAU

Abismem, senhores! É a pura verdade!

Segundo informaçõesdignas de crédito, parece que já não há falta de bacalhau neste País, perdão, no Ministério do Comércio Interno...

Há pouco mais de uma semana haveria um tal cheirinho a bacalhau naqueles respeitáveis corredores que os próprios mestres programadores - do - desabastecimento - nacional - e - da - melhor - forma - de - pôr - os - intermediários - no - poder não conseguiam evitar levar os dedos ao nariz.

E eravê-los, debacalhauzinho debaixo do braço, os novos tecnocratas do Terreiro do Paço (velhos doutros lugares), com o ar feliz de quem, finalmente, resolveu o problema da (sua) falta de bacalhau.

Estão à vista os primeiros resultados da recente suspensão da direcção da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau: o fiel amigo começa a aparecer...

Segréis em fecho de exposição

Os Segréis de Lisboa actuam amanhã à noite (21.30) na S.N.B. A., à Rua Barata Salgueiro, assinalando o encerranento da exposição do Grupo 5 mais 1, que ali esteve patente durante um mês. No programa do agrupamento de câmara figura música medieval. Dá também a sua colaboração o poeta José Carlos González.

O certame atraiu inúmeros visitantes e vai saldar-se talvez com um prolongamento na Alemanha Federal, mediante convite entretanto recebido pelos cinco seis artistas (Hogan, Júlio Pereira, Teresa Magalhães, Sérgio Pombo, Guilherme Parente e Virgílio Domingues).

Delegação do C.P.P.C. na U.R.S.S.

MOSCOVO, 6 — (ANOP/Tass) — A Delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação, que visitou a U. R. S. S. a convite do Comité Soviético para a Paz, efectuou uma troca de pontos de vista com os seus anfitriões, abordando os principais problemas da paz e da cooperação.

Os representantes portugueses interessaram-se pela actividade dos seus homólogos soviéticos na realização do programa para um esforço contínuo de paz, estabelecido pelo 25.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

«A delegação portuguesa apreciou o alto contributo da política de paz da União Soviética e a sua contribuição para a paz mundial», lê-se no comunicado divulgado depois da visita.

DL eleições

O OUTRO ABRIL

O voto vector

Como era Portugal depois de meio século de fascismo e um ano de vida democrática? Quem viveu aqueles dias da campanha eleitoral de 75, não esquece o sentimento comum, a vontade geral de participação que tocou a consciência individual e colectiva, e que podia perceber-se quase fisicamente. Temia-se o abstencionismo em vastas zonas do País, mais marcadas pela miséria, pelo atraso e pelo abandono, sem quaisquer defesas perante caciques e padres reaccionários, que nessas regiões pontificam como sobas e feiticeiros entre os gentios. Mas as campanhas de dinamização cultural promovidas pelo M. F. A. deram os seus efeitos e as pessoas saíram momentaneamente do letargo ancestral em que se encontravam, falhando as previsões dos que apostavam no desinteresse de largas faixas de portugueses. De resto, também insistiam nesse desinteresse, tentando atribuir-lhe um significado político, certos grupos que na época povoavam o perímetro do Rossio e lançavam a palavra de ordem do boicote. A consciência e o orgulho de serem senhores da sua opinião e poder manifestá-la livremente, o sentir como seu o ano decorrido desde o derrube do fascismo, levaram os portugueses a uma participação no acto eleitoral que excedeu as perspectivas mais optimistas: 91,7 por cento de votantes.

Outro elemento que impressionou vivamente as opiniões públicas nacional e estrangeira, foi em termos eleitorais, o desabar da reacção pura, sem máscara, sinistro pastelão confeccionado com ingredientes de golpismo e nostalgias salazaristas. Aquelas listas pululantes de expoentes do antigo regime não obtiveram consenso, apesar do apoio maciço que lhes foi dado pela hierarquia eclesiástica.

Seja como for, o regresso ao passado sofreu uma derrota, como facilmente se depreende dos números e das percentagens do resultado das eleições. O C. D. S., por exemplo, obteve pouco mais de 400 mil votos, com 7,6 por cento do eleitorado, equivalentes a 16 lugares na Assembleia Constituinte, contra os 20 por cento de votos que se previam. A exiguidade de votos no C. D. S., concentrados essencialmente nos distritos do Norte, foi nessa altura erroneamente interpretada como sendo a expressão linear da liquidação de um projecto que visava fazer desse partido o ponto de convergência política de um bloco social reaccionário.

O voto vector, digamos assim, indicou explicitamente que o centro de gravidade do País se deslocou para a esquerda: 53,9 por cento do eleitorado escolheu o P. S., o P. C. P. e o M. D. P./C. D. E., percentagem a que devemos acrescentar os 3,7 por cento recolhidos pelo M. E. S., pela F. S. P., pela U. D. P. e pelos outros grupos de esquerda.

Contudo, o quadro político das eleições de 75 não pode ser esquematizado em traços tão simples. Merece uma ulterior descrição que ajude a defenir com mais rigor o carácter diferenciado e irregular da sua geografia política. Convidamos, portanto, o leitor a acompanhar-nos por entre a aridez das cifras, numa tentativa de decomposição dos resultados eleitorais de 75, com a prudência necessária a quem se aventura a decifrar um País que ensaia os primeiros passos na via democrática. É o que continuaremos a fazer amanhã.

E. S.

AFIRMA O GOVERNADOR CIVIL DO PORTO, DR. CAL BRANDÃO (PS)

"Esta onda de atentados vem beneficiar a direita"

Velho combatente antifascista, como ele próprio diz, com um passado de conspirador, o dr. Mário Cal Brandão tem sido alvo de ataques das forças de esquerda. Esses ataques baseiam-se, essencialmente, na repressão a que têm sido sujeitas as lutas dos trabalhadores, no distrito do Porto, a desfiguração do caso de Custóias, a inoperacionalidade das forças policiais e militares no combate à repressão e à criminalidade.

Aqui entra em jogo o cargo do governador civil. Reconhecendo que tem de terminar esta onda de atentados, que têm de se repor condições ao exercício das liberdades, nomeadamente no período eleitoral, mas também com vista ao futuro, parece, desta curta conversa, que o conjunto de medidas necessárias ainda não foi encontrado pelas autoridades competentes.

Não nos foi possível, por recusa do visado, saber o que pensa do assunto o brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, representante local do Conselho da Revolução e que, no dizer de Cal Brandão, deverá estar «interessado em que se criem condições de estabilidade».

Resumindo, ainda segundo o nosso entrevistado, o prejuízo é para os partidos sinceramente democráticos. E, assim, está tudo dito.

O CASO DO CONSELHO MUNICIPAL

— O dr. Cal Brandão é um antifascista de longa data e que ninguém pode pôr em causa. No entanto, algumas medidas tomadas no desempenho do seu cargo de governador civil do Porto, foram objecto de controvérsia. Foi o caso de Custóias, o caso do Conselho Municipal com evocação do Código Administrativo de Marcelo Caetano, etc... Em plena época de eleições, as pessoas põem a questão de saber se, quando actua, o faz na sua condição de antifascista que se reconhece ou como elemento do Partido, que terá limitações à sua actuação. Daí que comecemos por lhe perguntar se vai responder na sua condição de governador civil ou de militante do Partido Socialista?

— Quando tomo qualquer posição em relação aos problemas do distrito faço-o sempre como governador civil e não como partidário.

De resto, quando eu tomei posse, disse que seria «um socialista governador civil», mas não «um governador civil socialista». Claro que há detractores. Há pessoas que, quando não se lhes faz a vontade, entendem que a outra parte está a fazer partidarismo. Ora, isso é uma coisa que eu sempre repeli e na verdade nem me preocupo com isso porque nem todas as pessoas me merecem a consideração necessária para estar a desmenti-las. O Povo ajuizará se a minha acção tem sido imparcial ou não...

— Mas há um caso concreto em que estavam em jogo grandes massas de gente, ou seja o caso do Conselho Municipal e de saber se deveria ou não chamar as forças policiais. E que, de qualquer modo, o Conselho Municipal representava (representa) dezenas, centenas de milhares de pessoas com problemas gravíssimos...

— Quanto a esse problema já me expliquei até na Assembleia Constituinte. Eu nem estava cá no Porto, estava na Assembleia Constituinte quando se verificaram os acontecimentos. Isso não quer dizer que eu não deva inteira solidariedade à Polícia que interveio nesse momento. No chamado Conselho Municipal, que não tinha qualquer representatividade, eram representantes de partidos políticos minoritários, resolveram ocupar o edifício da Câmara Municipal do Porto, isto é ocuparam, contra a lei, um edifício público. A Polícia tinha que os desalojar de lá. Eu com a Polícia não tenho nada, mas tinha que dar ordem. E claro que não são só os regimes fascistas que têm de defender os edifícios públicos. Acho que, sobretudo, os regimes democratas, até para evitar que voltem os fascismos, têm que pôr ordem e disciplina nas diversas relações com o Povo.

— A propósito disso, aproveitamos para introduzir uma questão. Há uma onda bombista que parece não parar. Sobre isso, o PC disse que o dr. Cal Brandão afirmara que, só através de uma Polícia Política, se poderia ter mão nestes atentados terroristas que preocupam diversos sectores...

A POLÍCIA

— Isso é uma falsidade... Eu nunca fiz insinuações dessa natureza. Eu disse que é muito mais difícil evitar essas coisas e investigá-las não tendo uma Polícia Política, do que tendo uma Polícia Política... Mas acrescentei que era contra todas as polícias políticas. De resto, eu, nessa conversa que tive, aqui, com alguns elementos do Partido Comunista que me vieram sobretudo falar do caso de uma bomba na Póvoa do Varzim, disse que era muito difícil para qualquer polícia descobrir os autores. Mesmo a própria PIDE, em atentados bombistas, muitas vezes se viu em dificuldades na descoberta dos seus autores. E não descobriu até.

Eu posso referir que em 1936, por altura da guerra de Espanha, houve muitos atentados bombistas em Lisboa e nunca a Polícia os descobriu. E, no próprio atentado contra Salazar, a Polícia descobriu dois grupos e ambos confessaram a sua prática. Portanto, nós temos a certeza que os verdadeiros autores nunca sequer foram incomodados.

Quando as conspirações se resumiam a um limitado número de pessoas, a Polícia nunca os descobria. Eu mesmo fui muitas vezes preso, conspirei muito e, pelos actos de conspi-

Continua na pagina três

PARTIDO DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Manifesto eleitoral

. «1 — O Partido da Democracia Cristã concorre às eleições de 25 de Abril de 1976. Já no ano passado, em coligação se apresentou o PDC por todos os círculos eleitorais. Mas um decreto individual e ditatorial proibiu o Partido de ir às urnas.

2 — O PDC volta a apresentar-se ao País e ao seu Eleitorado. Não concorre, com pesar, nos círculos de Beja, Évora e dos Açores. Naqueles dois círculos do Alentejo não há condições para o desenrolar da nossa campanha. Quanto aos Açores absteve-se o PDC por respeito pela progressiva autonomia do arquipélago. Não deixará contudo o PDC de defender, através de outros seus deputados, as legítimas aspirações do laborioso povo dos Açores. Quanto aos círculos onde não se apresenta, o PDC não recomenda, todavia, qualquer alternativa de voto ao seu eleitorado.

3 — O PDC confia nos Poder Públicos para assegurar uma campanha eleitoral com igualdade de direitos e oportunidades para todos os Partidos. Espera-se ainda que venha a ser declarado oficialmente, como é de elementar justiça que o Partido da Democracia Cristã, apesar da proibição de concorrer às eleições de 75, nada teve a ver com o 11 de Março. Aguarda o PDC, como indispensável contributo para a clarificação e esclarecimento político do País, que também antes das eleições, sejam julgados os processos do 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro.

4 — O PDC não fez parte até agora, de qualquer órgão do Poder — nem ao nível de Conselho de Estado, nem de Governos Provisórios, nem da Assembleia Constituinte.

5 — Se a votação impuser a obrigação pública de ser governo, não aceitará o PDC governar sem ser em coligação. Porque o PDC é estranho à responsabilidade dos governos provisórios. Porque não poderia aceitar o odioso de exigir sacrifícios depois que os governos anteriores endividaram o País para encobrir o descalabro económico. Mas também o PDC não aceitaria uma coligação com Partidos que se têm revelado desleais na prática democrática.

6 — O PDC denuncia, desde já, os seguintes pontos:

a) o processo de descolonização e da Reforma Agrária;

b) a desorganização e a onda de imoralidade pública;

c) a grave suspeição que lhe merece o conteúdo pactuado e marxista da Constituição: em que o PS fez vingar a proibição de liberdade de ensino, que se atentou contra a liberdade de expressão, em que se destroçou a unidade de direcção das empresas.

7 — O Programa do Partido da Democracia Cristã acaba de ser reeditado. O PDC não se proclama aí simplesmente como um partido de inspiração cristã. Propõe-se aplicar, na nossa sociedade, a doutrina social cristã. Combate o PDC tanto o materialismo capitalista como o materialismo socialista. Não aceita o neocapitalismo. Luta por uma organização comunitária de trabalho. Aprova a greve como solução de último recurso para defesa das justas reivindicações dos trabalhadores. Defende o sindicato de classe mas não o sindicato partidário. Aprova as nacionalizações que, por natureza, se imponham. Defende a iniciativa e propriedade privadas, limitadas pelo Bem Comum.

8 — O PDC é o Partido da Reconciliação Nacional. Esta implica:

a) a segurança das pessoas quanto à liberdade e realização pessoal;

b) a reconquista da confiança nos investimentos;

c) a captação dos mercados externos.

9 — Mas só se atingem estes objectivos:

. Quando se alcançar a estabilidade social, nomeadamente com a recolocação nos seus empregos dos que foram saneados ou afastados sem provas.

Quando se satisfazerem as justas reivindicações dos mais desprotegidos — reformados, refugiados, desempregados.

Quando se revalorizar a moeda através da contenção de preços do estímulo às remessas dos emigrantes e do aumento da produção.

Quando forem devolvidas as terras e empresas abusivamente ocupadas.

10 — Portugal libertado em 25 de Abril do totalitarismo económico e político tarda em ocupar o lugar a que tem direito no contexto europeu. Tal como aconteceu em outros países é pela aplicação da doutrina social cristã que se abrirá a esperança para um Portugal de todos os portugueses. Aquela doutrina é essencialmente uma via de justiça social através do maior respeito pela pessoa humana e procedendo à mais equitativa repartição da riqueza produzida.

11 — O PDC é contra qualquer prepotência. É contra o domínio e exploração do homem pelo homem mas é também contra a exploração do homem pela sociedade e pelo Estado como acontece nos regimes socialistas.

12 — Inserido na tradição civilizacional, cultural e religiosa de Portugal o PDC é o Partido que não faz a importação de figurinos de sociedades estrangeiras. Aceita como padrões os valores universais que também fazem parte do património nacional.

O PDC não faz promessas nem se apresenta triunfalista. O Povo sábio nas suas intuições e aspirações, dará o voto ao PDC porque descobrirá no Partido da Democracia Cristã a garantia dum melhor futuro: mais livre mais justo, mais democrático.»

Entre os 296 candidatos, efectivos e suplentes, propostos pelo Partido Comunista Português às próximas eleições para a Assembleia da República, contam-se 97 operários, 14 camponeses, 48 empregados, 23 técnicos, 79 intelectuais, 8 estudantes, 2 pequenos e médios industriais, 6 pequenos e médios comerciantes e 19 diversos.

Dos 97 operários, 31 são metalúrgicos, 16 operários têxteis, 5 da construção civil, 1 ferroviário, 15 operários rurais, 5 pescadores e 24 diversos.

Entre os intelectuais, há 20 médicos, 9 juristas, 11 engenheiros, 3 escritores, 1 actor, 4 jornalistas, 27 professores e 4 economistas.

São mulheres 45 dos candidatos, isto é, 15 por cento do total de candidaturas.

O candidato mais jovem tem 20 anos e o mais velho 68 anos. Há 75 candidatos com menos de 30 anos, 210 têm entre 30 e 60 anos e 11 têm mais de 60 anos.

Tal como na lista de candidatos para a Assembleia Constituinte, as candidaturas agora apresentadas pelo P.C.P. mantêm uma larga maioria proletária — 66 por cento dos candidatos são trabalhadores assalariados.

Nas listas do P.C.P., há 20 candidatos independentes.

O P.C.P. concorre em todos os círculos eleitorais.

Publicamos seguidamente os nomes que fazem parte das suas listas de candidatos.

Alfredo Conceição, Manuel Rocha Peixoto, Albino Teixeira Ana Maria Pereira da Fonsec Ferreira Lopes, Manuel Ferrc ra da Cunha, Laurentino Pimenta, Maria do Sameiro Vale, Lino Silva, Artur Fidalgo Fernandes, Artur Saldanha, Maria do Céu Ferreira, José Manuel Maia, Manuel Barbosa da Silva;;

AVEIRO — José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino, António Augusto da Silva, Hélder Andrade, Jaime dos Santos Alves Canas, Fernando Peixinho Pires Fernandes, Luís Severo Marques Gonçalves, José Manuel Rodrigues Catarino, Altamiro Pereira de Almeida, Jorge Alberto Pereira Brandão, João Domingos da Naia Graça Paula, Aristides Fernando Ferreira de Sousa, José Alberto de Araújo Catarino, Armando Freitas Fernandes da Silva, Celestino da Mota Marques, Maria Manuela Ferreira Rodrigues Lapa, Hermínio Pires, Custódio da Silva Ferreira;

. BEJA — Francisco Miguel, Carreira Marques, Manuel do Rosário, Fernanda Patrício, Valverde Martins, João Honrado, Velhinho Alfaite, José Mota, António Bernardo;

. BRAGA — Jorge Araújo, José Machado, António Lopes, José Manuel Melo Antunes Mendes, Abílio Dias, António Saldanha Diniz, César Príncipe,

. **Bragança** — Agostinho Lopes, Maria Fernanda Freitas, Amílcar José Ferreira, Amaro Luís Fernandes, Manuel João Gualter dos Santos Gonçalves;

. **Castelo Branco** — Joaquim Pires Jorge, Francisco Joaquim da Ressureição Pinto Jorge Teles André, Alfredo da Cruz Costa, Álvaro Fernando Moniz Rebelo, José Guterres, Joaquim Gonçalves de Oliveira Galvão, Fernando Manuel Pauloro Serrasqueiro das Neves, Ramiro do Carmo Cunha Reis;

[redacted]

Explicar antes de

Se apenas se apresentassem dois partidos às eleições, os eleitores poderiam escolher um deles ou por optarem pela sua linha política, ou por se oporem à linha do outro. Este tipo de opção só é possível, porém, quando as diferenças entre os partidos são tão claras e nítidas que toda a gente sabe o que aconteceria à comunidade se ganhasse o partido A ou o partido B.

No caso portugues, com 14 partidos concorrendo a umas eleições difíceis, cujas consequencias não são facilmente previsíveis pela grande maioria da população, este tipo de opção não é possível.

Para se avaliar das dificuldades com que se bate o eleitor portugues, bastará, certamente, lembrar que o eleitor da esquerda, decidido a votar contra os partidos do centro ou da direita, terá de escolher entre 10 partidos que se afirmam ser os verdadeiros defensores da sua posição — alguns até o serão objectivamente — e que os eleitores da direita terão de escolher o seu, dentre 4 que se afirmam centristas.

Votar apenas «contra» é, portanto, impossível entre nós ou, se não impossível, pelo menos tão difícil que se torna impossível, na prática, faze-lo. Acresce que a grande maioria da popu lação ainda não está suficientemente politizada para distinguir entre os diversos matizes que s - param alguns partid s da esquerda.

Nestas circunstanci s, seria de esperar que s 14 partidos que conc rem às eleições aprov tassem o tempo de que dispõem na rádio para se definirem em termos positivos, isto é, para di- rem o que são, o que defendem e como seria país se atingissem o p der por via eleitoral.

Não nos basta, por ou tras palavras, saber q este ou aquele partido contra os outros, porqu já o sabemos — se o não fosse, os seus compo nentes não se teriam

Maioria proletária nas listas do PCP

COIMBRA — António Dias Lourenço da Silva, Jorge do Carmo da Silva Leite, Mário Carlos Gomes, Francisco Marques de Oliveira Ferreira, José Augusto Madeira da Silva, Fernando Martins Adão, Rui Emanuel da Cunha Clímaco, Aida dos Santos Vaz Pires da Rocha, Armando Cardoso Esteves, Adelino Guerra Besteiro, João Luís Bento Pena dos Reis, Manuel Lousã Henriques, Mário Rui Veiva Correia Dias;

. ÉVORA — Manuel Gusmão, Custódio Gingão, Raúl Luís Rodrigues, José Manuel Jara, Dinis Miranda, Diamantino Dias, Paulo Lencastre;

. FARO — José Vitoriano, Margarida Tengarrinha, Heitor Fragoso, Maria das Dores Medeiros, Carlos Barnabé, Maria Luísa Ernesto, Horácio Camacho, Vitorino Brito, Maria Edite Oliveira;

. GUARDA — Manuel Vasco da Costa Ferreira Paiva, Artur Alberto César Gonçalves Codina, Luciano Avelãs Nunes, José de Melo Anjo, Jorge Manuel Augusto Cameira, Fernando Mário Guedes Nereu, João da Conceição Azevedo;

. LEIRIA — Joaquim Gomes, António Alfredo Aniceto, Fernando Vendeirinho, Osvaldo Sarmento e Castro, José António Amador, Manuel Baridó, José Célio, João Lameiras de Figueiredo, Mário Pedrosa, Adelina Alves Fidalgo, Paulo Silvestre, Adelino Araújo, Fernando Ferreira, Fernando Canais, Odete de Sousa, Vitalina da Cruz Sousa;

. LISBOA — Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Georgete Ferreira, José Magro, Jerónimo Sousa, Vital Moreira, Severiano Falcão, Manuel Gonçalves, Carlos Aboim Inglez, Maria Alda Nogueira, José Pedro Soares, Álvaro Veiga de Oliveira, Vitor Benite da Silva, Carlos Carvalhas, Zita Seabra, António Borga, António Marques Pedrosa, Manuela Machado dos Santos Nunes, Fernando da Costa Campos, Moisés Sousa de Sá, Hipólito Fialbo dos Santos, José Rodrigues da Silva, Maria Emília Vicente Costa, Adriano Lopes da Fonseca, Maria Celeste Mesquita, Oscar Figueiredo, José Amado Luís, António da Costa Fernandes, Marília Cabral, Maria Rosa Rabiais, Fernando Lopes Graça, António Borges Coelho, Rogério Paulo, Jerónimo Pereira de Castro, José da Silva Moura, Artur Moreira Lopes, Maria Álida Pinheiro, António Navalha Garcia, Jorge Abreu de Lemos, José Rodrigues Júlio, José Cândido Janeiro, José Cavalheira Antunes, Orlando Leitão, Mário Castrim, José Saramago, António Bento Campino, José Rodrigues Peres, António Reis Garcia, José Simplício Pinto, Domingos Pardal, Maria Helena Pato, João Godinho, António Marques Ribeiro, Mário Vieira de Carvalho, José Jorge Letria;

. PORTO — Carlos Campos Rodrigues da Costa, Ângelo Matos Mendes Veloso, Lino Carvalho de Lima, António da Silva Mota, João Terroso Neves, Virgínia de Faria Moura, Luís Jorge de Oliveira Dias, Raúl Fernandes de Morais e Castro, Alberto Teixeira de Sousa, António Simões Abreu, Ambrósio Lopes Vaz, António Macedo Varela, Felismina das Dores Ribeiro, Bernardino Zeferino de Castro Neto, António Luís Mendonça de Freitas Monteiro, Branca Maria da Cruz Carvalho, Rui Jorge de Lima Moreira, Artur José Vidal Pinto, Jorge Amieiro Soares, João Maria de Andrade Fernandes da Fonseca, Domingos de Oliveira, Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, Manuel Pereira Franco, Álvaro Ferreira Alves, Maria Matilde Cerejeira Nunes Bento, António de Sousa Ribeiro, Sérgio Leite, Cassiano Pena de Abreu e Lima, Maria de Lurdes Azevedo, Albano Alves de Freitas, Margarida Aida Oliveira Monteiro, Eduardo de Sá Matos, Joaquim da Silva Rocha Felgueiras, Manuel João da Silva, Carlos Pereira Soares, Dália Fernanda Pimental de Oliveira e Silva, Sérgio Manuel de Sousa Teixeira, Amadeu José Moreira;

. PORTALEGRE — Nicolau Dias Ferreira, Maria das Dores, António Gervásio, José Silva, José Luís, Júlio Pires;

. SANTARÉM — Octávio Pato, Vítor Louro, Álvaro Brasileiro, Afonso Nazaré, António José Ganhão, Joaquim Canejo, Conceição Carlos, José João Ferreira, José Manuel Bento Sampaio, Manuel Estronca, António Canais, Carlos Madeira, Carlos Moura, Raquel Teodoro, João Derrano, José Nunes Serra;

. SETÚBAL — Jaime dos Santos Serra, Américo Lázaro Leal, Domingos Abrantes Ferreira, José Manuel Maia Nunes de Almeida, Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira, Fernando de Almeida Sousa Marques, Ercília Carreira Pimenta Talhadas, Manuel Duarte Gomes, António Marques Matos Juzarte, Leonel Ramos Ramires, Domingos Vaqueiro Rodrigues Manta, Hermínia Custódias Parrulas, Manuel Francisco Augusto Ramos, José António Sequeira da Encarnação, Cândido Matos Gago, António Maria Candeias, Joaquim Pereira, Carlos Aberto do Carmo da Costa Espadinha, Bráulio de Almeida e Sousa, António Iria Revez, Maria Alice Lereno Moreira;

VIANA DO CASTELO — Avelino Gonçalves, Romeu de Sousa, Mário Vieira de Araújo, Amadeu Costa, Maria de Fátima Carvalho, Joaquim Rocha Neves, Maria Odete Ferreira, José Martins Moreira, Gaspar Castro;

VILA REAL — Manuel Andrade, Nuno Souto Paiva, Carlos Vitor Baptista da Costa, Maria José Gomes Teles Grilo Freire, Manuel da Silva Costa, Agostinho Augusto Monteiro, Manuel Moreira Alves, Orlando Augusto Ferreira Pinto, Virgílio António Morais Chaves, Alberto Alício dos Santos Cruz;

VISEU — Carlos Luís Carrapato Figueira, António Pereira Bica, Jorge Fernando Dias Loureiro, José Martins, Raúl de Campos Neto, Joaquim Cardoso Neto, Vítor Manuel de Lima Rodrigues, José da Silva Pereira, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Adelino Silva Couto, Diamantino de Oliveira Henriques, Fernando da Silva Mouga;

FUNCHAL — Edmundo Pedro Freitas Castro, Tereza Maria Catanho da Silva Almada, Fernando Macedo Azevedo Pais, Manuel Pereira, Ângelo Correia Alves, Manuel Mendonça Gouveia;

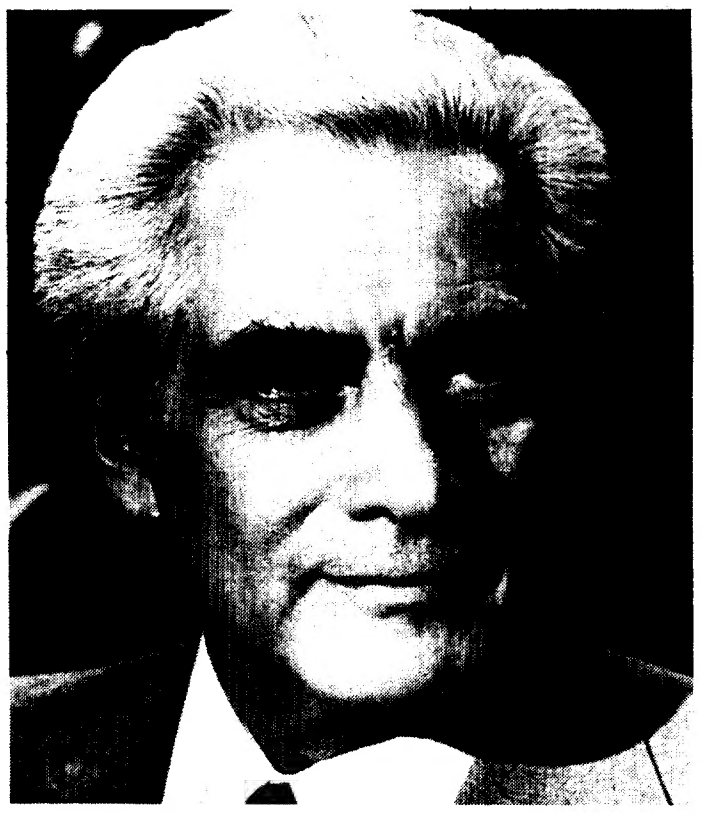
. PONTA DELGADA — Maria da Graça Machado Macedo de Albuquerque Forjaz de Sampaio, Paulo Ferreira de Sousa Lima, Manuel Agostinho Morgado;

. ANGRA DO HEROÍSMO — Carlos Manuel Corvelo Pereira Rodrigues, Maria Margarida Romero Mendes Garcia Silvano;

HORTA — Marieta Amélia da Silveira;

EMIGRAÇÃO: **Fora da Europa** — Joaquim Barradas de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Luís de Sousa Costa;

EMIGRAÇÃO: **Na Europa** — António Manuel de Brito, José Joaquim Vargas Picado, Faustino José Realista, Domingos Matias Aurélio, António Novais Marques dos Santos.



Álvaro Cunhal: primeiro dos candidatos da lista de Lisboa

O riso eleitoral

Por BAAR

e agitar

certamente, constituído em partido.

A abertura da campanha radiofónica não correspondeu, por isso, às expectativas do público, já que alguns dos partidos que se fizeram ouvir optaram por uma forma de propaganda exclusivamente negativa, que consistiu em atacar violentamente os restantes — ou, pelo menos, um deles — sem a autodefinição prévia que se impunha.

Deviam ter começado por se definir, para que os ouvintes entendessem, mesmo sem explicações adicionais, o que os levava a diferir dos outros. Felizmente, ainda estão a tempo de arrepiar caminho.

Entrevista com o dr. Cal Brandão

Continuação da página um

ração, a Polícia nunca me prendeu. Prendiam-me por assinar papéis, quando era preciso tomar atitudes públicas, depois de julgamentos no Plenário...

Naquilo em que propriamente conspirei, ou seja na Revolução de 20 de Julho, que, enfim, foi uma Revolução falhada, a Polícia pôde determinar que tinha sido até na minha «República» em Coimbra, que se tinham concentrado todos os revolucionários que tinham partido para tomar conta de um quartel. Em todas as outras coisas... Eu disse aqui que, nós, os conspiradores, sabíamos perfeitamente que em atentados que implicam um reduzido número de pessoas é muito mais fácil impedir que a Polícia venha a descobrir.

Não é preciso Polícia Política nenhuma. O que é preciso é que o Povo esteja vigilante e também que dê colaboração às autoridades que estão encarregadas disso, das investigações.

«INSISTO SEMPRE...»

— Mas parece que há uma falta de utilização de meios para controlar todos estes acontecimentos que, inclusivamente, podem vir a perturbar o acto eleitoral e não asseguram as condições mínimas...

— Bem vê, a Polícia Judiciária é que está encarregada disso e as autoridades militares, eu estou certo que estão vigilantes... As autoridades têm, por assim dizer, a representação do Conselho da Revolução que está interessado em que se criem condições de estabilidade... Agora, não quer dizer que eu não insista sempre com os órgãos competentes para verem se conseguem apanhar os autores dos atentados.

Mas, continuo a dizer que o reputo difícil. Os atentados são de dois grupos, com sinal contrário e a gente não sabe até que certo ponto são pessoas das direitas e eu estou convencido de que na maioria dos casos é isso que acontece, mas também podem ser de grupos que sejam do mesmo sector político mas andem desavindos. Por exemplo, hoje vi com surpresa que um dos atentados foi contra o MRPP...

Já houve atentados contra o Partido Comunista, contra o CDS, e até contra a Confeitaria Cunha, que não tem nada de esquerdista. Portanto, aqui há uma certa confusão e é preciso descobrir, mas é difícil...

Veja o caso de Espanha, onde há atentados e os autores não são descobertos. No caso de Carrero Blanco há presos a quem se calhar até bateram para eles confessarem... No nosso país não há disso, ou pelo menos se eu soubesse que no meu distrito se praticava algo dessa natureza, os polícias eram castigados ou eu ia-me embora...

— Quanto às investigações em curso, o sr. dr. falou na Polícia Judiciária... Há alguma coisa de concreto sobre as investigações feitas até hoje?

— Eu não posso intrometer-me nas questões da Polícia Judiciária. Eu quando falo, às vezes, é aqui com a PSP, que é aquele que, pouco mais ou menos está ao meu dispor, embora seja independente do Governo Civil. Claro que Polícia de Segurança Pública não tem ao seu cuidado a investigação, é uma Polícia de vigilância, na ordem, fazendo acautelar... Mas a Polícia tem poucos elementos, está deficitária, não pode fazer uma vigilância como seria de desejar.

Além disso, há a grande criminalidade que se tem verificado. Toda a gente protesta contra a criminalidade, mas isto é um fenómeno relacionado com o fim de todas as guerras. Os homens vão para a guerra, perdem o respeito pela vida humana, depois são licenciados, às vezes desempregados e por isso lançam-se nesta onda de criminalidade usando os meios mais violentos.

A Polícia Judiciária está preocupada com tudo isto. Eu sei que a Polícia Judiciária tem desempenhando uma actividade grande, principalmente no que respeita à criminalidade, passam dias sem dormir, mas não podem pensar em tudo ao mesmo tempo. É evidente que não devem perder de atenção essa coisa dos atentados bombistas, porque na verdade é uma coisa a que se tem de pôr fim, porque senão amanhã todos os grupos podem andar a lançar bombas uns aos outros...

Felizmente que estes atentados não têm ainda feito ferimentos, nem mortes. * Estou convencido de que se isso acontecesse a coisa ainda mais grave se tornava, com a revolta das populações que já andam intranquilas.

— Concretamente, no caso da bomba posta na Faculdade de Economia, um estabelecimento de ensino, como interpreta um caso destes?

— Isto é dar cabo dos bens do Estado. É uma coisa criminosa que os espíritos bem formados têm que repudiar. Claro que eu não sei as causas, mas já vi referências, houve lá o Congresso dos Têxteis. Se for essa a causa é muito mau...

«NÃO SE PODE TOLERAR...»

Já houve reuniões de trabalhadores até em outros estabelecimentos de ensino e nunca se verificou nada disto. As pessoas têm o direito de se reunirem e nós queremos que toda a gente se reúna e discuta os seus problemas. Não se pode é tolerar que haja um grupo que é ultra-«qualquer coisa» e que venha praticar actos dessa natureza.

Só podem estar interessados em atentados dessa natureza, indivíduos que sejam contra a liberdade e contra a democracia. São extremistas, da direita ou da esquerda (mas em relação às pessoas a quem se dirigiram, parece mais que sejam extremistas da direita) que, na verdade, estão interessados em perturbar o normal desenvolvimento da democracia em Portugal...

— Desse ponto de vista, como se pode encarar a próxima campanha eleitoral, com a necessária tomada de consciência das pessoas e livre expressão?

— Bem, esta onda de atentados, vem beneficiar as direitas, porque na verdade já muita gente começa a dizer: «Isto se fosse no tempo do Salazar... não havia atentados». O que é falso, porque no tempo do Salazar também os houve. Mas na verdade, a propaganda é dirigida no sentido de fazer crer isso e o prejuízo é para os partidos que são sinceramente democráticos.

Sendo assim, quem é que se há-de tomar como seus agentes? Quem estiver interessado no desenvolvimento e fortalecimento da democracia não tem um procedimento desta natureza...

*Pouco tempo depois de efectuada esta entrevista, um atentado bombista fez as duas primeiras vítimas, exactamente na véspera do início oficial da campanha eleitoral.

CARTAZ ELEITORAL

P.S. — Distrito de Beja: sessões de esclarecimento em Rosário (Almodovar), Montes Velhos (Aljustrel), Vila Nova da Baronia, Relíquias (Odemira), Selmes (Vidigueira) e Figueira de Cavaleiros (Ferreira do Alentejo), todas às 21 e 30; distrito de Braga: em Oliveira e Salamonde (Vieira do Minho), às 21 e 30; distrito de Portalegre: nas Casas do Povo de Benavila, Ervedal, Aldeia Velha e Valongo, na Sociedade de Esperança (Arronches) e no Salão de Santo Aleixo (Monforte), todas às 21 e 30; distrito de Santarém: em Seiça (Vila Nova de Ourém), às 20 horas; em Alburitel, às 21 e 30; em Seiça, Pasarão e Tancos (Torres Novas), Vale de Santarém, Tapada (Almeirim), Louriceira (Alcanena), Muje (Salvaterra de Magos), todas às 21 horas.

Lisboa: Boavista (Ados-Cunhados), Torres Vedras; Merceana e Meca (Alenquer); Avessada e Chanca (Mafra) — todas às 21 e 30; na Academia da Ajuda, às 21; Oeiras, na Secção, às 21 e 30; Olival Basto, no Grupo Recreativo, às 21 e 30; S.João do Estoril, no Liceu, às 21 e 30; Ajuda Clube, às 21 e 30; Alvalade, no L.N.E.C., às 21 e 30; Linhó, na Sociedade Recreativa, às 21 e 30; Venda Nova, na Sociedade Filarmónica, às 21 e 30.

P.P.D. — Sessões de esclarecimento na Golegã, em Santiago de Rio de Moinhos, Vendinha, S.João do Campo (Évora), Leirosa, Alfeira (Torres Vedras), Pero Pinheiro, Igreja Nova (Mafra), Parede (nos Bombeiros) e Moita dos Ferreiros (Lourinhã), todas às 21 e 30; na cidade da Horta (Açores), comício e visitas a diversas localidades do distrito com Sá Carneiro e Cunha Leal; em Alegrete e S.João do Sapo (Cadaval), sessões de esclarecimento às 21 horas.

P.C.P. — **Distrito de Coimbra:** Sessão na empresa AGFA, em Coimbra, às 18; Figueira da Foz, Carvalhais (Figueira da Foz), Vinha da Rainha (Soure), Casevel (Condeixa) e Santo Varão (Montemor-o-Velho), às 21 e 30. **Aveiro:** Barcouço (Mealhada), na Casa da Banda; Mataduços (Aveiro) e Lamarão (Aveiro), às 21 e 30. **Braga:** Silvares — S. Clemente (Fafe), Bairro da Alegria (Braga) e S. Cosme do Vale, às 21 e 30. **Porto:** A-Ver-o-Mar (Póvoa), Arcas — Amorim (Póvoa), Serilhe (Vila do Conde) Canidelo (Gaia), Bonfim (Porto), Vermoim (Maia), St.ª Cristina do Couto (St.º Tirso) e Guifões (Matosinhos), às 21 e 30; e Caixa dos Serviços Médico-Sociais, do Porto, às 18 e 15. **Vila Real:** Lordelo e Lobrigos, nas escolas, às 21 e 30. **Santarém:** Entroncamento, Bemposta (Abrantes), Sardoal, Cartaxo, com Vítor Louro; Glória do Ribetejo, às 21; e Frade (Alpiarça), às 21 e 30. **Lisboa:** Cacém (Sintra), no pavilhão gimnodesportivo, com Álvaro Cunhal, às 21 e 30; Organização Industrial Farmacêutica, às 17 e 45; Aeroporto-DST, às 17 e 30; Travessa de S. Plácido, às 18; Academia de Santo Amaro, em Alcântara, às 18 e 30; Núcleo de Santa Apolónia, às 18 e 30; Paço de Arcos, na empresa Autovil, com Carlos Aboim Inglês, às 18; Alhandra, na Comissão de Freguesia, às 17 e 30; Vila Franca, nos Bombeiros, às 21; Lisboa, no Centro Recreativo Popular, às 21 e 30; Lisboa, Hospital Curry Cabral, 16 e 30; Arroios, Escola Autónoma, às 21 e 30; Instituto Superior Técnico, anfiteatro de Minas, às 21 e 30. **Beja:** Casevel (Castro Verde), na Casa do Povo, às 21; S. Bárbara dos Padrões (Castro Verde), às 20; Olhas (Ferreira do Alentejo), às 21; Espírito Santo (Mértola), na Casa do Povo, às 20; Pias (Serpa), no Cinema, às 21; Póvoa de S. Miguel (Moura), às 21. **Faro:** Santa Rita (Vila Real de St.º António), na escola primária, às 21 e 30; Pedra Mourinha (Portimão), às 21 e 30; Sesmarias (Portimão), na Sociedade, às 21 e 30; Senhora do Verde (Portimão), às 21 e 30; Armação de Pêra (Silves), na escola primária, às 21 e 30; Calvos (Silves), na escola primária, às 21 e 30; Olhos de Água (Albufeira), às 21 e 30; Fumeiro (Faro), às 21 e 30; Fuzeta (Olhão), no Sport Lisboa e Fuzeta, às 21. **Viana do Castelo:** Magalhães (Ponte da Barca), escola primária, às 21; Ponte de Lima, na escola primária da Ribeira, às 21 e 30. **Bragança:** Franco (Mirandela), na residência paroquial, às 21. **U.J.C.** — Sessão de esclarecimento seguida de canto livre, nos Cabos Avila, às 14 e 30; e projecção de um filme, na Cometna, às 18.

U.E.C. — Sessão de esclarecimento no Instituto de Medicina Veterinária, às 17 e 30, com os candidatos do P.C.P. Jorge Lemos e Júlio Martins.

U.D.P. — **Distrito de Lisboa:** comício para apresentação dos candidatos por Lisboa, no Pavilhão da Amadora, às 21 e 30. **Setúbal:** Ramalha (Almada), no Clube Recreativo; Baixa Serra (Baixa da Banheira); Setúbal, no Bairro da Camarinha (Clube Desportivo); Carvalhal (Grândola), no celeiro: Bairro da Telha (Barreiro), no Galitos, às 21 e 30. **Portalegre:** Acimar, Casa do Povo, às 21. **Santarém:** Vale da Figueira, Atalaia (V. N. Barquinha), Cem Soldos (Tomar) e Meia Via (Torres Novas), às 21. **Leiria:** Nazaré, no salão do Maralto, às 21. **Viana do Castelo:** Meadela, às 21 e 30.

M.E.S. — **Distrito de Aveiro:** Lourosa, escola preparatória, às 21 e 30; Ovar, Racing Club, às 21 e 30; Aveiro, ginásio da escola secundária, às 21 e 30. **Beja:** Alfundão (Ferreira do Alentejo), às 21 e 30; Pero Guarda (Ferreira do Alentejo), às 21 e 30. **Coimbra,** St.º André de Poiares, às 21 e 30; e Alcaitão às 21.30: Faro, comício às 21 e 30; Rio Seco, Conceição de Tavira e Portas de Margil, às 21 e 30. **Guarda:** Freineda e Famalicão, às 21. **Lisboa:** Clube Atlético de Campolide, com Nuno Teotónio Pereira e António Machado, às 21 e 30; escola primária da Amoreira 21 e 30; Cine Teatro de Bêlas, às 21 e 30;

CUF — debate com outras organizações políticas às 17 e 30; Academia Grandela, Benfica, às 21 e 30; Sociedade da Boa União, Rua Beco das Cruzes, às 21 e 30. **Portalegre:** Urra, às 21. **Setúbal,** Pinhal Novo, Sociedade Filarmónica União Artística, às 21 e 30.

F.S.P. — **Distrito de Lisboa:** Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, com Lúcia Vaz Velho, às 19 e 30; **Santarém;** Arneiro das Milhariças, às 21 e 30; Setúbal, Barreiro no Clube Dramático Independente Recreativo, às 21 e 30; Monte da Caparica, no Monte da Caparica Atlérico, às 21 e 30; **Viseu:** S. Miguel do Outeiro, na escola primária, às 21 horas; Cambres, na escola primária, às 21 e 30.

L.C.I. — Sessões de esclarecimento no Clube Recreativo do Laranjeiro (Almada), às 21 e 30.

P.D.C. — **No distrito de Faro:** Sessões de esclarecimento em Paderne e Mexilhoeira, às 21 horas.

P.P.M. — Apresentaçao dos candidatos pelo Círculo de Santarém, no restaurante Chefe daquela cidade, às 19 horas.

247 deputados na Assembleia da República

. Do Ministério da Administração Interna recebemos a seguinte nota oficiosa:

. «Conforme determina o Decreto-Lei n.º 93-C/76, de 29 de Janeiro, no seu artigo 2, n.º 3, o Governo deverá publicar o mapa com o número de deputados à Assembleia da República e a sua distribuição pelos círculos eleitorais.

«Neste sentido, considerando os resultados da actualização do recenseamento e atendendo à limitação do número de deputados prevista na Constituição, o Ministério da Administração Interna torna público e seguinte mapa:

. «Número total de deputados: 247.

«Distribuição por círculos: Aveiro, 14; Angra do Heroísmo, 2; Beja, 5; Braga, 14; Bragança, 5; Castelo Branco, 7; Coimbra, 12; Évora, 5; Faro, 9; Funchal, 5; Guarda, 6; Horta, 1; Leiria, 10; Lisboa, 55; Ponta Delgada, 3; Portalegre, 4; Porto, 35; Santarém, 13; Setúbal, 16; Viana do Castelo, 6; Vila Real, 6; Viseu, 10; Europa, 2; Resto do Mundo, 2.

«Entretanto, foi elaborada e proposta ao Governo a necessária alteração do Artigo 2, n.º 1 do mesmo diploma legal.»

Em ARGANIL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na COMARCA DE ARGANIL Rua Oliveira Matos-Praça Simões Dias

O VOTO NA RUA

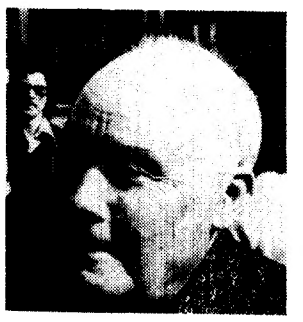
O VOTO ÚTIL

. **António Vitorino da Conceição Caliço,** bancário, não tem dúvidas: sabe em quem vai votar e a campanha eleitoral não alterará a sua decisão.

Para a formação da sua opinião contribuem os órgãos de informação **(mas não todos...)** e os comícios políticos.

Quanto ao número de partidos que se apresenta este ano às eleições, pensa que são de mais «o que vai dificultar a escolha». **O perigo está na dispersão de votos da esquerda e o exemplo do ano passado é concludente** pelo que **penso que devemos assentar na ideia do voto útil nos grandes partidos da esquerda.**

TALVEZ NÃO...



Não sei em quem vou votar, e talvez não vote.

Esta a posição de **Carlos Soares,** empregado da indústria hoteleira, que acha que, este ano, **são partidos a mais.** Quantos deveria, então haver? **Os mesmos que antes de 25 de Abril (clandestinos e legais).**

Carlos Soares votou o ano passado. Agora, está indeciso. Não lê jornais e não vai a comícios. Ouve a Rádio e vê a TV.

«A RÁDIO JÁ NÃO EXISTE»

Um voto seguro, eis como se poderá classificar o de **João Joaquim Patrício Lourencinho,** vulcanizador, que além de já ter escolhido a quem dará o seu voto, não vê que o número relativamente elevado de partidos concorrentes dificulte a escolha: **As pessoas devem já ter uma ideia definida sobre em quem e como deverão votar.**

Para a sua formação política, prefere os comícios, certos e jornais e os livros, isto porque, **depois do 25 de Novembro a Rádio deixou de existir, tal como é feita.**

«VOU VOTAR»

Maria Amélia da Cunha Bacelar Pinto, empregada da Caixa Geral de Depósitos, vai votar. Sabe também em quem. **As pessoas já sabem há muito tempo em quem votar,** diz-nos, acrescentando que, por isso, não só não acredita que tudo o que for dito até ao dia 24 altere as suas posições, como não pensa que haja partidos a mais.

Como forma a sua opinião? Pelos jornais e pela TV. A comícios começou a ir **desde que veio para Lisboa.**

Partidos na rádio

Distribuição para hoje

De acordo com a lei os partidos concorrentes às eleições para a Assembleia da República começaram ontem a utilizar o tempo de antena que lhes foi distribuído.

É a seguinte a distribuição para hoje:

Programa 1 da RDP:

19.00-19.10 P.P.D.; 19.10-19.20 P.P.D.; 19.20-19.30, F.S.P.; 19.30-19.40, M.R.P.P.; 19.40-19.50, P.P.D.; 19.50-20.00, P.P.M.; 20.00-20.10, M.E.S.; 20.10-20.20, L.C.I.; 20.20-20.30, L.C.I.

Rádio Renascença:

. 23.00-23.10, M.R.P.P.; 23.10-23.20, L.C.I.; 23.20-23.30, P.P.M.; 23.30-23.40, M.E.S.; 23.40-23.50, A.O.C.; 23.50-24.00, M.R.P.P.

"OS PARTIDOS"

Um lapso lamentável no nosso suplemento de ontem «Eleições», que o leitor por certo detectou, colocou no final do espaço dedicado à U.D.P., no artigo «Os Partidos», 4 linhas que se referem ao P.C.P. (m-l) e não àquela organização política. Onde se lê: «Além disso, define o P.C.P. como inimigo principal e o P.P.D. como único partido burguês realmente democrático», deve ler-se: **«Partido Comunista de Portugal** (P.C.P.-m-l) — Reclama-se do pensamento de Mao Tsé-tung. Além disso...», etc.

Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores e àqueles partidos.